

**Zita Manuela Formoso Rebelo**

**Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN**

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

Porto – Portugal  
2009



**Zita Manuela Formoso Rebelo**

**Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN**

**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**

Porto – Portugal  
2009

**Zita Manuela Formoso Rebelo**

**Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN**

**Prof. Orientador: Fátima Rocha**

Dissertação apresentada à  
UNIVERSIDADE FERNANDO  
PESSOA, como parte dos  
requisitos para obtenção do grau  
Mestre em Ciências Empresariais.



## RESUMO

Este estudo versa sobre a temática de Fundos Estruturais, focalizada nos financiamentos enquadrados no QCA III e QREN das candidaturas da Câmara Municipal da Maia. Inicia-se com uma análise descritiva caracterizadora das candidaturas aprovadas e avança-se para a constituição de *clusters* perspectivando a distribuição do investimento realizado nas freguesias.



## ABSTRACT

This study is concerning the topic Structural Funds, focused on Maia town council candidacies financed by QCA III and QREN. It starts by a descriptive analysis of the candidacies approved and advances with *clusters* constitution evaluating the investment distribution carried out in clienteles.



## RESUMÉE

Cet étude parle sur la thématique des Fonds Structurel, convergé aux finançant des candidatures du conseil municipal du Maia sur potée pour QCA III et QREN.

Une premier etape du travail avance avec une descriptive caractérisation des candidatures approuvées et la deuxième etape est relationé avec la constitution de groupes retraité la distribution de l'investissement exécuté par la clientèle.



## ÍNDICE GERAL

<b>RESUMO .....</b>	<b>II</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>VIII</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS .....</b>	<b>IX</b>
<b>GLOSSÁRIO DE SIGLAS .....</b>	<b>XI</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>

## **CAPÍTULO I – ARQUITECTURA ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO QCA III E ENQUADRAMENTO DO QREN .....**

**5**

1.0) Considerações Iniciais .....	5
1.1) QCA III .....	8
1.1.1) CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO.....	8
1.1.2) OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.....	8
1.1.3) PROGRAMAS OPERACIONAIS – QCA III .....	9
1.2) QREN.....	13
1.2.1) ENQUADRAMENTO GERAL.....	13
1.2.2) PROGRAMAS OPERACIONAIS – QREN.....	14
1.3) FUNDOS ESTRUTURAIS: CARACTERIZAÇÃO E REVISÃO SOBRE A TEMÁTICA.....	18
1.4) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23

## **CAPÍTULO II – AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DA CMM E UTILIZAÇÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS - QCA III.....**

**24**

2.0) Considerações Iniciais .....	24
2.1) Caracterização do território, População Alvo e Amostra.....	26
2.2) Candidaturas desenvolvidas pelo Município da Maia, ao abrigo do QCA III.....	30
2.2.1) CANDIDATURAS SUBMETIDAS .....	30
2.2.2) INVESTIMENTO ELEGÍVEL PREVISTO E EFECTIVO .....	33
2.3) Candidaturas Financiadas por Fundos Estruturais, AO ABRIGO DO QCA III.....	36
2.3.1) CANDIDATURAS DE NATUREZA INFRA-ESTRUTURAL.....	41
2.3.2) CANDIDATURAS DE NATUREZA IMATERIAL .....	50
2.4) Considerações Finais.....	63



## **CAPITULO III – AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCIADOS AO ABRIGO DO QCA III E QREN PELAS FREGUESIAS DO CONCELHO ..... 65**

3.0) Considerações Iniciais.....	65
3.1) Técnica de Formação de Clusters.....	67
3.2) variáveis e critério de agrupamento dos dados.....	70
3.3) Apresentação e discussão dos resultados.....	75
3.3.1) OUTPUTS E RESULTADOS DO QCA III.....	75
3.3.2) OUTPUTS E RESULTADOS DO QREN.....	78
3.4) Considerações Finais.....	84

## **CONCLUSÃO..... 86**

## **BIBLIOGRAFIA ..... 92**

## **ANEXOS ..... 101**

ANEXO 1 – QCA III – Investimento Elegível Previsto de Candidaturas Aprovadas e Não Aprovadas 102	
ANEXO 2 – listagem dos projectos do Município da Maia acolhidos no âmbito do PO NORTE/QCA III 105	
ANEXO 3 – Memorandos Internos para quantificar Área de Intervenção – 2 exemplares ..... 107	
ANEXO 4 – Candidatura “Informação ao Consumidor sobre os produtos da pesca” – Ofício remetido pelo Ministério da Agricultura do desenvolvimento rural e das pescas – Decisão Final..... 109	
ANEXO 5 – QCA III – Repartição Anual do Investimento Elegível Efectivo, por candidatura ..... 111	
ANEXO 6 – QCA III – Repartição das Acções que Compõem as Candidaturas, por Área Temática e Freguesia..... 113	
ANEXO 7 – QCA III – ESTIMATIVA DO MONTANTE DE INVESTIMENTO Elegível POR TEMÁTICA, em Cada Freguesia ..... 115	
ANEXO 8 – QCA III – Investimento Elegível efectivo per capita, por área temática e Freguesia..... 117	
ANEXO 9 – QREN – Repartição Anual do Investimento Elegível Previsto, por candidatura ..... 119	
ANEXO 10 – QREN – Repartição das Acções que Compõem as Candidaturas, por Área Temática e Freguesia..... 121	
ANEXO 11 – QREN – ESTIMATIVA DO MONTANTE DE INVESTIMENTO Elegível POR TEMÁTICA, em Cada Freguesia ..... 123	
ANEXO 12 – QREN – Investimento Elegível Previsto per capita, por área temática e Freguesia ..... 125	
ANEXO 13 – QCA III – Método do “Vizinho Mais Afastado”/Complete Linkage (Agglomeration Schedule e Dendogram)..... 127	



Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN

---

ANEXO 14 – QREN – INVESTIMENTO ELEGÍVEL PREVISTO DE CANDIDATURAS  
APROVADAS, NÃO APROVADAS E A AGUARDAR APROVAÇÃO ..... 129



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura II.1 – Freguesias do Concelho da Maia .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura II.2 – Distribuição Espacial dos Projectos Infra-Estruturais, por Freguesia .....</b>	<b>48</b>
<b>Figura II.3 – Distribuição Espacial dos Projectos Imateriais, por Freguesia .....</b>	<b>61</b>
<b>Figura III.1 – Outputs QCA III (“Dendrogram”) .....</b>	<b>77</b>
<b>Figura III.2 – Outputs QREN (“Dendrogram”) .....</b>	<b>80</b>
<b>Figura III.3 – Outputs QCA III (“Agglomeration Schedule”) – Excluindo Áreas Temáticas Não Contempladas no QREN (3) .....</b>	<b>82</b>



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I.1 – QCA III – Estruturação dos Programas (2000-2006).....	10
Tabela I.2 – Distribuição dos Programas Operacionais por Eixo – QCAIII.....	11
Tabela I.3 – QREN – Estruturação dos Programas (2007-2013).....	15
Tabela I.4 – Distribuição dos Programas Operacionais – QREN.....	16
Tabela I.5 – Revisão de Literatura.....	20
Tabela II.1 – Investimento Elegível Previsto de Candidaturas Aprovadas e Não Aprovadas .....	32
Tabela II.2 – Taxa de Comparticipação e Execução da Despesa, por Natureza dos Fundos .....	34
Tabela II.3 – Investimento Elegível Previsto e Efectivo por Tipologia de Candidatura .....	37
Tabela II.4 – Taxa de Comparticipação e Execução por Tipologia de Candidatura .....	38
Tabela II.5 – Taxa de Intervenção por Área Temática, em Cada Tipologia de Investimento .....	39
Tabela II.6 – Participação de Cada Fundo Estrutural por Candidaturas.....	40
Tabela II.7 – Identificação de Candidaturas de Natureza Infra-Estrutural – Repartição por Área Temática de Intervenção.....	42
Tabela II.8 – Desvio de Execução Face ao Programado, por Candidatura Infra-Estrutural .....	44
Tabela II.9 – Taxa de Comparticipação por Área Temática – Candidatura Infra-Estrutural.....	45
Tabela II.10 – Quantificação da Área de Intervenção, por Candidatura Infra-Estrutural .....	47
Tabela II.11 – Repartição dos Projectos Infra-Estruturais, por Freguesia.....	49
Tabela II.12 – Identificação de Candidaturas de Natureza Imaterial – Repartição por Área Temática de Intervenção.....	52
Tabela II.13 – Participação de Cada Programa Operacional, por Candidatura Imaterial .....	54
Tabela II.14 – Participação de Cada Fundo Estrutural, por Candidatura Imaterial .....	54
Tabela II.15 – Desvio de Execução Face ao Programado, por Candidatura Imaterial.....	55



<b>Tabela II.16 – Taxa de Participação por Área Temática – Candidatura Imaterial.....</b>	<b>57</b>
<b>Tabela II.17 – Taxa de Participação, por Fundo Estrutural.....</b>	<b>58</b>
<b>Tabela II.18 – Quantificação dos Beneficiários e Área de Intervenção, por Candidatura Imaterial</b>	<b>59</b>
<b>Tabela II.19 – Repartição dos Projectos Imateriais, por Freguesia.....</b>	<b>62</b>
<b>Tabela III.1 – Outputs QCA III (“Agglomeration Schedule”) .....</b>	<b>76</b>
<b>Tabela III.2 – Outputs QREN (“Agglomeration Schedule”).....</b>	<b>79</b>
<b>Tabela III.3 – Outputs QCA III (“Agglomeration Schedule”) – Excluindo Áreas Temáticas Não Contempladas no QREN (3) .....</b>	<b>81</b>



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

**AMP** Área Metropolitana do Porto

**CCDRN** Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte

**CE** Comissão Europeia

**CMM** Câmara Municipal da Maia

**FEDER** Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

**FEOGA** Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

**FEOGA-O** Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Orientação

**FSE** Fundo Social Europeu

**IDH** Índice de Desenvolvimento Humano

**IFOP** Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas

**INE** Instituto Nacional de Estatística

**NUTS** Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas

**ON** Operação Norte

**PER** Programa Especial de Realojamento

**PIB** Produto Interno Bruto

**PNDES** Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

**POA** Programa Operacional Ambiente

**POAGRO** Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural

**POALG** Programa Operacional Regional Algarve

**POALT** Programa Operacional Regional Alentejo

**POAP** Programa Operacional Administração Pública

**POAT** Programa Operacional Acessibilidades e Transportes

**POATQCA** Programa Operacional Assistência Técnica ao QCA III

**POATQREN** Programa Operacional Assistência Técnica ao QREN

**POC** Programa Operacional Cultura

**POCENTRO** Programa Operacional Regional Centro



**POCI** Programa Operacional Ciência e Inovação 2010

**POEFDS** Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

**POFC** Programa Operacional Factores de Competitividade

**POLVT** Programa Operacional Regional Lisboa e Vale do Tejo

**POMARE** Programa Operacional Pesca

**PONORTE** Programa Operacional Regional Norte

**POPH** Programa Operacional do Potencial Humano

**POPRAM** Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira

**POSAÚDE** Programa Operacional Saúde

**POSC** Programa Operacional Sociedade do Conhecimento

**POVT** Programa Operacional de Valorização do Território

**PRIME** Programa de Incentivos à Modernização Económica

**PRODEP** Programa Operacional Educação

**PRODESA** Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores

**QCA** Quadro Comunitário de Apoio

**QREN** Quadro Referência Estratégico Nacional

**SPSS** Statistical Package for Social Sciences

**WWW** World Wide Web



## **Introdução**

O investimento, como forma de acumulação de capital, é o motor de arranque fundamental para o crescimento de qualquer País, região ou outra área geográfica de dimensão diferente. Para viabilizar o investimento é necessário possuir e aplicar recursos financeiros que se apresentam normalmente como um recurso escasso.

Como na generalidade dos Concelhos de qualquer País, a busca incessante de apoios financeiros comunitários para o desenvolvimento de projectos no Concelho da Maia implica que, por vezes, não se consiga aferir a realidade dos factos, como por exemplo, ter a percepção da dimensão de um conjunto de dados associados: candidaturas submetidas/candidaturas aprovadas; investimento previsto/investimento executado; comparticipação comunitária prevista/comparticipação comunitária efectiva e área temática que absorve mais verbas provenientes dos respectivos quadros comunitários de apoio (nomeadamente do QCA III e do QREN que são os mais recentes e os retratados neste estudo) entre outras variáveis críticas relevantes para o desenvolvimento do Concelho tendo por base os referidos apoios financeiros.

Analisar e interpretar os dados daí resultantes será, certamente, uma mais-valia para a definição objectiva de áreas estratégicas que a edilidade deverá apostar, nos próximos anos, ao abrigo do Novo Quadro Comunitário de Apoio – QREN. Esta atitude seguramente permitirá que a detecção dos erros passados sirva para corrigir as orientações a seguir no futuro.

Anualmente são elencados, pelo Executivo, projectos prioritários a desenvolver no Concelho. Definidas as regras orientadoras, a equipa residente de Fundos Comunitários inicia um trabalho árduo na busca de Fundos Estruturais e de Coesão que possam acolher os projectos da autarquia.



A escolha desta temática para a realização da presente dissertação prende-se com o desempenho profissional da autora aliado ao facto de, ao longo dos últimos anos nunca ter sido realizado um estudo sobre projectos co-financiados liderados pela CMM e do presente trabalho servir, igualmente, como uma referência de actuação para outros municípios do País.

Assim, desta forma, podem-se enumerar como objectivos do presente estudo os seguintes:

1. No sentido de aferir da eficiência no aproveitamento da possibilidade de utilização dos recursos financeiros escassos (nomeadamente dos disponibilizados no âmbito do QCA III):
  - 1.1 Avaliar qual a percentagem de candidaturas aprovadas face às candidaturas submetidas;
  - 1.2 Determinar o investimento previsto face ao executado, assim como;
  - 1.3 Aferir a comparticipação comunitária prevista face à efectiva.
2. Como forma aproximada de avaliar as prioridades da acção da CMM:
  - 2.1 Identificar a área temática que absorveu mais verbas do QCA III; e
  - 2.2 Quantificar os beneficiários (em termos de recursos humanos e área geográfica envolvida) das candidaturas aprovadas no âmbito do anterior quadro comunitário.
3. Pretende-se, igualmente, ter uma percepção da distribuição das verbas financiadas por freguesias do Concelho:
  - 3.1 Avaliando a forma de afectação das candidaturas no âmbito do QCAIII pelas diferentes freguesias, tendo em conta o peso assumido pelas distintas áreas temáticas;
  - 3.2 Avaliando se a anterior distribuição por freguesias se mantém (identificando agrupamentos de freguesias) no âmbito do QREN, tendo em conta o mesmo critério de caracterização.



4. Considera-se igualmente pertinente aferir se as conclusões obtidas nos *clusters* de freguesias vão de encontro às linhas de orientação dos dois quadros comunitários e eventualmente encontrar justificação para os diferentes agrupamentos formados em função de algumas características das freguesias.

No seguimento dos anteriores objectivos, deseja-se que este estudo permita revelar caminhos seguidos, sugerindo eventualmente atalhos a evitar e acções a recomendar. Assim, apesar da delimitação espacial do objecto da análise se cingir ao Concelho da Maia espera-se que este estudo possa servir de ferramenta futura, não apenas para esse Município mas, também para todas as outras entidades e instituições similares que procuram alcançar o sucesso nas diferentes candidaturas a Fundos Estruturais e ajudar a seguir e cumprir as linhas de acção de orientação dos respectivos Fundos.

Neste sentido, a metodologia adoptada numa fase inicial tem por base a recolha e análise de um conjunto de referências bibliográficas como sustentação dos conceitos e estudos já efectuados sobre Fundos Estruturais/Análises Regionais. Numa fase posterior e numa tentativa de caracterizar os projectos desenvolvidos ao abrigo dos Fundos Estruturais procede-se a uma análise descritiva dos dados relativos às candidaturas aprovadas pelo QCA III, no período compreendido entre Janeiro de 2000 e Dezembro de 2008<sup>1</sup>.

Numa tentativa de cumprimento do quarto objectivo anteriormente enumerado, procedeu-se igualmente a uma análise de *cluster* (utilizando como suporte informático o programa estatístico Statistical Package for Social Sciences - SPSS) tendo por base não só os dados relativos às candidaturas ao abrigo do QCA III, mas também das

---

<sup>1</sup> Segundo o Artigo 5.º da Decisão C (2000) 1775, de 28 de Julho de 2000, que aprova o Programa Operacional da Região Norte 2000-2006, “A data de início de elegibilidade das despesas é o dia 19 de Novembro de 1999. (...) A data final de elegibilidade das despesas é o dia 31 de Dezembro de 2008”. A última alteração à Decisão C (2008) 6294, de 4 de Novembro de 2008, refere que “Estas datas são prorrogadas até 30 de Junho de 2009” (Fonte: [http://www.ccdr-n.pt/og\\_promotores.pdf](http://www.ccdr-n.pt/og_promotores.pdf) – “Orientação de Gestão – Regras e Procedimentos de Encerramento para os Promotores”, em 08/08/2009).



candidaturas aprovadas no âmbito do QREN, no período compreendido entre Janeiro de 2008 e Outubro de 2009.

Deste modo, o trabalho realizado apresenta-se estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, pretende-se avançar com o enquadramento teórico dos Fundos Comunitários no âmbito do QCA III e QREN. Nesse propósito expõe-se a estratégia de acção dos Fundos, dando a conhecer quais os Eixos Prioritários e respectivos Programas Operacionais desses dois quadros comunitários. Adicionalmente, efectuou-se uma análise de literatura sobre o papel dos Fundos Estruturais em Portugal como forma de enquadrar e justificar a pertinência do tema em análise e como forma de encontrar uma linha metodológica de base orientadora para o presente estudo.

No capítulo dois, pretende-se avançar com a caracterização de um conjunto de investimentos municipais, materiais e imateriais, realizados no Concelho da Maia que foram objecto de co-financiamento de Fundos Estruturais, efectuando uma análise do conjunto de candidaturas submetidas pela CMM no âmbito do QCA III. Entre um conjunto de elementos caracterizadores das candidaturas aprovadas, pretende-se detectar qual a temática de investimento privilegiada (tendo em conta a natureza infra-estrutural e imaterial das candidaturas).

No terceiro e último capítulo tenta-se aferir da forma como os investimentos da CMM financiados no âmbito do QCA III e QREN se implementaram nas freguesias do Concelho. Assim, por um lado avalia-se a possibilidade de agrupamento das freguesias em função da natureza das áreas temáticas do investimento efectuado, e por outro lado, procura-se perceber se esse agrupamento pode estar relacionado com as características das freguesias do Concelho.



## CAPÍTULO I – ARQUITECTURA ESTRATÉGICA E OPERACIONAL DO QCA III E ENQUADRAMENTO DO QREN

### 1.0) CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sendo a análise das candidaturas da CMM financiadas por Fundos Estruturais o objecto de análise do presente trabalho, entendeu-se como prioritário começar por efectuar o enquadramento dos Fundos Estruturais no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio.

Segundo a informação disponível no Portal de Informação Europeia em Língua Portuguesa,

*“os Quadros Comunitários de Apoio são documentos que contêm a estratégia e as prioridades da acção dos Fundos e os outros recursos financeiros, estão divididos em Eixos Prioritários e são executados mediante um ou vários programas operacionais. Estes documentos são aprovados pela Comissão de comum acordo com o Estado-Membro em causa, após apreciação do plano apresentado pelo próprio Estado-Membro ” (Fonte:*

*[http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=3370](http://www.euroid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=3370), em 10/01/2009).*

Os co-financiamentos de Fundos Estruturais beneficiam o nosso País desde a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, através do Anterior Regulamento (1986-1988), QCA I (1989-1993), QCA II (1994-1999), QCA III (2000-2006) e QREN (2007-2013).



Estes documentos resultam da experiência adquirida pelas instituições comunitárias e nacionais desde 1989<sup>2</sup>. À data os princípios de subsidiariedade<sup>3</sup> e da programação<sup>4</sup> sustentavam a política de acção dos Estados-Membros, tendo por base a resolução de problemas de âmbito estrutural como o desemprego e as diferenças significativas das condições de vida nos distintos Estados-Membros.

Adicionalmente, cada um dos quadros comunitários pretendiam responder aos importantes desafios do futuro imediato, num horizonte temporal previamente definido, caso a caso, em média numa perspectiva de quatro a cinco anos. De entre os desafios mais importantes e ainda actuais salienta-se o alargamento da União Europeia e a globalização que conduzem a novos modos de organização e funcionamento da economia mundial.

Dada a limitação da amostra das candidaturas da CMM se confinar, maioritariamente, ao período temporal 2000-2006 (anterior quadro comunitário de apoio) considera-se pertinente efectuar o enquadramento do QCA III, enunciando os correspondentes objectivos estratégicos como os Programas Operacionais envolventes (secção 1.1). Paralelamente à elaboração do presente trabalho foi sendo aprovado um número considerável de candidaturas que por si só justifica a análise da relação do QCA III com o QREN, legitimando deste modo a necessidade de enquadramento geral do QREN e respectivos Programas Operacionais (secção 1.2.).

Só na secção seguinte (1.3) se avança com uma breve caracterização das tipologias dos Fundos Estruturais associados às candidaturas submetidas pela CMM e a uma breve revisão de literatura sobre estudos relacionados com a temática Fundos Estruturais/Análise Regional.

---

<sup>2</sup> Data da primeira grande reforma dos Fundos e outros instrumentos estruturais (Fonte: <http://www.eurocid.pt>, em 10/01/2009).

<sup>3</sup> Princípio de Subsidiariedade: determina que a acção da Comunidade Europeia é complementar da acção desenvolvida pelos Estados-Membros. Por aplicação deste princípio, a execução das intervenções é da responsabilidade dos Estados-Membros (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).

<sup>4</sup> Princípio de Programação: Processo de organização, tomada de decisão e financiamento, efectuado em várias etapas e que se destina a executar, numa base plurianual, a acção conjunta da Comunidade e dos Estados-Membros para realizar os objectivos prioritários definidos para os Fundos Estruturais (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).



**Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN**

---

Em considerações finais (secção 1.4) avalia-se, sucintamente o paralelismo das linhas de acção do QCA III e do QREN e as potenciais contribuições dos estudos analisados sobre Fundos Estruturais no âmbito do presente trabalho.



## 1.1) QCA III

### 1.1.1) Caracterização e Enquadramento

O Quadro Comunitário de Apoio III determina as propostas apresentadas pelas autoridades nacionais no âmbito dos diferentes Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) e enumera os aspectos relativos ao enquadramento, orientação estratégica, sistematização operacional, programação financeira e estrutura organizativa dos apoios estruturais para o período 2000 – 2006. As negociações entre Portugal e a Comissão Europeia iniciaram-se com a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social - PNDES (Março de 1998-Fevereiro de 1999), prosseguiu com a preparação e apresentação do PDR (Outubro de 1999), culminando na aprovação e assinatura do QCA - Quadro Comunitário de Apoio para 2000-2006, no dia 31 de Março de 2000 (Fonte: [http://www.qca.pt/n\\_qca/estrutura.asp](http://www.qca.pt/n_qca/estrutura.asp), em 10/01/2009).

### 1.1.2) Objectivos Estratégicos

O QCA III elegeu três domínios prioritários de intervenção, nomeadamente a valorização do potencial humano, o apoio à actividade produtiva e a estruturação do território, tendo como linha condutora da acção dos Fundos Estruturais o acréscimo de produtividade<sup>5</sup>. Efectivamente, os anteriores domínios prioritários constituem as determinantes do crescimento da produtividade que depende da qualidade do capital físico, da melhoria das competências da mão-de-obra, dos progressos tecnológicos e de novas formas de organização (Fonte: [http://www.qca.pt/n\\_qca/estr\\_02.asp](http://www.qca.pt/n_qca/estr_02.asp), em 10/01/2009).

---

<sup>5</sup> Formalmente, a produtividade do trabalho corresponde à quantidade de trabalho necessária para produzir uma unidade de um determinado bem. Do ponto de vista macroeconómico, mede-se a produtividade do trabalho através do Produto Interno de um País (PIB) por pessoa activa (Fonte: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/n26027.htm>, em 15/01/2009).



A operacionalização integrada dos domínios prioritários de intervenção concretiza-se através de quatro grandes Eixos Prioritários – I, II, III e IV – (objectivos gerais), consubstanciados em Programas Operacionais que por sua vez envolvem outros Eixos (objectivos específicos) definidos por sectores e regiões, a saber:

Eixo I – Elevar o Nível de Qualificação dos Portugueses, Promover o Emprego e a Coesão Social;

Eixo II – Alterar o Perfil Produtivo em Direcção às Actividades do Futuro<sup>6</sup>;

Eixo III – Afirmar o Valor do Território e da Posição Geo-Económica do País;

Eixo IV – Promover o Desenvolvimento Sustentável das Regiões e a Coesão Nacional, Requalificação Urbana e Valorização dos Recursos Naturais e do Ambiente.

Dos anteriores quatro grandes Eixos, a CMM candidatou-se ao longo dos últimos anos a dois Eixos Prioritários, respectivamente I e IV, dado que os respectivos Eixos estavam em conformidade com a natureza dos investimentos projectados ou em curso pela CMM.

### **1.1.3) Programas Operacionais – QCA III**

Na sua globalidade, o QCA III envolve vinte Programas Operacionais, doze Programas Operacionais Sectoriais, sete Programas Operacionais Regionais e um Programa Operacional de Assistência Técnica. A arquitectura operacional dos Programas apresenta-se na tabela I.1.

---

<sup>6</sup> O Eixo II visa Alterar o Perfil Produtivo em Direcção às Actividades de Futuro; Reforço da Competitividade das Empresas e o Estímulo à Inovação através das seguintes intervenções operacionais: 1 - Programa Operacional “Agricultura e Desenvolvimento Rural”; 2 - Programa Operacional “Pescas”; 3 – PRIME – Programa de Incentivo à Modernização da Economia (Fonte: [http://www.evoradigital.biz/NR/rdonlyres/D97775F0-1E49-4D16-B272-7ED0E5CFF0FC/0/QCA\\_gades.pdf](http://www.evoradigital.biz/NR/rdonlyres/D97775F0-1E49-4D16-B272-7ED0E5CFF0FC/0/QCA_gades.pdf), em 02/12/2009).



**Tabela I.1 – QCA III – Estruturação dos Programas (2000-2006)**

<b>Programas Operacionais Sectoriais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Educação</li><li>• Emprego, Formação e Desenvolvimento Social</li><li>• Ciência e Inovação 2010</li><li>• Sociedade do Conhecimento</li><li>• Saúde</li><li>• Cultura</li><li>• Administração Pública</li><li>• Agricultura e Desenvolvimento Rural</li><li>• Pescas</li><li>• Economia</li><li>• Acessibilidades e Transportes</li><li>• Ambiente</li></ul>
<b>Programas Operacionais Regionais do Continente</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Norte</li><li>• Centro</li><li>• Lisboa e Vale do Tejo</li><li>• Alentejo</li><li>• Algarve</li></ul>
<b>Programas Operacionais das Regiões Autónomas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Açores</li><li>• Madeira</li></ul>
<b>Programa Operacional de Assistência Técnica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• POAT</li></ul>

Fonte: Adaptação de informação disponível no *site* QCA III (consultar em: <http://www.qca.pt>).

Paralelamente, cada Programa Operacional incorpora tantos Eixos e Medidas quantos os que foram necessários, no entender da Comissão Europeia, tendo por base a proposta do Governo Português para o recentrar dos objectivos.

Na tabela seguinte (I.2) apresenta-se a respectiva distribuição dos Programas Operacionais, por Eixo Prioritário, destacando-se apenas os Programas utilizados pelo CMM (referenciando, dentro todos estes, os Eixos Específicos disponíveis e evidenciando os que não se aplicam ao Município da Maia, designadamente pelas suas características, como por exemplo, não se tratar de um Concelho com zona histórica).



**Tabela I.2 – Distribuição dos Programas Operacionais por Eixo – QCAIII**

<b>EIXO I</b>	<b>PO Educação</b>	Eixo 1 – Formação Inicial Qualificante de Jovens	<b>EIXO II</b>	<b>PO Agricultura</b>	<b>EIXO III</b>	<b>PO Regional Norte</b>	Eixo 1 – Apoio ao Investimento de interesse Municipal e Intermunicipal			
		Eixo 2 – Apoio à Transição para a Vida Activa e Promoção da Empregabilidade					Eixo 2 – Acções Integradas de Base Territorial			
		Eixo 3 – Sociedade de Aprendizagem					Eixo 3 – Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas			
		Eixo 4 – Não Aplicável ao Município da Maia								
	<b>POEFDS</b>	Eixo 1 – Promoção da Formação Qualificante e da Transição para a Vida Activa		<b>PO Pesca</b>		<b>EIXO III</b>	<b>PO Acessibilidades e Transportes</b>	<b>EIXO IV</b>	<b>PO Regional Centro</b>	
		Eixo 2 – Formação ao Longo da Vida e Adaptabilidade							<b>PO Regional Lisboa e Vale do Tejo</b>	
		Eixo 3 – Qualificar para Modernizar a Administração Pública							<b>PO Regional Alentejo</b>	
		Eixo 4 – Promoção da Eficácia e da Equidade das Políticas de Emprego e Formação								
		Eixo 5 – Promoção do Desenvolvimento Social								
		Eixo 6 – Não Aplicável ao Município da Maia								
		Eixo 7 – Promoção do Emprego e Protecção Social								
	<b>PO Ciência e Inovação 2010</b>							<b>PO Regional Algarve</b>		
	<b>POSC</b>	Eixo 1 – Desenvolver Competências		<b>PO PRIME</b>		<b>EIXO III</b>	<b>PO Ambiente</b>	<b>EIXO IV</b>	<b>PO Regional Açores</b>	
		Eixo 2 – Portugal Digital								
Eixo 3 – Estado Aberto: Modernizar a Administração Pública										
Eixo 4 – Massificar o Acesso à Sociedade do Conhecimento										
Eixo 5 – Governo Electrónico: Melhor Serviço ao Cidadão e Empresas										
Eixo 6 – Desenvolver Competências e Cultura Digital										
Eixo 7 – Inovação Integrada em TIC										
Eixo 8 – A Sociedade do Conhecimento como Instrumento de Apoio à Descentralização do Território										
<b>PO Ad. Pública</b>						<b>PO Regional Madeira</b>				
<b>PO Saúde</b>						<b>PO Assistência Técnica</b>				
<b>PO Cultura</b>										

Fonte: Adaptação de informação disponível no site QCA III (consultar em: <http://www.qca.pt>).



Em particular, ao nível do QCA III, a CMM desenvolveu projectos financiados ao abrigo de um Programa Operacional Regional, designadamente o Programa Operacional da Região Norte e três Programas Operacionais Sectoriais – Programa Operacional Educação (PRODEP III), Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) e Programa Operacional Sociedade do Conhecimento (POSC), anteriormente designado por Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), consubstanciados em vinte Eixos Específicos, respectivamente (conforme tabela I.2). Entre os quais a CMM ajustou os projectos candidatos às temáticas dos Eixos aplicáveis.

Considera-se relevante avaliar a relação dos anteriores Eixos Específicos a que a CMM concorreu no âmbito dos Eixos Prioritários (I e IV) que se materializa no capítulo dois do presente trabalho, nomeadamente na fase de caracterização das candidaturas aprovadas e executadas pela CMM no período identificado da análise.

Dos quatro Programas Operacionais supra mencionados a que a CMM se candidatou cumulativamente, importa salientar que os mesmos dispõem de diferentes Fundos Estruturais de apoio financeiro (tópico a desenvolver, como já referido, na secção 1.3.).



## 1.2) QREN

### 1.2.1) Enquadramento Geral

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação em Portugal, no período 2007-2013, dos Fundos oriundos da política de coesão da União Europeia.

O QREN assume cinco grandes prioridades estratégicas nacionais: qualificação dos cidadãos; dinamização do crescimento sustentado; promoção da coesão social; qualificação dos territórios e das cidades e aumento da eficiência e qualidade dos serviços públicos, corroborado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006 de 10 de Março (Fonte: <http://www.qren.pt/download.php?id=647>, em 03/11/2009).

A mensagem sobre as grandes prioridades estratégicas no QREN apresenta-se mais lata comparativamente com o QCA III, no entanto, a oferta de Programas Operacionais manifesta-se mais concentrada no primeiro, que pode de algum modo facilitar o enquadramento dos projectos e respectiva operacionalização.

A transição do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III) para o actual período de programação financeira da União Europeia 2007-2013 é acompanhada por mudanças expressivas, designadamente no que respeita às orientações/prioridades estratégicas (não tanto quanto à sua natureza mas sobretudo quanto a uma melhor percepção da sua abrangência), à Programação Mono-Fundo dos Fundos Estruturais (analisado em secção 1.3.) e no modelo de governação das intervenções estruturais a nível nacional, com especial relevância ao nível da auditoria e controlo (que se traduz na plena definição dos indicadores de realização e no cumprimento mais rigoroso da calendarização física e financeira dos projectos sob pena de perda de financiamento nos



projectos futuros a submeter) (Fonte: [http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=203](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203), em 03/11/2009).

### **1.2.2) Programas Operacionais – QREN**

O QREN incorpora dezassete Programas Operacionais, designadamente três Programas Operacionais Temáticos, nove Programas Operacionais Regionais, três Programas Operacionais de Cooperação Territorial e dois Programas Operacionais de Assistência Técnica (ver tabela I.3).

O Governo Central definiu a arquitectura operacional do QREN, conforme se apresenta no quadro seguinte:



**Tabela I.3 – QREN – Estruturação dos Programas (2007-2013)**

<b>Programas Operacionais Temáticos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Potencial Humano</li><li>• Factores de Competitividade</li><li>• Valorização do Território</li></ul>
<b>Programas Operacionais Regionais do Continente</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Norte</li><li>• Centro</li><li>• Lisboa</li><li>• Alentejo</li><li>• Algarve</li></ul>
<b>Programas Operacionais das Regiões Autónomas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Açores (FEDER)</li><li>• Açores (FSE)</li><li>• Madeira (FEDER)</li><li>• Madeira (FSE)</li></ul>
<b>Programas Operacional Cooperação Territorial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Transfronteiriça</li><li>• Transnacional</li><li>• Inter-Regional</li></ul>
<b>Programas Operacionais de Assistência Técnica</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• POAT (FEDER)</li><li>• POAT (FSE)</li></ul>

Fonte: Adaptação de informação disponível no site QREN (consultar em: [http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=203](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203)).

Numa análise comparativa ao nível da estruturação dos Programas dos dois quadros comunitários, destaca-se a redução significativa do número de Programas Operacionais que passam de vinte para dezassete. Que de algum modo, cumulativamente, também substituíram os Eixos que representavam os objectivos gerais no QCA III. A utilização de designações temáticas mais abrangentes e a concentração das tipologias de acções simplifica a pesquisa dos Programas e consequentemente dos Fundos Estruturais disponíveis contribuindo para uma melhor selectividade e focalização dos investimentos e acções de desenvolvimento.

Na tabela seguinte (tabela I.4) apresenta-se a distribuição dos Programas Operacionais ao nível do QREN e respectivos Eixos, identificando apenas os Programas a que a CMM se candidatou, no período compreendido entre as datas de Janeiro/2008 e Outubro/2009.



**Tabela I.4 – Distribuição dos Programas Operacionais – QREN**

<b>PROGRAMA OPERACIONAL TEMÁTICO</b>	<p>Eixo 1 – Qualificação Inicial</p> <p>Eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida</p> <p>Eixo 3 – Gestão e Aperfeiçoamento Profissional</p> <p>Eixo 4 – Formação Avançada</p> <p>Eixo 5 – Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Activa</p> <p>Eixo 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social</p> <p>Eixo 7 – Igualdade de Género</p> <p>Eixo 8, 9 e 10 – Não Aplicável ao Município da Maia</p>	<b>PROGRAMA OPERACIONAL ASSISTÊNCIA TÉCNICA</b>	POAT (2)	<b>PROGRAMA OPERACIONAL COOPERAÇÃO TERRITORIAL</b>	<p>Trans -fronteiriça</p> <p>Trans-nacional</p> <p>Inter-Regional</p>	<b>PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS</b>	<p>Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento</p> <p>Eixo 2 – Valorização Económica de Recursos Específicos</p> <p>Eixo 3 – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial</p> <p>Eixo 4 – Qualificação do Sistema Urbano</p> <p>Eixo 5 – Governação e Capacidade Industrial</p> <p>Eixo 6 – Não Aplicável ao Município da Maia</p>		
								POPH	PO Regional Norte
								POFC	PO Regional Centro
								POVT	PO Regional Alentejo
									PO Regional Algarve
									PO Regional Açores (2)
									PO Regional Madeira (2)
PO Regional Lisboa									

Fonte: Adaptação de informação disponível no site QREN (consultar em: [http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=203](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203)).

Em análise à tabela I.4 verifica-se que a CMM encontra-se a executar<sup>7</sup> projectos ao nível de dois Programas Operacionais: Programa Operacional Potencial Humano

<sup>7</sup> Na Tabela I.4 apenas se identificam os Programas que contemplam candidaturas da CMM aprovadas. A mesma não inclui Programas a que a autarquia se candidatou e que ainda aguarda os resultados respectivos, como por exemplo os projectos submetidos ao POVT.



(POPH) e Programa Operacional da Região Norte (PONORTE) consubstanciado em doze Eixos Específicos disponíveis (conforme tabela I.4), entre os quais a CMM ajustou os projectos candidatos às temáticas dos Eixos aplicáveis.

A necessidade de financiamento externo, de acordo com as directrizes do Executivo consubstanciado nos objectivos gerais da organização, para a execução física de Projectos, prioriza os Programas a que a CMM se candidata, ao nível do QCA III e QREN.

Assinalam-se dois Programas (Regiões Autónomas e Assistência Técnica) que apresentam a mesma designação, apenas são financiados por diferentes Fundos Estruturais de modo a enquadrar as candidaturas de acordo com a sua natureza (FEDER *versus* FSE). Com efeito, na tabela anterior (I.4) apresenta-se entre parêntesis o número de Programas existentes com a mesma identificação cuja distinção reside no Fundo Estrutural afecto ao mesmo, como por exemplo: PO Regional Madeira FSE e PO Regional Madeira FEDER.

À semelhança do verificado ao nível do QCA III, dos Programas Operacionais referenciados anteriormente a que a CMM se candidatou cumulativamente, salienta-se que os mesmos dispõem de diferentes Fundos Estruturais de apoio financeiro, como se pode verificar na subsecção 1.3.



### **1.3) FUNDOS ESTRUTURAIS: CARACTERIZAÇÃO E REVISÃO SOBRE A TEMÁTICA**

Na sequência do Tratado da União Europeia<sup>8</sup>, que institui o princípio da coesão económica e social, e no sentido de atingir esse grande objectivo, foram criados quatro Fundos Estruturais:

- FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca
- FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

Entre as várias definições, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors publicita no seu balcão virtual que os Fundos Estruturais são instrumentos de co-financiamento a que os Estados-Membros se podem candidatar para, conjuntamente com os recursos nacionais públicos e privados, apoiar ao longo de períodos plurianuais definidos, os esforços nacionais de desenvolvimento, com vista à realização plena da coesão (Fonte: <http://www.eurocid.pt>, em 21/10/2009).

Dos Fundos Estruturais disponíveis, ao nível do QCA III, a CMM desenvolveu projectos ao abrigo de três, respectivamente FEDER, FSE e IFOP pelo que são apenas estes caracterizados nesta subsecção. Importa sublinhar que ao nível do QREN apenas os Fundos FEDER e FSE são utilizados, excluindo-se o IFOP.

O FEDER foi constituído no ano de 1975 com o grande objectivo de financiar a ajuda estrutural através de Programas de Desenvolvimento Regional orientados para as regiões mais desfavorecidas, actuando em função de uma estratégia global e integrada

---

<sup>8</sup> O Tratado da União Europeia foi assinado a 7 de Fevereiro de 1992, pelos então 12 Estados-Membros da Comunidade Europeia, em Maastricht (Fonte: <http://www.eurocid.pt>, em 26/02/2009).



com os restantes Fundos Estruturais. A génese do FSE remonta ao ano de 1960 e é o principal instrumento da política social comunitária, dando assistência financeira às políticas de educação e de formação profissional, tendo em vista a promoção do emprego e a integração no mercado de trabalho. Desde 1994, o IFOP reúne os instrumentos comunitários para o sector da pesca, aplicando-se, essencialmente, às regiões costeiras (Fonte: <http://www.qca.pt>, em 20/01/2009).

Os regulamentos comunitários dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, aplicáveis no período 2007-2013 introduzem alterações muito significativas face a anteriores períodos de programação, designadamente no que respeita à reformulação dos objectivos dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, que privilegiam a Convergência, a Competitividade Regional e Emprego e a Cooperação Territorial Europeia, consubstanciados numa Programação Mono-Fundo dos Fundos Estruturais.

Estabelecendo o respectivo paralelismo para os projectos promovidos pela CMM, adianta-se que as candidaturas em curso são co-financiadas, separadamente, pelo FEDER (infra-estruturas, inovação, entre outros) e FSE (formação profissional, ajudas ao emprego, entre outros) aliás, únicos Fundos Estruturais disponíveis pelo actual quadro comunitário (Fonte: [http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=203](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203), em 03/11/2009).

Após a caracterização sucinta das tipologias de Fundos Estruturais associadas às candidaturas submetidas pela CMM é igualmente relevante analisar o que tem sido pesquisado sobre essa temática no nosso País e no exterior. Assim, o presente trabalho tomou como referência estudos desenvolvidos na área de Fundos Estruturais, em particular os que se apresentam na tabela seguinte:



**Tabela I.5 – Revisão de Literatura**

N.º	Base de Estudo <sup>9</sup>	Autores/Título	Data	Objectivos	Delimitação Espacial	Delimitação Temporal	Metodologia
1	A	<b>Autores:</b> Coutinho, Maria; Marquês, Maria e Soares, João <b>Título:</b> “Desigualdades Regionais em Portugal Continental: Uma Análise Estatística Multivariada”	2001	Encontrar uma classificação sócio - económica do Território Continental.	Território Continental Português	1995	Recurso a uma técnica estatística multivariada, a análise de <i>clusters</i> e é baseada num alargado número de indicadores demográficos, económicos, de saúde, educação, emprego e cultura de 275 concelhos em que se dividia o território em 1995. Analisados 33 indicadores concelhios (exemplo: despesas da Câmara por habitante; relação entre as despesas da Câmara em ambiente e o total das despesas) e respectivas correlações.
2	A	<b>Autor:</b> Instituto Nacional de Estatística <b>Título:</b> “Paridades do Poder de Compra”	2008	Divulgar os indicadores mais comuns que relacionam o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> com o indicador de Paridade do Poder de Compra.	37 Países Europeus	2007	A metodologia recorre a informação de base sobre preços compilada e trabalhada pelo Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia) a que o Instituto Nacional de Estatística acresce a sua divulgação de indicadores mais comuns que relacionam o Produto Interno Bruto <i>per capita</i> com o indicador de Paridade do Poder de Compra. A Metodologia seguida pelo Eurostat visa avaliar o Produto Interno Bruto dos vários países num numerário artificial (as Paridades de Poder de Compra Padrão) estabelecendo a partir daí comparações sobre a riqueza “real” dos diversos países.
3	B	<b>Autor:</b> Associação Porto Digital <b>Título:</b> “Porto Digital – no caminho para a sociedade do conhecimento”	2007	Desenvolver e implementar 10 sub - projectos organizados em 5 grandes categorias: - Infra-Estruturas – 93 km de fibra óptica; - Promoção do uso da Internet; - Wi-Fi e Bluetooth (...) em espaços públicos; - <i>e - government</i> ; - Projectos sectoriais, tais como o tele-trabalho, mapa digital para turismo (...).	Região Norte (Portugal)	2005-2007	Análise descritiva do projecto: - Criação, implementação, resultados e limitações.
4	A	<b>Autor:</b> Kilsztajn, Samuel <b>Título:</b> “Paridade do Poder de Compra, Rendimento <i>per capita</i> e outros indicadores económicos.”	2000	Divulgar o conceito da Paridade do Poder de Compra para uso internacional, apontar a relação entre Paridade do Poder de Compra e Rendimento per capita e indicar a utilização da Paridade do Poder de Compra para outros indicadores económicos como a formação bruta de capital, taxas de câmbio e economia regional.	Estados Unidos, Brasil, Alemanha, Chile, Venezuela, Argentina, Colômbia, México, Peru, Japão, China, França e Reino Unido	1970-2000	A metodologia adoptada no presente estudo, recorre a uma análise económica comparada, tendo por base a comparação de indicadores de vários países.

<sup>9</sup> A – Estudo sobre indicadores para apoiar candidaturas ao QCA III e QREN.  
B – Projecto Financiado por Fundos Estruturais (*Case Study*).



(...) Continuação da Tabela I.5

N.º	Base do Estudo	Autores/Título	Data	Objectivos	Delimitação Espacial	Delimitação Temporal	Metodologia
5	A	<b>Autor:</b> Augusto Mateus & Associados – Empresa de Consultores, Lda. <b>Título:</b> “A região da Madeira no contexto das motivações dos Fundos Estruturais na Europa Alargada – Indicadores e Posicionamento”	2004	Aprofundamento das questões suscitadas pelo “Estudo sobre o Produto Interno Bruto da Região Autónoma da Madeira 2000-2002”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, procurando contribuir para o enquadramento da região de forma mais rigorosa em matéria de aproximação ao valor real do Produto Interno Bruto Regional no contexto de uma União Europeia Alargada.	Região Autónoma da Madeira	2000-2002	A metodologia adoptada no presente estudo foi determinada pelos termos de referência publicados pelo Instituto Nacional de Estatística fornecendo às autoridades regionais uma base teórica sólida de argumentação para enfrentar o próximo período de programação financeira estrutural na União Europeia acautelando devidamente a satisfação das necessidades da região da Madeira em matéria de recursos afectos em função do seu verdadeiro nível riqueza, desenvolvimento e coesão.
6	A	<b>Autor:</b> Carvalho, Paulo e Silva, Susana <b>Título:</b> “Os Programas LEADER e o desenvolvimento rural em ambientes de montanha”	2008	Abordagem conceptual pretende reflectir sobre os resultados da intervenção LEADER + numa área de montanha do centro de Portugal, a partir da análise geográfica dos projectos aprovados e seu contributo para a promoção do potencial endógeno e do desenvolvimento sustentado dos territórios rurais.	Área de Montanha do Centro de Portugal	2000-2006	Análise comparativa entre as candidaturas aprovadas dos concelhos que integram a área de montanha da Região do Centro de Portugal, no que respeita ao montante de investimento, domínios de intervenção, localização geográfica e identificação dos promotores. O estudo foi desenvolvido a partir da análise geográfica dos projectos aprovados e através do seu contributo para a promoção do potencial endógeno e do desenvolvimento sustentado dos territórios rurais.
7	B	<b>Autor:</b> LAMTec – Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnologia, Universidade dos Açores <b>Título:</b> “Centro de Investigação Tecnológico Interactivo em energias renováveis e hidrogénio renovável nos Açores”	2007	Informar a população em geral e estudantes do ensino em particular, quanto à viabilidade das energias renováveis.	Região Autónoma dos Açores	Dezembro de 2003 a Dezembro de 2005	O projecto recorreu a uma campanha de sensibilização, a fim de informar a população em geral e estudantes do ensino em particular, quanto à viabilidade das energias renováveis. A metodologia utilizada consistiu no relato descritivo pela via de uma exposição, concebida para funcionar como um espaço aberto onde o público em geral e estudantes do ensino em particular pudessem interagir com várias experiências e equipamentos.
8	B	<b>Autor:</b> Universidade do Minho <b>Título:</b> “HBRIDMOLDE – Desenvolvimento de metodologias alternativas de projecto e fabrico de moldes rápidos para injeção de termoplásticos de engenharia”	2007	Transferência de know-how na concepção e produção de "moldes" híbridos de instituições para a indústria, a fim de permitir que os produtores utilizem métodos mais rápidos e mais económicos para a fabricação de modelos usados para produtos protótipos de produção em série e desenvolvimento.	Região Centro	Janeiro de 2003 a Abril de 2005	A metodologia adoptada, de cariz descritivo, consistiu numa série de actividades de Investigação e Desenvolvimento (I & D), que incluiu o estudo e teste de novas técnicas, instrumentos e matérias-primas, juntamente com análises de controlo de qualidade e potencial comercial.
9	B	<b>Autor:</b> EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. <b>Título:</b> “Optimização dos múltiplos propósitos da função dos Socorridos do poder da estação hidroeléctrica, para usar todo o ano, em volta da produção de água para abastecimento público, irrigação e electricidade”	2007	Permitir a produção de energia durante todo o ano e durante todo o dia e também a disponibilização de água para a irrigação e para o fornecimento do público.	Região Autónoma da Madeira	Maio de 2004 a Dezembro de 2007	A metodologia utilizada no presente estudo, recorre a uma análise descritiva do projecto, tendo por base a descrição das 4 etapas principais do projecto, a saber: - Construção do túnel do Covão; - Construção da galeria de armazenamento Socorridos / reservatório; - Requalificação dos túneis do Canal do Norte; - Estação de bombeamento em Socorridos.



O quadro apresentado anteriormente identifica um conjunto de estudos que retratam de forma distinta a temática dos Fundos Estruturais, dada a sua abrangência. A eleição destes trabalhos tem por base dois critérios distintos de selecção. Assim, pretendeu enumerar-se alguns estudos recentes baseados na análise dos indicadores necessários para a fundamentação de candidaturas ao QCA III e QREN – Base de Estudo A – e alguns exemplos de projectos financiados por Fundos Estruturais (*Case Study*) – Base de Estudo B.

De igual modo os indicadores e metodologias utilizadas são díspares. Em termos metodológicos recorrem na sua maior parte à descrição com fundamentação teórica e comparativa tendo por base estudos anteriormente publicados e dados obtidos após implementação dos projectos.

No que concerne aos indicadores, conforme análise do quadro, salientam-se entre outros a paridade de poder de compra, o rendimento *per capita*, que por si só contribuem para a elegibilidade das regiões aos quadros comunitários de apoio<sup>10</sup>.

Em termos metodológicos, a presente dissertação segue a linha proposta pelo estudo Coutinho et al. (2001), que recorre à formação de *clusters* com o objectivo de encontrar uma classificação socioeconómica do Território Continental e que, na nossa análise, será ajustada à distribuição do financiamento suportado pelas candidaturas aprovadas e operacionalizadas nas diferentes freguesias do Concelho da Maia.

---

<sup>10</sup> A elegibilidade das regiões, também designadas por Regiões de Convergência são as regiões onde o PIB per capita é inferior a 75% da média da União Europeia, para efeitos de enquadramento no QCA III e no QREN (Fonte: [http://www.qca.pt/fundos/pc\\_derrogacoes.asp](http://www.qca.pt/fundos/pc_derrogacoes.asp) e [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/interim4/4inter\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/interim4/4inter_pt.pdf), em 09/11/2009).



#### 1.4) Considerações Finais

Numa análise comparativa sucinta do QCA III e do QREN verifica-se que o QCA III apresenta menos orientações estratégicas (três face a cinco), que no entanto operacionalizam-se em menos Programas, deixando cair os Eixos Prioritários que de alguma forma, em nosso entender, simplificam e permitem uma forma mais rigorosa de monitorizar a execução dos projectos.

Adicionalmente, ao nível do financiamento, a afectação é feita apenas por um Fundo (Mono-Fundo) no QREN, quando ao abrigo do QCA III era possível obter, cumulativamente vários Fundos.

Os estudos analisados sobre Fundos Estruturais na secção anterior permitem aferir das mais-valias constituídas pela presente tese face aos trabalhos apresentados, pois estabelece uma forma alternativa de retratar essa mesma temática, designadamente quanto ao objecto temporal e espacial da análise descritiva a efectuar (caracterização do território, da população alvo e da amostra seguindo-se da avaliação dos dados associados às candidaturas desenvolvidas pelo Município da Maia, ao abrigo do QCA III e concluindo com a identificação dos projectos que obtiveram financiamento pela via dos Fundos Estruturais) e na escolha da variável caracterizadora dos *clusters* (tendo em conta o objectivo distinto da análise).

Numa perspectiva estrutural, a sistematização de dados disponíveis é crucial para facilitar a análise do posicionamento e evolução da economia local.

Com efeito, a nível regional importa catalogar as candidaturas do Município da Maia ao QCA III por áreas temáticas e posteriormente avançar para a análise comparativa dos dados estatísticos dos últimos anos, na óptica do desenvolvimento do Concelho.

A este propósito, no capítulo II caracteriza-se, quantitativamente e qualitativamente, os projectos co-financiados e desenvolvidos no Concelho da Maia, ao abrigo do QCA III.



## **CAPÍTULO II – AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS DA CMM E UTILIZAÇÃO DE FUNDOS ESTRUTURAIS - QCA III**

### **2.0) CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

No presente capítulo pretende-se analisar todo o trabalho realizado no âmbito das candidaturas desenvolvidas pela CMM e financiadas por Fundos Estruturais ao abrigo do QCA III.

Tendo como ponto de partida o anterior propósito, optou-se por iniciar pela caracterização do território, da população alvo e da amostra na secção 2.1 e só numa fase posterior avançar para a avaliação dos dados associados ao objecto em análise (Secção 2.2 - Candidaturas Desenvolvidas pelo Município da Maia, ao abrigo do QCA III).

Assim, na subsecção 2.2.1 começa-se por efectuar uma análise das candidaturas submetidas no período em estudo dando a conhecer a sua magnitude, o que foi aprovado e distinguindo, dentro das aprovadas, o investimento efectuado tendo em conta o desvio entre o previsto e o efectivo e o que deu lugar a financiamento comunitário. Na subsecção seguinte (Secção 2.2.2 Investimento Elegível Previsto e Efectivo) serão apenas analisados os projectos que obtiveram aprovação caracterizando-os pela origem do financiamento (Fundos Estruturais ou outras fontes de financiamento) e tendo em conta a taxa de comparticipação e execução associada.

A secção 2.3 focaliza-se nos projectos que obtiveram financiamento por parte dos Fundos Estruturais sendo a avaliação efectuada por tipologia de candidaturas. Deste modo em 2.3.1 pretende-se caracterizar as candidaturas de natureza infra-estrutural por



área de intervenção, tipo de Fundo de financiamento associado e forma de distribuição geográfica do investimento por freguesias. Em 2.3.2 seguem-se os mesmos critérios para avaliar as candidaturas de natureza imaterial.

Para finalizar, na secção 2.4 sintetizam-se as principais conclusões sobre o investimento (candidaturas aprovadas) e a forma de utilização dos Fundos Estruturais por parte da CMM, cruzando os resultados mais relevantes das candidaturas de natureza infra-estrutural e imaterial.



## 2.1) CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, POPULAÇÃO ALVO E AMOSTRA

Uma pacata área agrícola no interior da região do Condado Portucalense, conhecida como Terras da Maia, adquiriu relevante importância histórica na fundação da nacionalidade, graças a ter sido o berço da família Mendes da Maia, três dos quais – Gonçalo, o Lidador, Soeiro e Paio Mendes da Maia, o Arcebispo de Braga – que desempenharam importante papel quer na educação de D. Afonso Henriques quer na génese e desenvolvimento dos primeiros anos da nacionalidade<sup>11</sup>.

A Maia é hoje uma região em que se cruzam passado e futuro, ruralidade e urbanidade, tradição e modernidade.

O Concelho da Maia situa-se na Região Norte<sup>12</sup>, insere-se no Grande Porto e pertence à Grande Área Metropolitana do Porto<sup>13</sup>. Segundo o Instituto Nacional de Estatística<sup>14</sup> a sua área geográfica estende-se por 83,1 Km<sup>2</sup> na qual residiam, valores referentes ao ano de 2006, cerca de 136.000 habitantes<sup>15</sup> repartidos por dezassete freguesias com especificidades próprias, relacionadas com aglomerados urbanos, com um tipo de

<sup>11</sup> Fonte: <http://cultura.maiadigital.pt/estorias-e-memorias/ilustres-maiatos/goncalo-mendes-da-maia>, em 30/01/2009.

<sup>12</sup> A Região do Norte pertence à NUT II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos e o Grande Porto, onde se insere o concelho da Maia, inclui-se na NUT III. Utilizada na legislação comunitária referente aos Fundos Estruturais desde 1988, as NUTS designam a classificação europeia criada pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) com vista a estabelecer uma divisão coerente e estruturada do território económico comunitário, criando uma base territorial comum para efeitos de análise estatística de dados (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 20/02/2009).

<sup>13</sup> Grande Área Metropolitana do Porto – Constituem actualmente a Grande Área Metropolitana do Porto 16 Municípios: Arouca, Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Santo Tirso, São João da Madeira, Trofa, Vale de Cambra, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia (Fonte: <http://www.amp.pt/gca/index.php?id=78> – AMP – Área Metropolitana do Porto, em 20/02/2009).

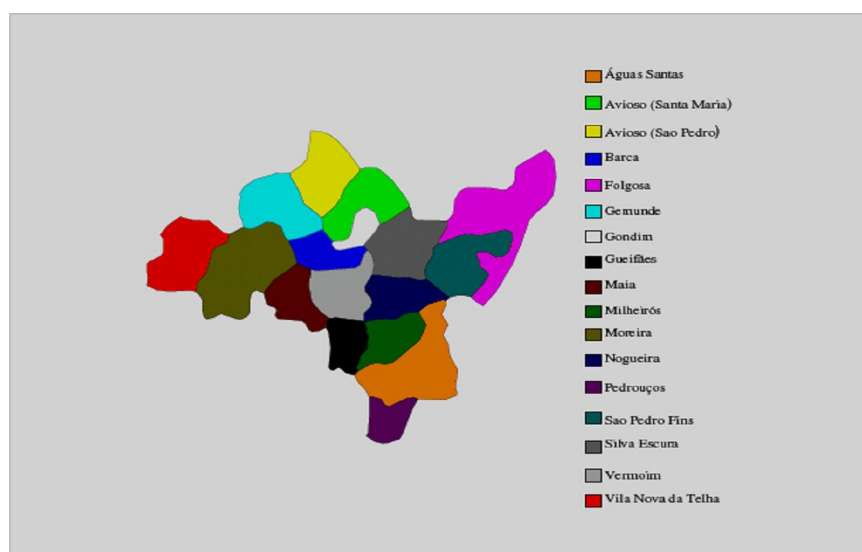
<sup>14</sup> Fonte: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=11290756&PUBLICACOESstema=55523&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=11290756&PUBLICACOESstema=55523&PUBLICACOESmodo=2) - Anuário Estatístico da Região Norte 2006, Instituto Nacional de Estatística, I.P., em 22/01/2009.

<sup>15</sup> Fonte: <http://www.cedr-n.pt> – Região Norte – Indicadores Regionais – Grande Porto, em 30/01/2009.

povoamento e ocupação rural ou com a emergência de núcleos empresariais devidamente organizados e distribuídos urbanisticamente.

Neste contexto, a figura II.1 apresenta a localização geográfica das freguesias do Concelho.

**Figura II.1 – Freguesias do Concelho da Maia**



Fonte: <http://www.ine.pt>, em 30/01/2009.

A Maia possui uma localização geoestratégica ímpar no seio da Área Metropolitana do Porto, assumindo, cada vez mais, a centralidade intrínseca e característica à sua posição de charneira, quer no desenvolvimento do eixo interior-litoral, quer na dinâmica urbana verificada no eixo norte-sul da região noroeste peninsular, mantendo uma relação privilegiada, assente também na proximidade geográfica, com os Concelhos do Porto, Matosinhos, Vila do Conde, Trofa, Santo Tirso, Valongo e Gondomar.

A importância geoestratégica do Concelho da Maia é potenciada pela rede de infra-estruturas comunicacionais pela qual é servido e através da qual estabelece um conjunto de relações, aos níveis regional, nacional e internacional. É aqui que se localiza o



principal hinterland de navegação aérea de toda a Região Norte. O Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, com capacidade até seis milhões de passageiros por ano<sup>16</sup>, é o principal eixo de ligação aérea peninsular e europeia do norte do País. Para além do aeroporto, localiza-se também no Concelho da Maia o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz, implantado na freguesia de Folgosa, no extremo nordeste do Concelho.

O Concelho da Maia teve um crescimento demográfico notável nos últimos trinta anos<sup>17</sup>. De Concelho rural, nos anos sessenta e setenta, passou a Concelho predominantemente industrial, aliás a Zona Industrial da Maia é consensualmente considerada a mais pujante Zona Industrial do Norte de Portugal, e com um forte sector de serviços. Uma tipologia habitacional essencialmente composta por casas e terrenos agrícolas foi transformada num forte parque habitacional e industrial modernos.

Nos últimos anos, transformou-se numa cidade vanguardista, carregada de obras de arquitectos contemporâneos de reputação internacional, como por exemplo: Álvaro Siza, Souto Moura e Álvaro Rocha.

Um dos símbolos desta profunda alteração de paisagem rural para paisagem urbana é a Torre Lidador, um edifício com vinte e dois pisos acima do solo, totalmente espelhado e que é, já hoje, uma das componentes da “Marca” Maia.

A Torre Lidador acolhe a maioria dos serviços municipais. Segundo o Balanço Social da CMM 2006, a autarquia dispõe de 1306 colaboradores, sobretudo jovens,

---

<sup>16</sup> Fonte: [http://www.ana.pt/planos\\_opo/PD\\_ASC.pdf](http://www.ana.pt/planos_opo/PD_ASC.pdf), em 01/02/2009.

<sup>17</sup> Segundo os dados do INE, o crescimento populacional da Maia entre os anos de 1991-2001 e 2001-2006 foram, respectivamente, de 27,5% e 11.7% assumindo-se como o concelho com maior crescimento no Grande Porto (Fonte: <http://www.ccdr-n.pt> – Região Norte – Indicadores Regionais – Grande Porto, em 30/01/2009).



distribuídos por diversos departamentos, gabinetes e respectivo Executivo de acordo com a macroestrutura organizacional, em vigor desde 2005<sup>18</sup>.

Para além dos serviços existentes na sua estrutura orgânica de forma directa, a autarquia dispõe, igualmente, de um conjunto de instituições que desempenham um papel importante na prossecução das atribuições municipais nas mais diversas áreas de actividade, tais como: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia; Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia; Empresa Municipal Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M.; Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M. e Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., todas elas participadas a 100% pelo Município.

É importante referir que a CMM começou a posicionar-se fortemente na área das candidaturas a Fundos Estruturais no ano 2004, com a criação de uma equipa específica para o desenvolvimento e acompanhamento de projectos passíveis de financiamento comunitário. Desde então, a Torre Lidador acolhe um Gabinete de Candidaturas aos Fundos Estruturais com vista a potenciar o investimento, essencialmente público, e o desenvolvimento da região.

---

<sup>18</sup> Fonte: <http://www.cm-maia.pt>, em 05/08/2009.



## 2.2) CANDIDATURAS DESENVOLVIDAS PELO MUNICÍPIO DA MAIA, AO ABRIGO DO QCA III

### 2.2.1) Candidaturas Submetidas

No período compreendido entre os anos 2000 e 2008 o Gabinete de Fundos Comunitários da CMM preparou, aproximadamente, cinquenta e sete processos de candidatura aos diversos programas comunitários do QCA III e outros Fundos nacionais<sup>19</sup>. Os projectos em carteira assumiam um volume de investimento elegível previsto na ordem dos 45 Milhões de Euros (ver tabela II.1 e ANEXO 1<sup>20</sup>).

De destacar que, entende-se por investimento elegível o montante da despesa abrangido para efeitos de participação comunitária. Sendo certo que algumas candidaturas contemplavam um ou mais que um projecto/operação ou acção importa clarificar que o custo total<sup>21</sup> assumiu valores muito superiores, indispensáveis à prossecução dos objectivos da operação.

De forma a distinguir claramente os conceitos de candidaturas *versus* projectos/operações é fundamental definir ambos os conceitos. Segundo informação disponível na página on-line do QCA III, por candidatura entende-se o “Pedido formal de apoio financeiro comunitário apresentado pelo beneficiário final (ou destinatário individual, no caso de regimes de auxílios) ao gestor de uma intervenção operacional, através do preenchimento de um formulário tipo (que poderá ter formato electrónico), no qual é, nomeadamente, descrita a operação a financiar, os seus objectivos, a sua

---

<sup>19</sup> As candidaturas da CMM co-financiadas ao abrigo do QCA III considera que a elegibilidade das despesas encerrou em Dezembro de 2008, contrariamente à data prevista de Dezembro de 2006 (conforme já referenciado no anterior capítulo).

<sup>20</sup> ANEXO 1 – “Investimento Elegível Previsto de Candidaturas Aprovadas e Não Aprovadas – Quadro Resumo”.

<sup>21</sup> Custo Total: Total da despesa elegível acrescido da despesa não elegível que seja indispensável à prossecução dos objectivos da operação (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).



sustentabilidade, o calendário de execução e a programação financeira”<sup>22</sup>. Os projectos/operações/acções reflectem o conteúdo das candidaturas que podem incluir um ou mais projectos/operações/acções, como por exemplo uma operação de construção civil acrescida de uma acção de promoção e sensibilização.

Exclui-se do presente estudo as candidaturas promovidas por associações, sediadas no Concelho da Maia, que mereceram a colaboração de técnicos da autarquia.

No período em análise, também foi desenvolvido um projecto de Parceria<sup>23</sup> de grande impacto no Concelho, designado “Maia Digital”<sup>24</sup>, que pelo facto da CMM ser Parceiro e não Promotor<sup>25</sup> não se envolve no presente estudo.

Importa ressaltar que, os montantes de despesa e comparticipação comunitária apresentados pela autora reportam aos dados disponíveis e validados até ao pretérito mês de Dezembro de 2008, não contemplando acertos financeiros posteriores a essa data que resultam de auditorias externas, nomeadamente à operação de construção de uma Escola Ambiental (projecto n.º 9, ver tabela II.7) Tal facto, justifica o diferencial de, aproximadamente, 50 Mil Euros vertido na listagem de projectos QCA III – Operação Norte disponibilizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte - CCDRN, para efeitos de fundamentação dos valores trabalhados neste estudo (Ver ANEXO 2<sup>26</sup>).

---

<sup>22</sup> Programação Financeira: Parte integrante da decisão de aprovação de uma intervenção operacional, que detalha para cada Eixo Prioritário, numa base anual, o montante do envelope financeiro previsto para a participação dos diferentes Fundos e das correspondentes fontes de financiamento nacional (públicas e privadas) associadas (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).

<sup>23</sup> Parceria: Estreita concertação entre a Comissão Europeia e o Estado-Membro, bem como entre as autoridades regionais e locais e os parceiros económicos e sociais, no âmbito da preparação, financiamento, acompanhamento e avaliação das intervenções operacionais (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).

<sup>24</sup> No projecto “MaiaDigital”, participaram cerca de 40 instituições locais e regionais, promovendo e desenvolvendo serviços na área das novas Tecnologias de Informação e da Comunicação. A Câmara Municipal da Maia foi parceira em 13 projectos envolvendo um investimento elegível efectivo de 2.190.713,98€ uma taxa de comparticipação média de 54% e um financiamento no valor de 1.187.451,28€(valores provisórios).

<sup>25</sup> Promotor: Entidade que apresenta uma candidatura para o financiamento comunitário de uma operação no âmbito de um regime de auxílios (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).

<sup>26</sup> ANEXO 2 – “Listagem dos Projectos do Município da Maia Acolhidos no Âmbito do PO NORTE/QCA III”.



Com o objectivo de avaliar a magnitude das candidaturas realizadas no Concelho da Maia, quer em número quer em montante, apresenta-se na tabela II.1 o número de candidaturas não aprovadas, aprovadas e financiadas por Fundos Estruturais, aprovadas e financiadas por outros Fundos e o respectivo investimento elegível previsto e efectivo.

**Tabela II.1 – Investimento Elegível Previsto de Candidaturas Aprovadas e Não Aprovadas**

Candidaturas	Qt.	Investimento Elegível Previsto	Investimento Elegível Efectivo	Comparticipação Comunitária
Aprovadas e Financiadas por Fundos Estruturais	17	21.638.872,41 €	21.248.331,01 €	12.883.639,62 €
Aprovadas e Financiadas por Outros Fundos	7	2.930.754,97 €	2.551.301,42 €	1.455.924,62 €
<b>Total Aprovações</b>	<b>24</b> <b>42,11%</b>	<b>24.569.627,38 €</b> <b>54,66%</b>	<b>23.799.632,43 €</b> -----	<b>14.339.564,24 €</b> -----
<b>Total Não Aprovações</b>	<b>33</b> <b>57,89%</b>	<b>20.383.687,94 €</b> <b>45,34%</b>	----- -----	----- -----
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>44.953.315,32 €</b>	<b>23.799.632,43 €</b>	<b>14.339.564,24 €</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Em análise à tabela II.1, segundo o número de candidaturas “trabalhadas” verifica-se que 42,11% das candidaturas foram ganhadoras. Das candidaturas submetidas para apreciação pela Autoridade de Gestão<sup>27</sup> competente, vinte e quatro (24) foram objecto de parecer favorável estimando-se um investimento elegível de 24.569.627,38 €. Contrariamente, 57,89% das candidaturas não foram aprovadas, maioritariamente, porque não se enquadravam nos pré-requisitos dos Programas Operacionais não sendo, em alguns casos, oficializada a submissão da candidatura.

<sup>27</sup> Autoridade de Gestão: Entidade pública ou privada nacional, regional ou local, designada pelo Estado-Membro, para gerir uma intervenção, sendo, neste âmbito, responsável pela eficácia e regularidade da gestão e da execução. A autoridade de gestão corresponde, no âmbito de cada intervenção operacional, ao gestor e, no caso do quadro comunitário de apoio, à Comissão de Gestão do QCA III (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).



Em termos de montante de investimento elegível previsto verifica-se que 54,66% das candidaturas foram aprovadas, por oposição de 45,34% de candidaturas não aprovadas (esta análise contempla os projectos financiados por Fundos Estruturais e outros Fundos).

Importa esclarecer que alguns projectos válidos em fase de pré-candidatura, cumprindo todos os critérios de selecção, a dada altura convertem-se em projectos não elegíveis por razões que se prendem, por exemplo, com a reduzida dotação orçamental do Fundo face ao volume de candidaturas perfiladas. Condição por este motivo a CMM, como potencial beneficiária, foi “obrigada” a desistir de algumas, focalizando os seus recursos em candidaturas potencialmente vencedoras.

### **2.2.2) Investimento Elegível Previsto e Efectivo**

No caso das candidaturas aprovadas o diferencial entre o Investimento Elegível Previsto (21.638.872,41€), valor aprovado em fase de candidatura, e o Investimento Elegível Efectivo (21.248.331,01€), despesa efectivamente paga, que está claramente associada à concretização da operação, é praticamente irrelevante (relativamente à dimensão dos valores em comparação), assumindo um diferencial na ordem dos 1,80% (390.541,40 €).

Em termos gerais podemos afirmar que esse diferencial deve-se a investimentos realizados fora do período de elegibilidade de despesa<sup>28</sup> e/ou em ultrapassar os limites de valores de referência ao investimento elegível.

---

<sup>28</sup> No caso das candidaturas submetidas ao QCA III, via ON – Operação Norte, e após sucessivas prorrogações de prazo, a Comissão de Gestão do QCA III definiu que o período de elegibilidade das despesas encontra-se compreendido entre as datas de 19 de Novembro de 1999 a 30 de Junho de 2009 (Fonte: [http://www.ccdr-n.pt/og\\_promotores.pdf](http://www.ccdr-n.pt/og_promotores.pdf) – “Orientação de Gestão – Regras e Procedimentos de Encerramento para os Promotores”, em 08/08/2009).



A tabela II.2 sintetiza a informação relativa às candidaturas aprovadas, financiadas por Fundos Estruturais<sup>29</sup> e outros Fundos, tendo em conta o montante de Investimento Elegível Previsto e Efectivo, a Comparticipação Comunitária bem como as Taxas de Comparticipação e Execução.

**Tabela II.2 – Taxa de Comparticipação e Execução da Despesa, por Natureza dos Fundos**

Candidaturas	Investimento Elegível Previsto	Investimento Elegível Efectivo	Comparticipação Comunitária	Taxa de Comparticipação	Taxa de Execução
Aprovadas e Financiadas por <b>Fundos Estruturais</b>	21.638.872,41€	21.248.331,01€	12.883.639,62€	60,63%	98,20%
Aprovadas e Financiadas por <b>Outros Fundos</b>	2.930.754,97€	2.551.301,42€	1.455.924,62€	57,07%	87,05%
<b>Total</b>	<b>24.569.627,38€</b>	<b>23.799.632,43€</b>	<b>14.339.564,24€</b>	-----	-----

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Da análise dos dados registados na tabela II.2 pode observar-se que a taxa de comparticipação de candidaturas financiadas por Fundos Estruturais é superior comparativamente com as candidaturas financiadas por outros Fundos, respectivamente, 60,63% e 57,07%. De igual modo, conclui-se que as candidaturas financiadas por Fundos Estruturais atingem uma taxa de execução superior (98,20%), também designada por taxa de realização financeira na medida em que traduz uma relação entre despesa efectivamente realizada e despesa programada.

<sup>29</sup> Fundos Estruturais: Mecanismos financeiros utilizados pela Comunidade Europeia para reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, incluindo as zonas rurais, com o objectivo de reforçar a sua coesão económica e social. O FEDER constitui o principal instrumento de apoio às acções estruturais da União, seguindo-se o FSE, o FEOGA-O e o IFOP (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).



No caso das candidaturas financiadas por Fundos Estruturais a taxa de execução<sup>30</sup> conseguida pela CMM permitiu dissipar situações de perda de recursos financeiros da autarquia por incapacidade de execução integral.

O inverso já não se verificou pelo menos numa candidatura<sup>31</sup> apoiada financeiramente por outros Fundos, que não Fundos Estruturais. Pelo facto da CMM não cumprir os prazos de execução inicialmente previstos, por motivos alheios à própria entidade, tais como conciliar o término dos procedimentos de contratação pública com a disponibilidade de salas de aula nas escolas no período de férias, culminou na penalização da taxa de comparticipação e conseqüente taxa de execução sob pena de concluir o projecto com verbas próprias.

No âmbito do presente trabalho pretende-se evidenciar as candidaturas financiadas apenas por Fundos Estruturais. As sete candidaturas aprovadas e financiadas por outros Fundos (devidamente identificadas no Anexo 1), como por exemplo via Orçamento de Estado, nomeadamente o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central<sup>32</sup> (PIDDAC), não são objecto de análise neste estudo.

Com efeito, e de seguida, pretende-se analisar os projectos co-financiados apenas e só por Fundos Estruturais, que adicionalmente apresentam uma dimensão bem mais elevada face aos restantes, quer em número quer em montante monetário (ver resumo tabela II.1 e respectiva identificação no Anexo 1).

---

<sup>30</sup> Taxa de Execução: Designação equívoca, com que se pretende traduzir uma relação entre despesa efectivamente realizada e despesa programada, por vezes também designada "Taxa de realização financeira" Ambas podem ser substituídas, com vantagem, por designações mais precisas: "taxa de absorção financeira" e "taxa de execução da despesa aprovada" relativas a um dado ano ou período de tempo (Fonte: <http://www.qca.pt> – Glossário do "Guia para a avaliação intercalar do QCA III" da Comissão de Gestão, em 02/02/2009).

<sup>31</sup> Candidatura designada "Ampliação do Edifício Paços do Concelho".

<sup>32</sup> Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC): Constitui o quadro de referência da despesa pública de investimento realizada pela Administração Central (incluindo despesas de apoio ao investimento de outros sectores institucionais através de subsídios e transferências designadamente no âmbito dos "sistemas de incentivos" e de esquemas de colaboração com entidades exteriores à Administração Central) (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).



### **2.3) CANDIDATURAS FINANCIADAS POR FUNDOS ESTRUTURAIS, AO ABRIGO DO QCA III**

No âmbito do presente estudo, pretende avaliar-se os projectos objecto de co-financiamento por Fundos Estruturais (FEDER, FSE e IFOP<sup>33</sup>), enquanto exercício de reflexão pragmático. No Concelho da Maia, foram co-financiadas dezassete (17) candidaturas de diferentes tipologias, designadamente dez (10) candidaturas de carácter infra-estrutural, sete (7) de carácter imaterial e nenhuma de natureza mista.

As candidaturas do tipo infra-estrutural contemplam uma tipologia de operações que assumem uma forte componente de obra de intervenção, construção ou adaptação de equipamentos, arranjos exteriores, entre outros.

Importa salientar que os projectos de natureza imaterial assumem uma componente mais representativa no que respeita a despesas com a aquisição de bens e serviços. Constituem exemplos deste tipo de projectos os que incluem a aquisição e instalação de equipamentos informáticos, bens e materiais técnicos, didácticos, entre outros.

As candidaturas de natureza mista articulam acções imateriais com intervenções de carácter infra-estrutural.

Para proceder à avaliação de candidaturas financiadas, apresenta-se na tabela II.3 um resumo da informação sobre o montante de Investimento Elegível Previsto e Efectivo por Tipologia de Projecto infra-estrutural e imaterial.

---

<sup>33</sup> Conforme referido no Capítulo anterior, o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola – Secção Orientação trata-se de um Fundo Estrutural. Tendo presente que a CMM não executou projectos financiados pelo FEOGA não será referenciado no presente capítulo como Fundo Estrutural.



**Tabela II.3 – Investimento Elegível Previsto e Efectivo por Tipologia de Candidatura**

Tipologia Candidatura	Quantidade		Volume de Investimento (%)	Investimento Elegível Previsto	Investimento Elegível Efectivo
	Número	Taxa			
Infra-Estrutural	10	58,82%	97,08%	20.673.568,15€	20.627.850,56€
Imaterial	7	41,18%	2,92%	965.304,26€	620.480,45€
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>21.638.872,41€</b>	<b>21.248.331,01€</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Da tabela II.3 decorre que o investimento elegível previsto total assumiu o valor de 21.638.872,41 € que culminou numa despesa efectivamente paga de 21.248.331,01 €

Da listagem de projectos executados pela CMM ao abrigo do QCA III, observa-se que os de natureza infra-estrutural foram os eleitos, quer ao nível do número de candidaturas (58,82%) quer no que respeita ao volume de investimento (97,08%).

Uma apreciação sintética ao nível da execução permite concluir que pelo facto do Município ter em curso várias obras estruturantes, contribuiu para “pressionar” a apresentação de candidaturas nessa área. Pode afirmar-se que essa “pressão”, também advinha da proximidade entre a equipa técnica municipal de Fundos Comunitários com a equipa de obras públicas que partilham o mesmo espaço físico. Assinala-se que, pelo facto das candidaturas de natureza infra-estrutural absorverem 97,08% do investimento elegível efectivo não significa que sejam prioritários face aos projectos de natureza imaterial. O volume de investimento necessário à realização de projectos imateriais é que se assume inferior, o que de algum modo se revela compatível com a natureza dos dois tipos de investimento.



Tendo presente a dimensão do investimento por tipologia de projectos, importa analisar a informação relativa às taxas de execução e comparticipação das candidaturas aprovadas e financiadas por Fundos Estruturais, conforme se apresenta na tabela II.4.

**Tabela II.4 – Taxa de Comparticipação e Execução por Tipologia de Candidatura**

Tipologia Candidatura	Investimento Elegível Previsto	Investimento Elegível Efectivo	Comparticipação Comunitária	Taxa de Comparticipação <sup>34</sup>	Taxa de Execução
Infra-Estrutural	20.673.568,15€	20.627.850,56€	12.492.598,35€	60,56%	99,78%
Imaterial	965.304,26€	620.480,45€	391.041,27€	63,02%	64,28%
<b>Total</b>	<b>21.638.872,41€</b>	<b>21.248.331,01€</b>	<b>12.883.639,62€</b>	<b>60,63%</b>	<b>98,20%</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Na tabela II.4 pode observar-se que a taxa de comparticipação de candidaturas infra-estruturais é ligeiramente inferior, em termos relativos, comparativamente com as candidaturas imateriais, respectivamente, 60,56% e 63,02%.

No que respeita à taxa de execução os valores apresentam-se muito díspares. Sendo que os projectos infra-estruturais foram praticamente executados a 100%, por compensação de umas operações para outras, através de transferência de verbas entre candidaturas de modo a esgotar, sempre que possível, a dotação programada para o Concelho da Maia.

No tocante aos projectos de carácter imaterial verifica-se que a taxa de execução é de 64,28%, por força do beneficiário não preencher todos os requisitos vertidos nos regulamentos e legislação aplicável, nomeadamente ao nível dos prazos de execução física e financeira.

<sup>34</sup> A Taxa de Comparticipação inclui arredondamento a duas casas decimais.



Das dezassete candidaturas aprovadas e financiadas por Fundos Estruturais, quer de natureza infra-estrutural quer de natureza imaterial, a tabela II.5 pormenoriza a sua intervenção no Concelho da Maia por sete grandes áreas temáticas sectoriais.

**Tabela II.5 – Taxa de Intervenção por Área Temática, em Cada Tipologia de Investimento**

Áreas Temáticas	Taxa de Intervenção	
Acessibilidades e Transportes	47,45%	} Infra-Estrutural
Qualificação Territorial	33,68%	
Ambiente	11,82%	
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	7,05%	
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software	55,03 %	} Imaterial
Formação	39,37%	
Pescas – Equipamentos e Transformação	5,60%	

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Em análise à tabela II.5 conclui-se que a área temática “Acessibilidades e Transportes” face ao investimento realizado de natureza infra-estrutural apresenta a maior taxa de intervenção, de 47,45%. Uma das razões que contribuíram para o elevado investimento na área temática “Acessibilidades e Transportes” decorre das intervenções de manutenção e conservação realizadas em estradas nacionais (EN`s) após integrarem a rede municipal (EM`s) de acessibilidades, na sequência da implementação do Plano Rodoviário Nacional – PRN – 2000.

No âmbito das candidaturas imateriais verifica-se que área temática “Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software” apresenta a maior taxa de intervenção (55,03%). As candidaturas envolvidas nesta grande área temática consistiram em formações realizadas nas diversas escolas do Concelho da Maia e outros espaços municipais, na área das novas tecnologias, maioritariamente à camada mais jovem da população.



A área temática “Pescas – Equipamentos e Transformação” apresenta a menor taxa de intervenção das candidaturas imateriais, nomeadamente de 5,60%. Face a esta exposição importa ressaltar que a área temática “Pescas – Equipamentos e Transformação” apenas envolveu uma candidatura.

Para detalhar a análise das candidaturas financiadas analisa-se a afectação de projectos por Fundo Estrutural. Assim, a tabela II.6 resume a informação sobre o número e a percentagem de candidaturas por Fundo Estrutural: FEDER, FSE e IFOP.

**Tabela II.6 – Participação de Cada Fundo Estrutural por Candidaturas**

Candidaturas	FEDER	FSE	IFOP	TOTAL
<b>Qt.</b>	13	3	1	<b>17</b>
<b>Percentagem</b>	76,47%	17,65%	5,88%	<b>100%</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Do confronto entre as candidaturas aprovadas e a fonte de financiamento verifica-se que 76,47% das aprovadas foram co-financiadas pelo FEDER, 17,65% por o FSE e 5,88% pelo IFOP.

Tendo presente a natureza do Fundo FEDER, que assenta, principalmente, nos domínios dos transportes, comunicações, energia, ambiente, renovação urbana, infra-estruturas sociais nos domínios da educação, integração social, saúde e cultura, foi claramente o Fundo que melhor se ajustou ao tipo de investimentos estratégicos priorizados pelo Executivo Municipal e consubstanciados em candidaturas vencedoras.

No sentido oposto encontra-se o IFOP cuja natureza do Fundo visa intervenções no sector da pesca e aquacultura. Por esse motivo, não foi uma área prioritariamente



prevista nos programas plurianuais do Município, também tendo em conta a localização geográfica do Concelho da Maia.

Corroborando o raciocínio desenvolvido, do geral para o particular, importa pormenorizar os projectos de natureza infra-estrutural (subsecção 2.3.1) e de natureza imaterial (subsecção 2.3.2), designadamente a identificação de cada uma das candidaturas, taxas de comparticipação e de intervenção por área temática, a respectiva dimensão espacial no contexto do concelho, entre outros.

### **2.3.1) Candidaturas de Natureza Infra-Estrutural**

Tendo presente que os projectos infra-estruturais assumiram um peso substancial nas candidaturas desenvolvidas no Concelho da Maia, importa afectar esse investimento por áreas temáticas de intervenção. Assim, a tabela II.7 particulariza a informação relativa às grandes áreas temáticas de intervenção no que diz respeito à área infra-estrutural desse tipo de candidaturas.



**Tabela II.7 – Identificação de Candidaturas de Natureza Infra-Estrutural – Repartição por Área Temática de Intervenção**

Grandes Áreas Temáticas de Intervenção		Nº	Designação Candidaturas	Investimento Elegível Previsto	Investimento Elegível Efectivo	Taxa de Comparticipação	Valor de Comparticipação	Taxa de Execução	Programa Operacional	Fundo Estrutural
Identificação	Taxa									
Qualificação Territorial	33,68%	1	Parque Municipal e de Estacionamento da Maia – Arranjos Exteriores	4.595.571,73€	4.595.571,75€	75,00%	3.446.678,81€	100,00%	P O N O R T E	F E D E R
		2	Reformulação Urbanística da Praça do Município e Arruamentos Convergentes 2ª Fase	1.816.816,47€	1.816.816,45€	75,00%	1.362.612,34€	100,00%		
		3	Requalificação Urbana da Zona Central e Sul do Concelho da Maia	534.189,17€	534.189,14€	50,00%	267.094,57€	100,00%		
<b>Total Parcial</b>			<b>6.946.577,37€</b>	<b>6.946.577,34€</b>	<b>73,08%</b>	<b>5.076.385,72€</b>	<b>100,00%</b>			
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	7,05%	4	Pavilhão de Ginástica Integrado na Zona Desportiva Municipal	553.445,08€	553.445,08€	75,00%	415.083,81€	100,00%		
		5	Ampliação do Pavilhão Desportivo de Gueifães – Maia <sup>35</sup>	901.909,94€	901.909,94€	50,00%	450.954,96€	100,00%		
<b>Total Parcial</b>			<b>1.455.355,02€</b>	<b>1.455.355,02€</b>	<b>59,51%</b>	<b>866.038,77€</b>	<b>100,00%</b>			
Acessibilidades e Transportes	47,45%	6	Beneficiação Arruamentos Diversos, Drenagem de Águas Pluviais – Requalificação Urbana	1.088.426,09€	1.042.724,92€	50,00%	521.362,46€	95,80%		
		7	Beneficiação E.N.12, E.N.13, E. N. 105, E.N.105-2, E.N.107, E.N.107-1, E.N.208, E.N.318-1 Numa Extensão Global de km 40,509	8.346.385,00€	8.346.368,62€	55,00%	4.590.502,74€	100,00%		
		8	Beneficiação da EN 107 Incluindo as Rotundas do Padrão e do Requeixo	397.926,64€	397.926,64€	55,00%	218.859,65€	100,00%		
<b>Total Parcial</b>			<b>9.832.737,73€</b>	<b>9.787.020,18€</b>	<b>54,47%</b>	<b>5.330.724,85€</b>	<b>99,54%</b>			
Ambiente	11,82%	9	Adaptação da Quinta da Gruta e Monte de Stº Ovídio a Complexo de Educação Ambiental – Construção da Escola Educação Ambiental	1.693.326,37€	1.693.326,36€	50,00%	846.663,18€	100,00%		
		10	Parque Verde de Quires	745.571,66€	745.571,66€	50,00%	372.785,83€	100,00%		
<b>Total Parcial</b>			<b>2.438.898,03€</b>	<b>2.438.898,02€</b>	<b>50,00%</b>	<b>1.219.449,01€</b>	<b>100,00%</b>			
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>			<b>20.673.568,15€</b>	<b>20.627.850,56€</b>	<b>60,56%</b>	<b>12.492.598,35€</b>	<b>99,78%</b>		

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

<sup>35</sup> Em bom rigor, importa clarificar que a candidatura designada “Ampliação do Pavilhão Desportivo de Gueifães – Maia”, também foi financiada por Outros Fundos no valor de, aproximadamente, 90 mil euros, não reflectido no presente estudo, pelo facto de não se enquadrar dentro do período em análise.



Das dez candidaturas de carácter infra-estrutural, aprovadas na sua globalidade pelo Programa Operacional da Região Norte (PONORTE), verifica-se que 47,45% do investimento foi orientado para a área de Acessibilidades e Transporte, contemplando três projectos. As intervenções nas áreas de Qualificação Territorial e Ambiente correspondem ao investimento efectivo de 33,68% e 11,82%, respectivamente. Por último, o Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos, apesar de apresentar um investimento elegível efectivo avaliado em 7,05%, foi a área de intervenção que alavancou menor investimento em termos de projectos financiados.

De destacar que as candidaturas de natureza infra-estrutural foram unicamente participadas pelo FEDER e também exclusivamente acolhidas pelo PONORTE.

As dez candidaturas identificadas na tabela anterior incluem muito mais que dez projectos<sup>36</sup>. A candidatura número 7<sup>37</sup> (ver tabela II.7) contempla vinte e três empreitadas de obra, com uma despesa efectivamente paga de 8.346.368,62 €. Curiosamente, é nas candidaturas de natureza infra-estrutural, mais complexas e morosas em termos de regras e procedimentos de contratação pública, que se verifica uma elevada taxa de execução, aproximadamente 100%, e uma taxa de participação, exclusivamente FEDER, de 60,56%.

Das dez candidaturas aprovadas de natureza infra-estrutural, a tabela II.8 identifica o desvio de execução financeira, por diferença entre o montante de investimento elegível previsto e o montante de investimento elegível efectivo.

---

<sup>36</sup> As candidaturas infra-estruturais contemplaram mais de meia centena de contratos de empreitada e respectivos contratos de fornecimento e serviços externos.

<sup>37</sup> “Beneficiação E.N.12, E.N.13, E.N.105, E.N.105-2, E.N.107, E.N.107-1, E.N.208, E.N.318-1 Numa Extensão Global de km 40,509”.



**Tabela II.8 – Desvio de Execução Face ao Programado, por Candidatura Infra-Estrutural**

<b>Candidaturas de natureza Infra-Estrutural</b>	Investimento Elegível Previsto	20.673.568,15€
	Investimento Elegível Efectivo	20.627.850,56€
	Desvio de Execução (€)	45.717,59€
	Desvio de Execução (Porcentagem)	0,22%

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

A tabela II.8 evidencia que o desvio de execução das candidaturas de natureza infra-estrutural cifra-se apenas em 0,22%, que corresponde a 45.717,59 €. Tal deve-se a uma única candidatura – número 6<sup>38</sup> (ver tabela II.7), que se caracteriza por ser o último projecto submetido ao PONORTE.

Neste caso, face à dotação financeira disponível do Fundo para o Concelho Maia, apenas conhecida após a submissão da candidatura, tecnicamente, decidiu-se não incluir as verbas referentes ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por outro lado a empreitada gerou trabalhos a menos apresentando-se despesas num montante inferior ao inicialmente programado. Exclui-se da análise anterior as candidaturas da CMM aprovadas em *overbooking* nos anos 2007 e 2008. Em função do histórico de quebras de execução de projectos liderados por outros beneficiários, o Município da Maia submeteu projectos para aprovação (*overbooking*), garantindo a absorção integral desses recursos financeiros.

No entanto, relativamente às restantes candidaturas os desvios de execução são nulos. Efectivamente, durante o período 2000 a 2008, foram submetidas diversas reprogramações físicas e financeiras de candidaturas de modo a esgotar toda a verba

<sup>38</sup> “Beneficiação Arruamentos Diversos, Drenagem de Águas Pluviais – Requalificação Urbana”.



disponível pelos Fundos Comunitários por divisão territorial – Fefização<sup>39</sup> – garantindo uma elevada taxa de execução.

Uma explicação possível para o sucesso da taxa de execução de projectos infra-estruturais pode decorrer do envolvimento saudável entre as Equipas de Assistência Técnica das diferentes Medidas do PONORTE e dos técnicos da autarquia, como factores explicativos adicionais apresentam-se a proximidade física, a nível externo entre a CMM e a CCDRN (aproximadamente 15Km<sup>2</sup>) e, a nível interno entre o Gabinete de Fundos Comunitários e o Departamento de Obras Municipais.

Na sequência da distribuição das candidaturas por sete grandes áreas temáticas de intervenção, a tabela II.7 (na subsecção 2.3.1) identifica apenas as candidaturas de carácter infra-estrutural que espelham quatro áreas temáticas. Para aferir da importância de cada uma dessas quatro áreas temáticas os critérios de análise utilizados foram a taxa de comparticipação comunitária (investimento elegível \* taxa de financiamento) (ver tabela II.9), bem como a área de intervenção (avaliada em m<sup>2</sup>) (ver tabela II.10).

**Tabela II.9 – Taxa de Comparticipação por Área Temática – Candidatura Infra-Estrutural**

<b>Candidaturas de Natureza Infra-Estrutural</b>	Qualificação Territorial	73,08%
	Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	59,51%
	Acessibilidades e Transportes	54,47%
	Ambiente	50,00%

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

<sup>39</sup> Fefização: Consiste na distribuição das parcelas dos Fundos Comunitários a nível regional – denominada por alguns autarcas como a «fefização», estabelecendo-se quotas para cada concelho em alguns programas de apoio (Fonte: <http://www.anmp.pt/anmp/press/bol/2004/bol13104.html>, em 02/02/2009).



Em análise à tabela II.9, observa-se que a área temática “Qualificação Territorial” garante a maior taxa de co-financiamento, aproximadamente 73,08%. Inversamente, as candidaturas na área do Ambiente assumem a menor taxa de co-financiamento, respectivamente 50,00%.

Importa ressaltar que a taxa máxima de comparticipação para as candidaturas do Ambiente – números 9<sup>40</sup> e 10<sup>41</sup> (ver tabela II.7) cifra-se em 50,00%, conforme normativos aplicáveis<sup>42</sup>. Com efeito a taxa de comparticipação, também se assumiu de 50,00%, garantindo a absorção integral dos recursos financeiros disponíveis.

A área das “Acessibilidades e Transportes” abrange um investimento em projectos de natureza infra-estrutural que ronda uma taxa de financiamento de 54,47%.

De igual modo, interessa corporalizar os resultados atingidos. Para tal, foram elaborados memorandos internos dirigidos a cada um dos técnicos responsáveis pelo acompanhamento das obras (ver ANEXO 3<sup>43</sup>). Recorde-se que cada candidatura, normalmente, inclui muito mais de que uma empreitada obrigando à participação de dezenas de técnicos municipais, alguns entretanto afectos a novas unidades orgânicas. O intróito do memorando, simples e curto, identificava a necessidade de todos responderem com rigor.

---

<sup>40</sup> “Adaptação da Quinta da Gruta e Monte de Santo Ovídio a Complexo de Educação Ambiental – Construção da Escola Educação Ambiental”.

<sup>41</sup> “Parque Verde de Quires”.

<sup>42</sup> Fonte: <http://www.ccdr-n.pt>, em 02/02/2009.

<sup>43</sup> ANEXO 3 – “Memorandos Internos para quantificar Área de Intervenção – 2 exemplares”.



**Tabela II.10 – Quantificação da Área de Intervenção, por Candidatura Infra-Estrutural**

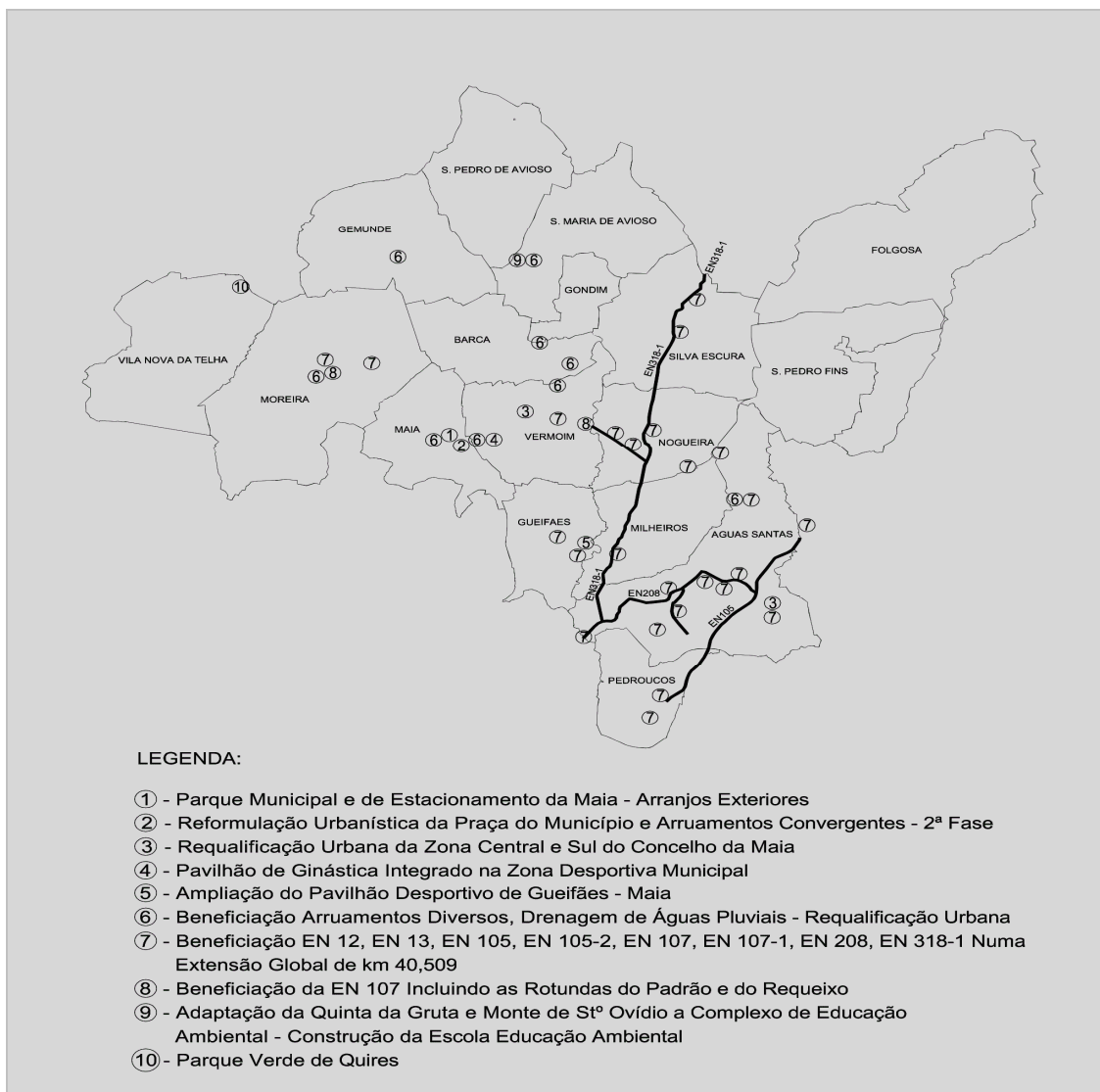
Grandes Áreas Temáticas de Intervenção	Nº	Identificação Candidaturas	Área de Intervenção (m <sup>2</sup> )
<b>Qualificação Territorial</b>	1	Parque Municipal e de Estacionamento da Maia – Arranjos Exteriores	21.951,00
	2	Reformulação Urbanística da Praça do Município e Arruamentos Convergentes – 2.ª Fase	462,50
	3	Requalificação Urbana da Zona Central e Sul do Concelho da Maia	35.806,00
<b>Total Parcial</b>			<b>58.219,50</b>
<b>Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos</b>	4	Pavilhão de Ginástica Integrado na Zona Desportiva Municipal	700,00
	5	Ampliação do Pavilhão Desportivo de Gueifães – Maia	763,00
<b>Total Parcial</b>			<b>1.463,00</b>
<b>Acessibilidades e Transportes</b>	6	Beneficiação de Arruamentos Diversos, Drenagem de Águas Pluviais – Requalificação Urbana	45.348,00
	7	Beneficiação E.N.12, E.N.13, E.N.105, E.N.105-2, E.N.107, E.N.107-1, E.N.208, E.N.318-1 Numa Extensão Global de km 40,509	80.572,00
	8	Beneficiação da EN 107 Incluindo as Rotundas do Padrão e do Requeixo	8.650,00
<b>Total Parcial</b>			<b>134.570,00</b>
<b>Ambiente</b>	9	Adaptação da Quinta da Gruta e Monte de Stº Ovídio a Complexo de Educação Ambiental – Construção da Escola Educação Ambiental	5.000,00
	10	Parque Verde de Quires	17.572,00
<b>Total Parcial</b>			<b>22.572,00</b>
<b>TOTAL</b>			<b>216.824,50</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

As candidaturas infra-estruturais desenvolvidas no Concelho da Maia abrangeram uma área de intervenção de, aproximadamente 216.824,50 m<sup>2</sup>. A missão de cada projecto contribuiu para a variação das áreas de intervenção que se apresentam, naturalmente díspares.

Na figura seguinte observa-se a distribuição espacial dos projectos infra-estruturais pelas dezassete Freguesias do Concelho da Maia.

**Figura II.2 – Distribuição Espacial dos Projectos Infra-Estruturais, por Freguesia**



Fonte: Figura adaptada pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Na figura II.2, observa-se que quatro freguesias não acolheram projectos co-financiados: Gondim, Folgosa, S. Pedro de Avioso e S. Pedro Fins. As três últimas caracterizam-se pela sua localização geográfica nos limites do Concelho.



Em análise à tabela anterior, também se verifica que no terreno alguns projectos são transversais a diversas freguesias, como por exemplo a candidatura número 7<sup>44</sup> (ver tabela II.7) que abrange oito das dezassete freguesias, potenciando o efeito multiplicador do investimento sobre o território municipal e até regional e não apenas o benefício gerado pontualmente na freguesia que acolheu o projecto financiado.

Para uma melhor percepção do peso do financiamento comunitário nas freguesias, importa retratar a respectiva densidade populacional de cada uma delas, que se apresenta na Tabela II.11.

**Tabela II.11 – Repartição dos Projectos Infra-Estruturais, por Freguesia**

Freguesias	População (2001)	Acções executadas por Freguesia (n.º)	Acções executadas por Freguesia (%)
Águas Santas	25.249	13	29,54%
Vermoim	14.277	6	13,63%
Pedrouços	11.868	2	4,55%
Gueifães	11.532	3	6,82%
Vila de Moreira	10.280	4	9,09%
Maia	9.816	3	6,82%
Vila Nova da Telha	5.368	1	2,27%
Gemunde	4.765	1	2,27%
Nogueira	4.478	4	9,09%
Milheirós	4.237	1	2,27%
Folgosa	3.603	0	0,00%
Santa Maria de Avioso	3.360	2	4,55%
Barca	2.769	2	4,55%
S. Pedro de Avioso	2.629	0	0,00%
Silva Escura	2.113	2	4,55%
Gondim	1.929	0	0,00%
São Pedro Fins	1.838	0	0,00%
<b>Total</b>	<b>120.111</b>	<b>44</b>	<b>100,00%</b>

Freguesia	Porcentagem
Águas Santas	29,54%
Vermoim	13,63%
Vila de Moreira	9,09%
Nogueira	9,09%
Gueifães	6,82%
Maia	6,82%
Santa Maria de Avioso	4,55%
Barca	4,55%
Silva Escura	4,55%
Pedrouços	4,55%
Vila Nova da Telha	2,27%
Gemunde	2,27%
Milheirós	2,27%
Folgosa	0,00%
S. Pedro de Avioso	0,00%
Gondim	0,00%
São Pedro Fins	0,00%

Fonte: [http://www.dgaa.pt/pdf/freguesias/freguesias\\_parte3.pdf](http://www.dgaa.pt/pdf/freguesias/freguesias_parte3.pdf) e valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

<sup>44</sup> “Beneficiação E.N.12, E.N.13, E.N.105, E.N.105-2, E.N.107, E.N.107-1, E.N.208, E.N.318-1 numa extensão global de km 40,509”.



Em análise à Tabela II.11 verifica-se que a freguesia de Águas Santas, no ano 2001, assume o 1.º lugar das freguesias com maior número de habitantes a que corresponde 29,54% de afectação dos Fundos Estruturais (ver tabela II.11).

Contrariamente as freguesias de Folgosa, S. Pedro de Avioso, Gondim e São Pedro Fins, ocupam, numa hierarquização decrescente em termos de dimensão populacional, a posição 11.ª, 14.ª, 16.ª e 17.ª e última, respectivamente.

As freguesias de Vila Nova da Telha, Gemunde e Milheirós acolheram os projectos infra-estruturais de menor investimento, respectivamente, 2,27% cada (ver tabela II.11), sendo que ocupam, no que diz respeito à densidade populacional, uma posição intermédia (7.ª, 8.ª e 10.ª posição).

### **2.3.2) Candidaturas de Natureza Imaterial**

As candidaturas de carácter imaterial objecto de co-financiamento contribuíram, exclusivamente, para o desenvolvimento do potencial humano. Em conformidade com um dos desígnios da Estratégia de Lisboa, qualificação e competitividade, como factor chave para o desenvolvimento do potencial humano<sup>45</sup>.

A formação dos mais jovens e menos jovens, o lançamento de campanhas de informação e formação, a aquisição de equipamento informático, a colocação de jovens licenciados no mercado de trabalho, entre outras, foram algumas das acções abrangidas pelo QCA III, no Concelho da Maia.

---

<sup>45</sup> A estratégia de Lisboa ou Agenda de Lisboa é um conjunto de linhas de acção política interdependentes dirigidas à modernização e crescimento sustentável da economia europeia, através do incremento da produtividade com base na valorização dos recursos humanos e no modelo europeu de protecção social, tendo sido delineada em Março de 2000, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia (Fonte: <http://www.ces.pt/file/doc/68> – Estratégia de Lisboa – Parecer de Iniciativa (Aprovado no Plenário de 24 de Maio de 2005), Conselho Económico e Social, em 15/02/2009).



**Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN**

---

Neste sentido, a tabela II.12 identifica cada uma das candidaturas e sintetiza a informação relativa às grandes áreas temáticas de intervenção.



**Tabela II.12 – Identificação de Candidaturas de Natureza Imaterial – Repartição por Área Temática de Intervenção**

Grandes Áreas Temáticas de Intervenção		Nº	Designação Candidaturas	Investimento Elegível Previsto	Investimento Elegível Efectivo	Taxa de Comparticipação	Valor de Comparticipação	Taxa de Execução	Programa Operacional	Fundo Estrutural
Identificação	Taxa									
<b>Pescas – Equipamentos e Transformação</b>	<b>5,60%</b>	1	Informação ao Consumidor Sobre os Produtos da Pesca	72.550,00€	34.750,00€	75,00%	26.062,50€	47,90%	PO NORTE	IFOP
		<b>Total Parcial</b>			<b>72.550,00€</b>	<b>34.750,00€</b>	<b>75,00%</b>	<b>26.062,50€</b>	<b>47,90%</b>	
<b>Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software</b>	<b>55,03%</b>	2	PRODEP III – Apetrechamento Informático de Escolas e Ligação à Internet e Intranets	173.695,50€	173.695,50€	75,00%	130.271,63€	100,00%	PRODEP	FEDER
		3	PRODEP III – Conteúdos de Multimédia Educativos	26.029,50€	26.029,51€	75,00%	19.522,13€	100,00%	PRODEP	FEDER
		4	Espaço Internet da Maia	213.167,70€	141.715,64€	50,00%	70.857,82€	66,48%	POSC	FEDER
		<b>Total Parcial</b>			<b>412.892,70€</b>	<b>341.440,65€</b>	<b>64,62%</b>	<b>220.651,58€</b>	<b>82,69%</b>	
<b>Formação</b>	<b>39,37%</b>	5	Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação	384.316,96€	154.489,65€	41,02%	63.371,65€	40,20%	POSC	FSE
		6	PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local_1ª Edição	35.544,60€	35.378,45€	75,00%	26.533,84€	99,53%	PO NORTE	FSE
		7	Programa de Apoio à Implementação da Rede Social	60.000,00€	54.421,70€	100,00%	54.421,70€	90,70%	POEFDS	FSE
<b>Total Parcial</b>			<b>479.861,56€</b>	<b>244.289,80€</b>	<b>59,08%</b>	<b>144.327,19€</b>	<b>50,91%</b>			
<b>100,00%</b>		<b>Total</b>		<b>965.304,26€</b>	<b>620.480,45€</b>	<b>63,02%</b>	<b>391.041,27€</b>	<b>64,28%</b>		

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.



Em análise à Tabela II.12 verifica-se que das sete candidaturas imateriais aprovadas o investimento na área de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software foi o de maior dimensão registando um valor relativo superior a 50%, contemplando três projectos com um investimento elegível efectivo total de 341.440,65 €

Seguidamente, apresenta-se como eleita a área de Formação absorvendo um valor próximo dos 40% face ao investimento total, que corresponde a uma despesa efectivamente paga de 244.289,80 €

Por último, apresenta-se como grande área temática de intervenção as “Pescas – Equipamentos e Transformação” que, no caso em concreto, contempla apenas uma candidatura. O projecto n.º 1<sup>46</sup> (ver tabela II.12) corresponde, em termos percentuais, a uma taxa de 5,60% de afectação do investimento para a área temática das Pescas. Efectivamente, corresponde a uma só candidatura realizada, principalmente, nos espaços municipais utilizados para a venda de peixe, designadamente feiras e mercados. A candidatura consistiu numa campanha de informação e sensibilização ao nível das normas de higiene e segurança, designadamente ao nível do manuseamento e apresentação do peixe ao consumidor final.

Contrariamente às candidaturas infra-estruturais, que se desenvolveram ao abrigo de um único Programa Operacional, as sete candidaturas imateriais foram aprovadas em sede de quatro Programas Operacionais, conforme se apresenta na tabela seguinte:

---

<sup>46</sup> “Informação ao Consumidor sobre os Produtos da Pesca”.



**Tabela II.13 – Participação de Cada Programa Operacional, por Candidatura**

**Imaterial**

<b>Programa Operacional</b>	<b>PO NORTE</b>	<b>POSC</b>	<b>PRODEP</b>	<b>POEFDS</b>	<b>Total</b>
<b>Qt.</b>	2	2	2	1	<b>7</b>
<b>Taxa</b>	28,57%	28,57%	28,57%	14,29%	<b>100,00%</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Na tabela II.13 verifica-se que as acções foram distribuídas de forma homogénea pelos quatro Programas Operacionais. Apenas o POEFDS apresenta uma percentagem mais baixa (14,29%) mas, também apenas abarcou uma única candidatura.

Paralelamente, e mais uma vez em oposição ao sucedido no âmbito das candidaturas infra-estruturais que se assumiram de natureza Mono-Fundo<sup>47</sup>, as candidaturas agora em análise foram financiadas ao abrigo de três Fundos Estruturais, conforme se apresenta na tabela II.14.

**Tabela II.14 – Participação de Cada Fundo Estrutural, por Candidatura**

**Imaterial**

<b>Fundo Estrutural</b>	<b>FEDER</b>	<b>FSE</b>	<b>IFOP<sup>48</sup></b>	<b>Total</b>
<b>Qt.</b>	3	3	1	<b>7</b>
<b>Taxa</b>	42,86%	42,86%	14,28%	<b>100,00%</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

O FEDER e o FSE contribuem em 42,86% para o co-financiamento de candidaturas imateriais, respectivamente, seguido do IFOP que comparticipou a despesa de 14,28% das acções imateriais. A diversidade de Fundos Estruturais deriva dos domínios de

<sup>47</sup> Mono-Fundo: O respectivo plano de financiamento inclui apenas um Fundo Estrutural.

<sup>48</sup> Arredondamento a duas casas decimais.



intervenção das candidaturas, previamente enquadradas nos objectivos e conteúdos dos Programas Operacionais disponíveis.

Decorre do exposto que, provavelmente, a panóplia de Programas Operacionais e Fundos Estruturais afectos aos projectos imateriais contribuiram para um acentuado desvio de execução, conforme se apresenta na tabela seguinte:

**Tabela II.15 – Desvio de Execução Face ao Programado, por Candidatura Imaterial**

	Fundo Estrutural	FEDER	FSE	IFOP	Total
<b>Candidaturas de Natureza Imaterial</b>	<b>Investimento Elegível Previsto</b>	412.892,70€	479.861,56€	72.550,00€	<b>965.304,26€</b>
	<b>Investimento Elegível Efectivo</b>	341.440,65€	244.289,80€	34.750,00€	<b>620.480,45€</b>
	<b>Desvio de Execução</b>	-71.452,05€	-235.571,76€	-37.800,00€	<b>-344.823,81€</b>
	<b>Taxa Desvio de Execução</b>	17,31%	49,09%	52,10%	<b>35,72%</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Em análise à tabela II.15 conclui-se que o desvio de execução total cifra-se em 35,72%, que correspondente ao valor de 344.823,81 € de investimento programado e não pago, ou seja, à diferença entre o montante de investimento elegível previsto e o montante de investimento elegível efectivo. O desvio de execução calculou-se tendo por base a taxa de desvio do FEDER, FSE e do IFOP. No caso dos projectos financiados pelo FEDER verifica-se o menor desvio de execução, de 17,31%, face ao volume de investimento.

Decorre igualmente da análise à tabela que o Fundo Estrutural IFOP apresenta uma taxa de desvio muito elevada, (52,10%) apesar de representar uma só candidatura no âmbito das Pescas.



Relativamente ao projecto anterior importa salientar que, na sequência de uma auditoria, a CMM foi obrigada a devolver verbas comunitárias por falta de evidências em arquivo. Em fase de auditoria (Controlo de 1º Nível<sup>49</sup>), verificou-se que algumas evidências não constavam no processo de candidatura, designadamente amostra de aventais e toucas, fotografias de cartazes/*outdoors* colocados nos diversos locais do Concelho, arquivo de notícias publicadas em jornais de tiragem local, entre outros, não conseguindo, por exemplo, justificar o cumprimento em matéria de informação e publicidade o que obrigou a autarquia a devolver parte do dinheiro ao Fundo (ver ANEXO 4<sup>50</sup>). À data os processos de candidatura foram instruídos por diferentes técnicos que, em alguns casos, não deram continuidade ao desenvolvimento dos mesmos, por motivos pessoais, descaracterizando os processos de arquivo.

Também o Projecto n.º 5 (ver tabela II.12)<sup>51</sup> contribuiu para os baixos valores de execução da formação em Tecnologias de Informação. Articular o horário disponível das crianças (maioritariamente do 1.º ciclo) envolvidas na formação, a disponibilidade de salas de aula nas escolas, o cumprimento rigoroso dos procedimentos de contratação pública e respectiva adjudicação da prestação de serviços à empresa formadora, o cumprimento de legislação nacional e comunitária aplicável, culminando com os prazos programados na candidatura são potenciais razões que justificam a reduzida taxa de execução deste projecto.

De um investimento programado de 384.316,96 € apenas se executou 154.489,65 € (ver tabela II.12)<sup>52</sup>, sem possibilidade de afectar a dotação disponível a outros projectos similares. Com efeito, o referido projecto contribuiu em grande parte para o desvio de

---

<sup>49</sup> Controlo de 1º Nível: Corresponde a uma forma de controlo interno e abrange acções de natureza concomitante e ou à posterior das candidaturas, projectos ou acções co-financiados, nas suas componentes de natureza material, financeira, contabilística, factual e técnico-pedagógica, ou seja, verificação física e financeira, quer nos locais de realização do investimento e das acções, quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e documentos de despesa (Fonte: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp> – Glossário QCA III, em 02/02/2009).

<sup>50</sup> ANEXO 4 – Candidatura “Informação ao Consumidor sobre os Produtos da Pesca” – Ofício remetido pelo Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas – Decisão Final.

<sup>51</sup> “Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação”.

<sup>52</sup> “Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação”.



execução de 49,09% (ver tabela II.15), ao abrigo do FSE, minimizado pelas aprovações de prorrogações de prazos de execução.

Mantendo o critério estrutural apresentado no subcapítulo anterior (2.3.1 – Candidaturas de Natureza Infra-Estrutural), importa agora analisar a taxa de comparticipação das sete candidaturas de carácter imaterial, previamente distribuídas por três grandes áreas temáticas de intervenção.

**Tabela II.16 – Taxa de Comparticipação por Área Temática – Candidatura Imaterial**

	<b>Designação Candidaturas</b>	<b>Taxa de Comparticipação</b>
<b>Candidaturas de Natureza Imaterial</b>	Pescas – Equipamentos e Transformação	75,00%
	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software	64,62%
	Formação	59,08%

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Em análise à tabela II.6 verifica-se que a Área Temática “Pescas – Equipamentos e Transformação” assume uma taxa de co-financiamento de 75,00%. Porém, esse valor está sobre avaliado apontando para uma visão enviesada da realidade, pois a taxa de comparticipação incide sobre um valor total elegível efectivo e rectificado após devolução de verba ao Fundo, conforme explicação anterior.<sup>53</sup>

Da análise à tabela II.16, também decorre que as candidaturas na área de formação assumem a menor taxa de comparticipação (59,08%), comparativamente com as restantes áreas temáticas, respectivamente, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software (64,62%) e Pescas (75,00%).

<sup>53</sup> Assinala-se que os valores apresentados no presente estudo reportam aos dados validados até Dezembro de 2008 (ver subsecção 2.2.1).



Tendo presente que as candidaturas imateriais foram co-financiadas por três diferentes Fundos Estruturais, importa analisar a taxa de comparticipação obtida por Fundo.

**Tabela II.17 – Taxa de Comparticipação, por Fundo Estrutural**

	<b>FEDER</b>	<b>FSE</b>	<b>IFOP</b>	<b>Total</b>
<b>Investimento Elegível Efectivo</b>	341.440,65€	244.289,80€	34.750,00€	<b>620.480,45€</b>
<b>Valor de Comparticipação</b>	220.651,58€	144.327,19€	26.062,50€	<b>391.041,27€</b>
<b>Taxa de Comparticipação</b>	64,62%	59,08%	75,00%	<b>63,02%</b>
<b>Nº de candidaturas</b>	3	3	1	<b>7</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Em análise à tabela II.17 verifica-se que os Fundos FEDER e IFOP apresentam taxas de financiamento superiores comparativamente com o FSE. Este último apresenta a mais baixa taxa de Comparticipação, 59,08%, apesar de se tratar do Fundo que apoia um igual número de candidaturas FEDER.

Em bom rigor, importa referir que as candidaturas comparticipadas pelo FSE, nomeadamente os projectos números 4<sup>54</sup> e 5<sup>55</sup> (ver tabela II.12), também, receberam verbas provenientes do Orçamento de Estado – Contrapartida Nacional<sup>56</sup>, pelo que o valor “real” revela-se ainda menor comparativamente à participação dos outros dois Fundos.

<sup>54</sup> “Espaço Internet da Maia”.

<sup>55</sup> “Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação”.

<sup>56</sup> Contrapartida Nacional – parte da despesa elegível de uma operação suportada por recursos nacionais, privados ou públicos, podendo estes últimos ter origem no Orçamento do Estado, nos Fundos e Serviços Autónomos ou das Autarquias Locas (Fonte: [http://www.qren.pt/item1.php?lang=0&id\\_channel=3&id\\_page=99](http://www.qren.pt/item1.php?lang=0&id_channel=3&id_page=99) – Glossário QREN, em 15/02/2009).



Com o objectivo de avaliar a magnitude dos recursos humanos beneficiários das candidaturas imateriais, apresenta-se na tabela II.18 o número de recursos humanos envolvidos por candidatura.

**Tabela II.18 – Quantificação dos Beneficiários e Área de Intervenção, por Candidatura Imaterial**

Grandes Áreas Temáticas de Intervenção	Nº	Identificação Candidatura	Recursos Humanos Beneficiários <sup>57</sup>
Pescas – Equipamentos e Transformação	1	Informação ao Consumidor Sobre os Produtos da Pesca	100
	<b>Total Parcial</b>		<b>100</b>
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software	2	PRODEP III – Apetrechamento Informático de Escolas e Ligação à Internet e Intranets	4.777
	3	PRODEP III – Conteúdos de Multimédia Educativos	
	4	Espaço Internet da Maia	71.672
	<b>Total Parcial</b>		<b>76.449</b>
Formação	5	Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação	4.393
	6	PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local-1ª Edição	3
	7	Programa de Apoio à Implementação da Rede Social <sup>58</sup>	144
<b>Total Parcial</b>		<b>4.540</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>81.089</b>	

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

As candidaturas imateriais beneficiaram, directamente, cerca de 81 mil pessoas, durante o período de elegibilidade da candidatura.

<sup>57</sup> Alguns dos Beneficiários quantificados ao nível da Área Temática “Formação”, também são contemplados como beneficiários das TIC’s – Hardware e Software.

<sup>58</sup> O Programa de Apoio à Implementação da Rede Social envolve Entidades, tais como: Juntas de Freguesia, Centros de Saúde, Segurança Social, IPSS, Centro de Emprego, Centros de Formação, Agrupamentos Escolares, DREN, Associação de Pais, entre outros.



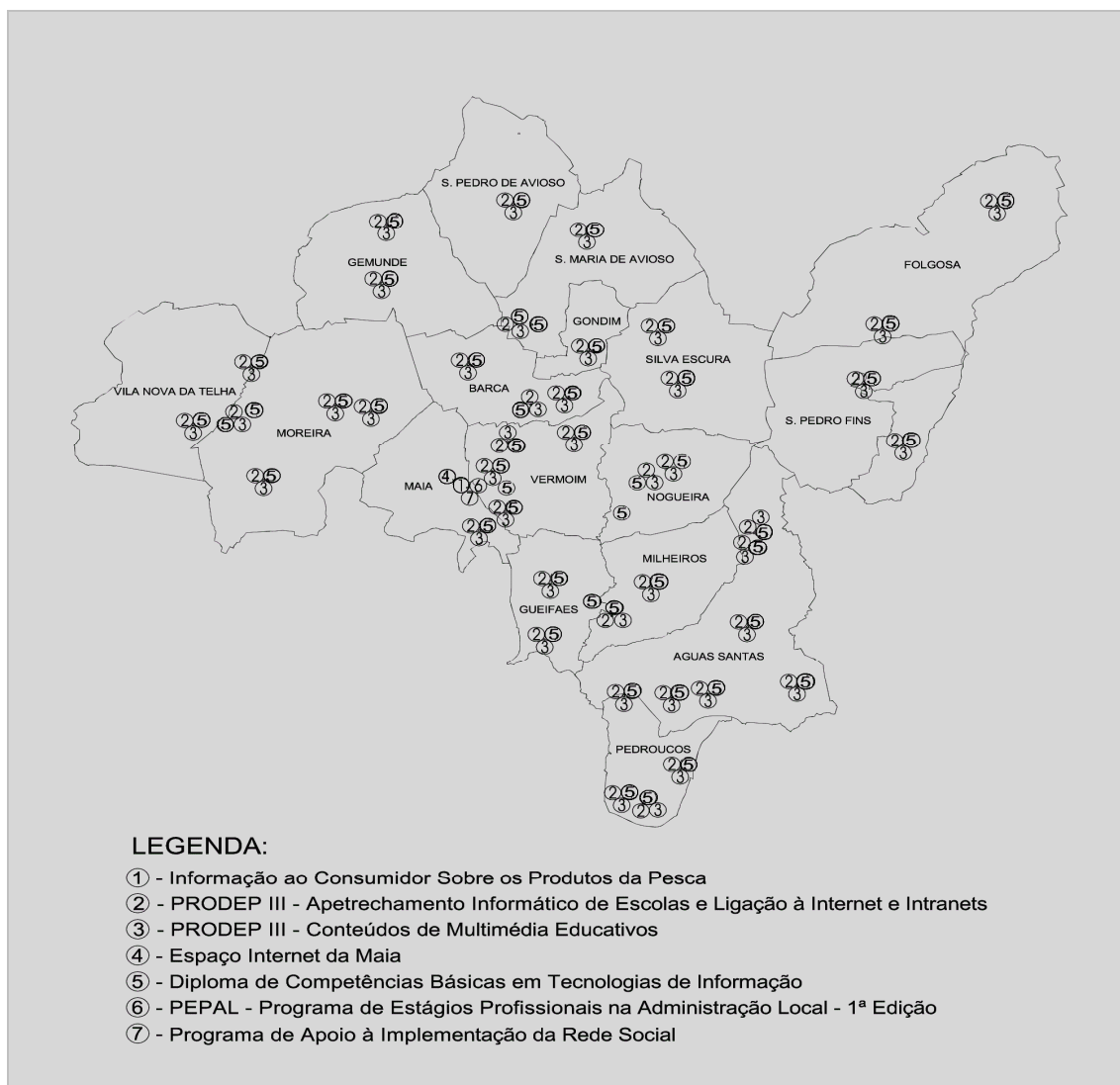
Em particular, verifica-se que o Projecto N.º 4<sup>59</sup> (ver tabela II.18), por si só, contemplou 71.672 mil utilizadores. Em média, corresponde aos 527 jovens e menos jovens que semanalmente e gratuitamente utilizaram as instalações e computadores com acesso à Internet, no período compreendido entre os meses de Janeiro de 2005 e Outubro de 2007 (34 meses).

Tal e qual como se apresentou na subsecção anterior (2.3.1 – Candidaturas de Natureza Infra-Estrutural), na figura seguinte observa-se a distribuição espacial dos projectos imateriais pelas dezassete freguesias do Concelho da Maia.

---

<sup>59</sup> “Espaço Internet da Maia”.

**Figura II.3 – Distribuição Espacial dos Projectos Imateriais, por Freguesia**



Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Na figura seguinte verifica-se que todas as freguesias do Concelho da Maia foram abrangidas pela execução de acções de carácter imaterial, contribuindo para a correcção de assimetrias inter-freguesias.

**Tabela II.19 – Repartição dos Projectos Imateriais, por Freguesia**

Freguesias	População (Hab.) (2001)	Ações executadas por Freguesia (Qt.)	Ações executadas por Freguesia (%)
Águas Santas	25.249	18	13,33%
Vermoim	14.277	13	9,63%
Pedrouços	11.868	12	8,89%
Gueifães	11.532	7	5,19%
Vila de Moreira	10.280	13	9,63%
Maia	9.816	7	5,19%
Vila Nova da Telha	5.368	6	4,44%
Gemunde	4.765	6	4,44%
Nogueira	4.478	7	5,19%
Milheirós	4.237	6	4,44%
Folgosa	3.603	9	6,67%
Santa Maria de Avioso	3.360	7	5,19%
Barca	2.769	9	6,67%
S. Pedro de Avioso	2.629	3	2,22%
Silva Escura	2.113	6	4,44%
Gondim	1.929	3	2,22%
São Pedro Fins	1.838	3	2,22%
<b>Total</b>	<b>120.111</b>	<b>135</b>	<b>100,00%</b>



Fonte: [http://www.dgaa.pt/pdf/freguesias/freguesias\\_parte3.pdf](http://www.dgaa.pt/pdf/freguesias/freguesias_parte3.pdf) e Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

Na tabela II.19 observa-se que a freguesia de Águas Santas foi a mais beneficiada, tendo absorvido 13,33% das acções realizadas no Concelho. Mais uma vez, importa referir que se trata da maior freguesia do Concelho da Maia em termos populacionais. Em comparação, as freguesias menos abrangidas pelas acções imateriais foram S. Pedro de Avioso, Gondim e S. Pedro Fins com 2,22%, respectivamente. Estas ocupam o 14.º, 16.º e o 17.º lugar das freguesias com menos população.



## 2.4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do investimento do Município da Maia afecto à execução das 17 candidaturas apoiadas financeiramente por Fundos Estruturais, conclui-se que as candidaturas de natureza infra-estrutural absorveram 97,08 % do investimento elegível efectivo contra 2,92% das operações imateriais, no período compreendido entre os anos 2000 e 2008.

Da avaliação de constituição dos Fundos Estruturais do universo de candidaturas aprovadas verifica-se que 76,47% foram co-financiadas pelo FEDER, 17,65% por o FSE e 5,88% pelo IFOP.

Por um lado, verifica-se que as dez candidaturas de natureza infra-estrutural foram co-financiadas por um único Fundo Estrutural, o FEDER, e exclusivamente ao abrigo do PONORTE. Os projectos apresentam valores muito próximos entre o investimento programado e o realizado, não dando praticamente lugar a desvios de execução (taxa de execução cifra-se em 99,78%). A taxa de comparticipação assume-se de 60,56%. A área temática “Acessibilidades e Transportes” apresenta a maior taxa de intervenção (47,45%). Paralelamente, verifica-se que os projectos incluídos na área “Qualificação Territorial” atingem a maior taxa de comparticipação, de 73,08%.

Por outro lado, salienta-se que as sete candidaturas de natureza imaterial foram co-financiadas por três Fundos Estruturais: FEDER e FSE contribuíram em 42,86%, seguido do IFOP que participou em 14,28% a despesa de acções imateriais. Simultaneamente, recorreu-se a quatro Programas Operacionais, PONORTE, POSC, PRODEP e POEFDS. O desvio de execução cifra-se em 35,72% e a taxa de comparticipação assume-se de 63,02%. A área temática “Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software” apresenta a maior taxa de intervenção, de 55,03%.



Uma das razões que contribuiu para a reduzida taxa de execução foi o facto das operações imateriais serem financiadas por diferentes Programas Operacionais e Fundos Estruturais.

Destaca-se do presente capítulo a dinâmica dos projectos imateriais que contemplaram todas as freguesias do Concelho. Paralelamente, as candidaturas de natureza infra-estrutural não recaíram directamente sobre quatro freguesias mas, certamente, contribuíram para potenciar o efeito multiplicador do investimento à escala local e regional.

A caracterização do conjunto de investimentos, materiais e imateriais, realizados no Concelho da Maia por iniciativa do Município, nos anos 2000 a 2008, permite quantificar o investimento elegível efectivo em, aproximadamente, 22 milhões de euros que resultou num co-financiamento superior a 12,5 milhões de euros através de Fundos Estruturais.

Contrapor esse investimento com a dimensão populacional das freguesias do Concelho e ainda avançar para a análise dos dados análogos, já disponíveis do QREN, numa tentativa de formação de *clusters* e das freguesias do Concelho da Maia, é o que se pretende efectuar no capítulo seguinte.



## **CAPITULO III – AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FINANCIADOS AO ABRIGO DO QCA III E QREN PELAS FREGUESIAS DO CONCELHO**

### **3.0) CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Neste último capítulo tenta-se aferir da afectação das candidaturas aprovadas, avaliando a possibilidade de formação *clusters* ao nível das freguesias da Maia, pela via da segmentação do investimento elegível efectivo pelo território do Concelho.

Tendo por referência que “A análise de *clusters* é um procedimento multivariado para detectar grupos homogéneos nos dados, podendo os grupos ser constituídos por variáveis ou casos” (Pestana e Gageiro, 2003, p. 555), tenta aplicar-se tal metodologia para a formação de grupos (freguesias) em que a homogeneidade dos mesmos é ditada pelo montante de investimento financiado em cada temática de intervenção relativizado pela dimensão populacional das freguesias.

No que respeita à segmentação propriamente dita da amostra, a metodologia utilizada recorre à Análise *Cluster*, a fim de tentar formar grupos de freguesias que apresentem homogeneidade interna, mas que sejam diferentes das demais.

Seguindo a perspectiva teórica de Santesmases “a segmentação é um processo de divisão do mercado em subgrupos homogéneos, para aplicação de uma estratégia comercial diferenciada, com o fim de satisfazer de forma mais efectiva as suas necessidades e alcançar os objectivos comerciais da empresa (*cit. in* Paço, A.).

Tendo presente que a formação de *clusters* neste trabalho tem por base a segmentação do investimento elegível efectivo pelo território do Concelho, a aferição dos subgrupos



homogéneos não visa, obviamente, alcançar o propósito da anterior referência. Mas tem como objectivo avaliar e alertar da disparidade de aposta de projectos financiados.

Recorrendo ao *software* de SPSS e optando pela técnica estatística que se julga mais adequada ao nosso propósito (Quadrado da Distância Euclidiana), decidiu-se trabalhar a amostra (dezassete freguesias que compõem o Concelho da Maia, numa perspectiva de absorção de Fundos Estruturais ao nível do QCA III e QREN) para aferição da forma de afectação das verbas financiadas no Concelho. A tentativa de segmentação do investimento co-financiado e realizado no Concelho da Maia, visa encontrar diferentes grupos com características homogéneas permitindo eliminar ou diminuir a arbitrariedade na decisão da candidatura a submeter e, conseqüentemente, do investimento a realizar localmente de modo a apoiar as decisões quanto às melhores políticas do Município.

Deste modo, a estrutura a seguir neste capítulo inicia-se por uma abordagem técnica de formação de *clusters* (secção 3.1). Posteriormente, avança-se para a caracterização da amostra, identificação das variáveis e critério de agrupamento dos dados (secção 3.2) e na secção 3.3 apresenta-se os resultados obtidos através do SPSS, respectivamente *outputs* do QCA III (subsecção 3.3.1) e *outputs* do QREN (subsecção 3.3.2). O Capítulo III encerra com algumas considerações finais, comparando as principais conclusões do QCA III e QREN (secção 3.4).



### 3.1) TÉCNICA DE FORMAÇÃO DE *CLUSTERS*

Segundo Pestana e Gageiro (2003), a análise de *cluster* genericamente compreende cinco etapas:

- 1.<sup>a</sup> A *selecção de casos a serem agrupados*;
- 2.<sup>a</sup> A *definição de um conjunto de variáveis a partir das quais será obtida a informação necessária ao agrupamento dos casos*;
- 3.<sup>a</sup> A *selecção de uma medida de semelhança ou distância entre cada par de casos*;
- 4.<sup>a</sup> A *escolha de um critério de agregação ou desagregação dos casos*;
- 5.<sup>a</sup> A *validação dos resultados encontrados*. (Pestana e Gageiro, 2003, pg. 556)

No caso do presente estudo, numa primeira etapa para a formação de *cluster*, a selecção da amostra recaiu pelas dezassete freguesias que compõem o Concelho da Maia, cuja identificação se apresenta na secção seguinte (3.2).

No que concerne à segunda fase, definiu-se como variáveis as áreas temáticas de intervenção, definidas no anterior capítulo para efeitos de fraccionamento do investimento de modo a quantificar as áreas de eleição (que mais verbas absorveram) e as áreas temáticas de intervenção mais mitigadas, no âmbito do QCA III, permitindo obter a informação necessária ao agrupamento das freguesias (amostra). O referido critério de agrupamento de casos manteve-se para as candidaturas aprovadas ao nível do QREN. Assim, a variável em questão é o montante de investimento financiado efectuado e relativizado pela dimensão populacional das freguesias avaliado em sete temáticas distintas: Qualificação Territorial; Ambiente; Tecnologias de Informação e Comunicação; Formação; Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos;



Acessibilidades e Transportes e Pescas – Equipamentos e Transformação. Assim, temos sete variáveis passíveis de avaliar as semelhanças/diferenças dos casos (freguesias do Concelho da Maia).

Na terceira etapa, apesar de o SPSS colocar à disposição várias medidas de distância (como por exemplo, a Distância Euclideana o Quadrado da Distância Euclidiana; a Distância Absoluta; a Distância de Minkowski; a Distância de Mahalanobis, a Distância de Chebichev) no nosso estudo, como medida de semelhança ou distância entre as freguesias, optou-se pelo Quadrado da Distância Euclidiana, por esta medida ser a mais utilizada em variáveis quantitativas. A medida do Quadrado Distância Euclidiana consiste na distância entre dois casos (pares de freguesias) e é definida como o somatório dos quadrados das diferenças entre os valores de todas as variáveis (montante de investimento por área temática relativizado pela dimensão populacional) para dois casos (freguesias) (Pestana e Gageiro, 2003).

Importa reter que os índices de semelhança mais utilizados são o coeficiente de correlação de *Pearson* (que se aplica mais em *clusters* de variáveis exigindo a estandardização prévia das mesmas), os coeficientes de associação para variáveis qualitativas binárias (por exemplo, Jaccard) e as medidas de distância disponíveis no SPSS mencionadas anteriormente, mas que por força da natureza dos dados para análise não constituíram a nossa opção.

Na quarta fase, de entre os vários critérios de agregação disponíveis no *software* utilizado para a ligação de *clusters* (*Nearest Neighbor/Single Linkage* ou Critério do Vizinho Mais Próximo; *Furthest Neighbor/Complete Linkage* ou Critério do Vizinho Mais Afastado; *Average Linkage/Between Groups* ou Entre os Grupos; *Median Clustering/Mediana* ou Critério da Média dos Grupos; *Within Groups* ou Dentro dos Grupos; *Centroid Clustering* ou Critério do Centróide e Critério de *Ward*) optou-se pelo “Average Linkage” (Between Groups) – que procede ao agrupamento das freguesias, tendo em conta que a distância entre as mesmas é determinada “como sendo a média da



distância entre todos os pares de indivíduos constituídos por elementos dos 2 grupos”. (Pestana e Gageiro, 2003, pg. 558), por ser referenciado pelos anteriores autores, a par do “Critério do Vizinho Mais Afastado”, como um dos critérios comumente usados. Assim, e no sentido de corroborar os resultados obtidos pelo critério escolhido – “Average Linkage” (Between Groups) testou-se adicionalmente o critério de agregação *Furthest Neighbor/Complete Linkage* como se apresenta na secção seguinte (3.2).

Por último, a quinta fase consiste na validação dos resultados obtidos e observados (registados na secção 3.3 na tabela “*Agglomeration Schedule*”). Em análise dos resultados obtidos pelo SPSS podem verificar-se as várias etapas na formação do *cluster*. Inicialmente, os *clusters* formam-se com base nos pares de casos mais próximos (número de casos incluídos em cada *cluster*) juntando pares de *clusters*, até agregar os dados num só *cluster*. No entanto, em determinada altura deste processo de formação, e atendendo ao maior salto registado pelo valor do indicador utilizado na agregação dos casos (e que foi calculado em conformidade com o critério seleccionado na quarta etapa anteriormente descrita e que se apresenta registado na 3.<sup>a</sup> coluna da tabela III.1 e tabela III.2, respectivamente QCA III e QREN), pára-se a agregação dos casos de forma a ser possível a identificação dos subgrupos homogéneos e respectiva dimensão. Esse resultado pode ser avaliado através de gráfico bidireccional, denominado por Dendograma - *Dendrogram*.



### 3.2) VARIÁVEIS E CRITÉRIO DE AGRUPAMENTO DOS DADOS

A análise de *clusters*, como uma técnica exploratória para detectar grupos homogéneos nos dados, permite organizar o conjunto das freguesias do Concelho da Maia em grupos homogéneos de tal modo que cada grupo seja o mais semelhante possível entre si e diferenciado dos restantes. As variáveis seleccionadas determinam as características a utilizar para identificar os *clusters*. (Pestana e Gageiro, 2003).

Neste contexto, o *cluster* é composto por dezassete (17) Casos, que correspondem ao número de freguesias de Concelho e sete (7) Variáveis, que representam as áreas temáticas de intervenção (montante de investimento por área temática relativizado pela dimensão populacional).

Os dezassete Casos são, como referido no anterior parágrafo, as freguesias do Concelho da Maia, nomeadamente:

1. Águas Santas;
2. Vermoim;
3. Pedrouços;
4. Gueifães;
5. Vila de Moreira;
6. Maia;
7. Vila Nova da Telha;
8. Gemunde;
9. Nogueira;
10. Milheirós;
11. Folgosa;
12. Santa Maria de Avioso;
13. Barca;
14. S. Pedro de Avioso;
15. Silva Escura;
16. Gondim;
17. São Pedro Fins.



No que respeita às Variáveis assinala-se que foram definidas de acordo com os Programas e Medidas em que se encaixaram as candidaturas do QCA III promovidas pela CMM e que naturalmente assegurou a mesma delimitação temática para o QREN, a saber:

1. Qualificação Territorial;
2. Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos;
3. Acessibilidades e Transportes;
4. Ambiente;
5. Pescas – Equipamentos e Transformação;
6. TIC – Hardware e Software;
7. Formação.

No que concerne à identificação das variáveis utilizadas como critério de agrupamento das freguesias, salienta-se que as variáveis em questão são de natureza quantitativa. Tal justifica-se na medida em que os dados utilizados para aferir da importância da área temática nas freguesias efectuaram-se tendo por base os dados relativos ao montante de investimento efectuado com financiamento e relativizado pela dimensão populacional das freguesias. Neste contexto, considera-se como critério mais rigoroso uma vez que a importância de cada Caso deve ser avaliada em função da respectiva abrangência populacional.

Dada a indisponibilidade de valores de investimento financiado em montante por freguesia, admitiu-se que o montante de investimento por temática (que é conhecido<sup>60</sup>) se distribuiu proporcionalmente ao número de acções afectas a essa candidatura/temática aprovada, por freguesia.

Tendo por base os dados obtidos ao longo da elaboração do presente trabalho, designadamente no capítulo II, foram elaborados sucessivos novos quadros em Excel

---

<sup>60</sup> Ao nível do QCA III, consultar tabela II.7. Relativamente ao QREN consultar Anexo 9.



para cada um dos quadros comunitários em apreciação, respectivamente QCA III e QREN, a fim de obter a informação a utilizar no presente capítulo. Nesta fase do estudo, revela-se pela primeira vez os dados disponíveis das candidaturas do Município da Maia ao QREN e aprovadas entre o período compreendido entre as datas de Janeiro/2008 a Outubro/2009, pois, neste capítulo, pretende-se aferir a afectação dos investimentos financiados ao abrigo não só do QCA III como também do QREN pelas freguesias do Concelho.

Primeiramente, procedeu-se à repartição anual do investimento elegível, por candidatura (retratando também por área temática), tendo em conta os relatórios de execução (financeira) anuais por candidatura (Anexo 5 e Anexo 9<sup>61</sup>). Adicionalmente procedeu-se à repartição das acções que integram cada uma das candidaturas, afectando o número de acções desenvolvidas pelas diferentes áreas temáticas e por freguesia (Anexo 6 e Anexo 10<sup>62</sup>). Posteriormente, e porque se considerou mais ajustado avaliar a importância de investimento financiado em montante e não em número de acções, optou-se, mesmo na ausência de dados reais, por efectuar uma estimativa dos montantes de investimento financiado por temáticas tendo em conta que o montante da temática se distribui proporcionalmente ao número de acções afectas a cada freguesia (Anexo 7 e Anexo 11<sup>63</sup>) e finalizou-se com um quadro que calcula o investimento *per capita*, uma vez mais por temática e freguesia, sendo estes últimos dados os utilizados no SPSS para a obtenção do *output* a apresentar na subsecção seguinte<sup>64</sup> (Anexo 8 e Anexo 12).

A opção pela utilização do Quadrado da Distância Euclidiana como medida de semelhança no procedimento de agrupamento das freguesias do Concelho da Maia prende-se com o facto da referida medida ser muito usada em análises que envolvem

---

<sup>61</sup> ANEXO 5 – QCA III – Repartição Anual do Investimento Elegível Efectivo, por Candidatura e ANEXO 9 – QREN – Repartição Anual do Investimento Elegível Previsto, por Candidatura.

<sup>62</sup> ANEXO 6 – QCA III – Repartição das Acções que Compõem as Candidaturas, por Área Temática e Freguesia e ANEXO 10 – QREN – Repartição das Acções que Compõem as Candidaturas, por Área Temática e Freguesia.

<sup>63</sup> ANEXO 7 – QCA III – Estimativa do Montante de Investimento Elegível por Temática, em cada Freguesia e ANEXO 11 – QREN – Estimativa do Montante de Investimento Elegível por Temática, em cada Freguesia.

<sup>64</sup> ANEXO 8 – QCA III – Investimento Elegível Efectivo Per Capita, por Área Temática e Freguesia e ANEXO 12 – QREN – Investimento Elegível Previsto per capita, por Área Temática e Freguesia.



variáveis quantitativas, apesar de apresentar algumas limitações como a dependência face às unidades de medida das variáveis e respectiva escala. Como forma de colmatar a última situação sugere-se a prévia standardização dos dados, que no presente estudo não se revela necessária, pelo facto da unidade de medida associada à medida de semelhança utilizada ser a mesma (o montante de investimento financiado por temática relativizado pela dimensão populacional das freguesias é avaliado da mesma forma para as diferentes áreas temáticas) (Pestana e Gageiro, 2003).

Assim, a aplicabilidade da medida em causa neste estudo parte de um conjunto de dados formado por dois grupos de sete vectores colunas com dezassete linhas (um por temática e respeitante a cada uma das dezassete freguesias), retratando o montante monetário de investimento financiado pelos Fundos Estruturais no âmbito do QCA III e QREN, relativizado pela dimensão populacional de cada uma das freguesias do Concelho da Maia, em cada área temática (Anexo 8 e Anexo 12, referenciados anteriormente).

No estudo presente os *outputs* apresentados (secção 3.3.) dizem respeito ao método hierárquico “Entre os Grupos” – *Between Groups/Average Linkage*, tendo em conta a abordagem teórica avançada na secção anterior (3.1).

Na formação de *clusters* existe uma série de etapas em que grupos progressivamente maiores são formados a partir da junção de grupos anteriormente formados, em função da distância que, tendo em conta o Quadrado da Distância Euclidiana, se traduz na seguinte expressão (Pestana e Gageiro, 2003):

$$d(X,Y) = (x_1-y_1)^2 + (x_2-y_2)^2 + (x_3-y_3)^2 + (x_4-y_4)^2 + (x_5-y_5)^2 + (x_6-y_6)^2 + (x_7-y_7)^2$$

X e Y = pares de freguesias

p = 1, ..., 7 = áreas temáticas



Quando dois casos são semelhantes, o valor da medida das distâncias é pequeno e o valor da medida das semelhanças é grande, porque enquanto as distâncias medem o afastamento entre dois casos, as semelhanças medem quão perto estão esses casos entre si.

Considerando como medida de semelhança o Quadrado da Distância Euclidiana, utilizou-se o critério “Entre os Grupos” – *Between Groups/ Average Linkage* (opção justificada na secção anterior). Segundo este critério a distância entre dois grupos é definida como sendo a média da distância entre todos os pares de indivíduos constituídos por elementos dos dois grupos.



### 3.3) APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após exposição dos procedimentos efectuados, para aferição dos *inputs* a utilizar nesta parte do estudo, e das justificações que sustentam a opção pela medida de semelhança e pelo critério de formação dos *clusters* utilizados (secções 3.1 e 3.2), a presente secção regista os respectivos resultados e a discussão dos mesmos no que respeita ao QCA III (subsecção 3.3.1.) e ao QREN (subsecção 3.3.2.).

#### 3.3.1) *Outputs* e Resultados do QCA III

No âmbito do QCA III, para a averiguação do número de *clusters* tendo em conta o critério de paragem (momento em que se verifica o salto maior do coeficiente que avalia a distância entre os casos) apresenta-se o quadro de aglomeração seguinte:



**Tabela III.1 – Outputs QCA III (“Agglomeration Schedule”)**

Stage	Cluster Combined		Coefficients
	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 1
1	16	17	,000
2	14	16	,000
3	8	10	,000
4	13	15	,140
5	3	13	,351
6	11	14	,561
7	5	9	,561
8	7	12	115,972
9	8	11	116,073
10	3	8	348,220
11	3	4	1062,632
12	3	5	1219,680
13	3	7	2769,105
14	1	2	11044,791
15	1	3	17692,938
16	1	6	119535,828

Fonte: Valores calculados pelo SPSS.

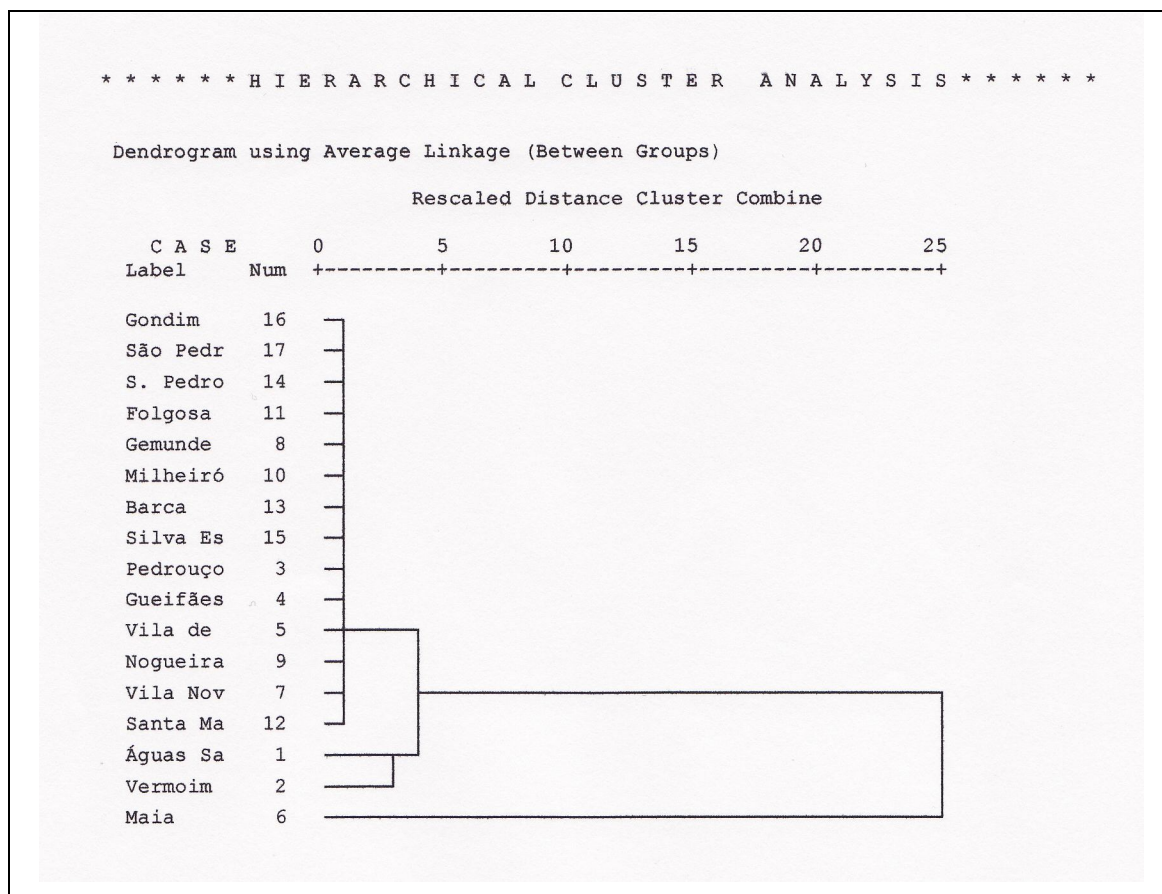
Na tabela anterior podem identificar-se os casos ou *clusters* que são combinados em cada etapa – *stage*. Em 1.º lugar verifica-se que os primeiros casos a serem associados são as freguesias de Gondim (Caso 16) e São Pedro Fins (Caso 17), uma vez que a sua distância é zero (0,000), tal como nos dois estágios seguintes (S. Pedro de Avioso/Gondim e Gemunde/Milheirós, respectivamente). A distância entre os casos é avaliada na última coluna do quadro.

Da análise dos valores dessa coluna, verifica-se que o coeficiente que avalia a distância entre os casos regista o maior salto maior entre o 15.º para o 16.º estágio, determinado a formação de dois *clusters*. Um 1.º *cluster* contempla todas as freguesias à excepção da Maia e um 2.º *cluster* apresenta-se com a Maia isolada.

Remete-se para a análise do dendograma correspondentes ao *output* indicado na tabela anterior (Figura III.1), como representação gráfica bidireccional da aglomeração feita

numa outra escala de distâncias, servindo como forma alternativa de selecção do número adequado de *clusters* a formar.

**Figura III.1 – Outputs QCA III (“Dendrogram”)**



Fonte: Gráfico elaborado pelo SPSS.

Da análise ao dendrograma decorre que as freguesias mais similares são: Pedrouços; Gueifães; Vila de Moreira; Vila Nova da Telha; Gemunde; Nogueira; Milheirós; Folgosa; Santa Maria de Avioso; Barca; S. Pedro de Avioso; Silva Escura; Gondim e São Pedro Fins.

Já Vermoim e Águas Santas apresentam semelhanças entre si e maior similaridade face ao primeiro grande grupo, quando comparadas com a Maia (o que justifica terem sido incluídas no 1.º *cluster*), apesar de terem sido as últimas a juntar-se.



A par do critério de agregação “Average Linkage” (Between Groups) adicionalmente testou-se o “Critério do Vizinho Mais Afastado (*Furthest Neighbor/Complete Linkage*) pelo facto de ser igualmente referenciado como um dos critérios mais usados no tratamento de dados de natureza quantitativa (Pestana e Gageiro, 2003). Os resultados obtidos (ver Anexo 13) corroboram os registados pelo critério escolhido.

Tendo presente que a selecção do número de *clusters* assenta na observação do dendograma, confirma-se a formação de dois *clusters*, bem como os casos incluídos em cada *cluster*.

A Maia constitui um *cluster* per si, face à agregação de factores geográficos e físicos. Por um lado, esta é a freguesia onde se localiza os Paços do Concelho que materializou e contabilizou as acções (das candidaturas) como realizadas no interior das suas instalações – “Torre Lidador” e consequentemente na Maia (como por exemplo a Modernização Administrativa e a Informação ao Consumidor - Pescas).

Por outro lado, outras candidaturas foram efectivamente executadas na freguesia sede do Concelho, a Maia (como por exemplo o Parque Central, e o Espaço *Internet* da Maia).

### **3.3.2) Outputs e Resultados do QREN**

A análise ao nível do QREN para ser comparável ao *output* do QCA III, utiliza o mesmo tipo de medida e critério, pelo que o *output* produzido utiliza, à semelhança do anterior, critério do “Entre os Grupos” - *Between Groups/Average Linkage* e vem registado na figura que se segue.



**Tabela III.2 – Outputs QREN (“Agglomeration Schedule”)**

Stage	Cluster Combined		Coefficients
	Cluster 1	Cluster 2	
1	13	14	,004
2	11	12	,004
3	7	8	,005
4	15	16	,020
5	11	13	,059
6	7	11	,165
7	7	15	,431
8	9	10	151,046
9	1	2	423,133
10	1	3	1534,253
11	1	4	3297,847
12	5	9	3654,132
13	1	5	15559,428
14	1	7	34810,407
15	1	6	58825,993
16	1	17	203404,994

Fonte: Valores calculados pelo SPSS.

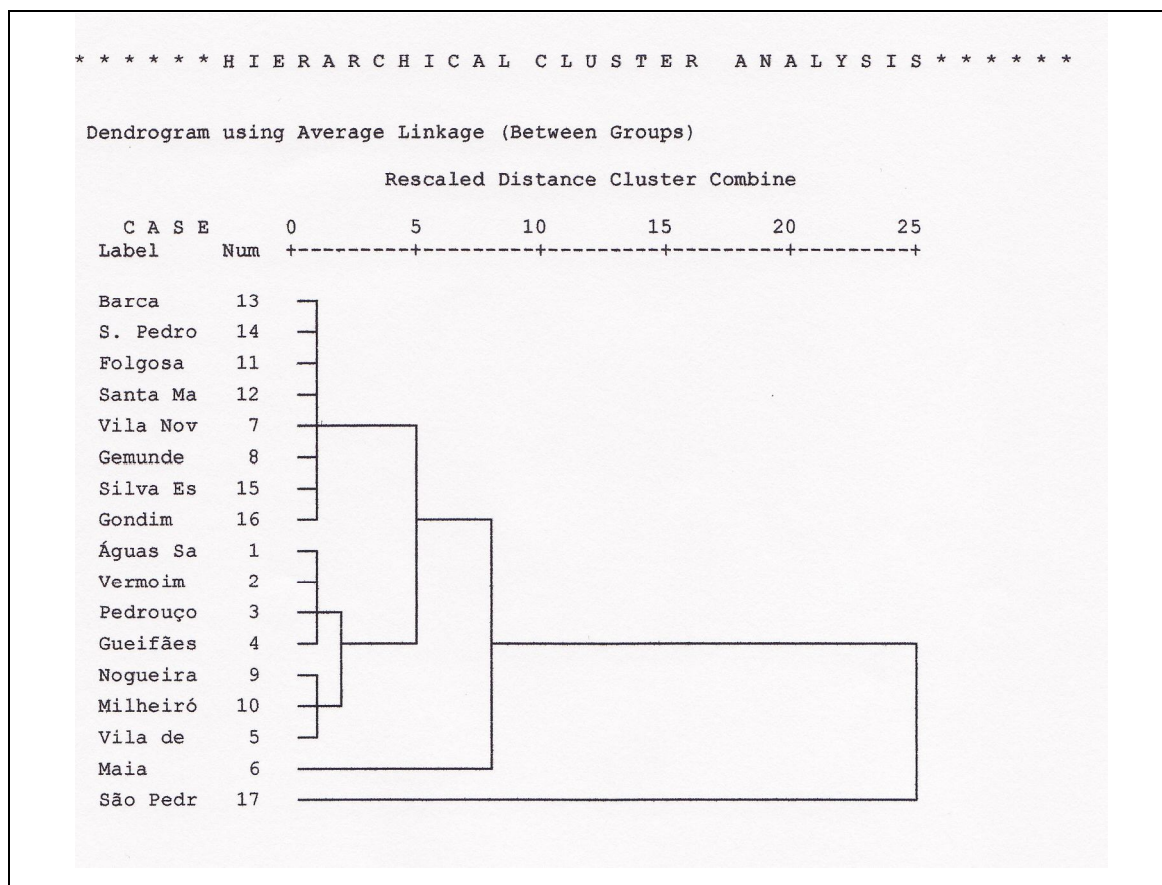
Na tabela anterior pode identificar-se os casos ou *clusters* que são combinados em cada etapa – *stage*. Em 1.º lugar verifica-se que os primeiros casos a serem associados são as freguesias de Barca (Caso 13) e São Pedro de Avioso (Caso 14), com uma distância de 0,004.

Na Tabela III.3 – *Outputs QREN (“Agglomeration Schedule”)*, e pelos valores registados no coeficiente da última coluna, o procedimento de agrupamento será efectuado no mesmo estágio (15º). Assim, sugere-se a formação de apenas dois *clusters*, sendo o primeiro formado por todas as freguesias à excepção de São Pedro Fins que aparece isolada no 2º *cluster*.

Adicionalmente se “cortarmos” o dendograma no nível idêntico que avaliou o QCA III (ligeiramente à direita de 5 na escala de 0 a 25) obtém-se o mesmo resultado.



Figura III.2 – Outputs QREN (“Dendrogram”)



Fonte: Gráfico elaborado pelo SPSS.

Da análise à tabela III.2 verifica-se que a última freguesia a juntar-se ao 1.º cluster foi a Maia. Esta freguesia continua a ser uma grande aposta tal como no QCA III. Adicionalmente, São Pedro Fins caracteriza-se por se isolar no 2.º cluster. Também, este resultado não é surpreendente quando verificamos que se trata da freguesia com menor dimensão populacional (dados 2001<sup>65</sup>) que, até ao momento, já absorveu três acções de projectos financiados. Outras freguesias de maior dimensão populacional absorverem igual número de acções, ao abrigo do QREN. A freguesia São Pedro Fins destaca-se positivamente das demais por ser a eleita na canalização de projectos financiados apesar da reduzida dimensão populacional, pelo menos quando utilizados os dados dos Censos 2001, tal e qual como para as restantes freguesias.

<sup>65</sup> Conforme nota de rodapé apresentada no capítulo II (nota n.º 17) tem-se a percepção que existiu uma evolução populacional no concelho da Maia na ordem dos 11,7%, entre os anos de 2001 e 2006, mas como não dispomos dessa informação por freguesia, entendeu-se recorrer aos valores mais recentes e que são efectivamente os disponíveis no Censos 2001.



A aposta do Município da Maia em construir Centros Escolares e/ou Requalificar Escolas com o apoio financeiro do QREN, designadamente em São Pedro de Fins, contribuiu para o destaque desta freguesia, quando relativizado o investimento pela dimensão populacional.

Adicionalmente foi testada a formação de *clusters* com os dados do QCA III trabalhando apenas os dados das quatro áreas temáticas retratadas ao nível do QREN (Qualificação Territorial; Ambiente; Tecnologias de Informação e Comunicação; Formação) para aferir se as três temáticas não utilizadas neste último quadro comunitário eram as responsáveis pelas diferenças de resultados verificados. Assim, os resultados obtidos são os que se seguem:

**Tabela III.3 – Outputs QCA III (“Agglomeration Schedule”) – Excluindo Áreas Temáticas Não Contempladas no QREN (3)**

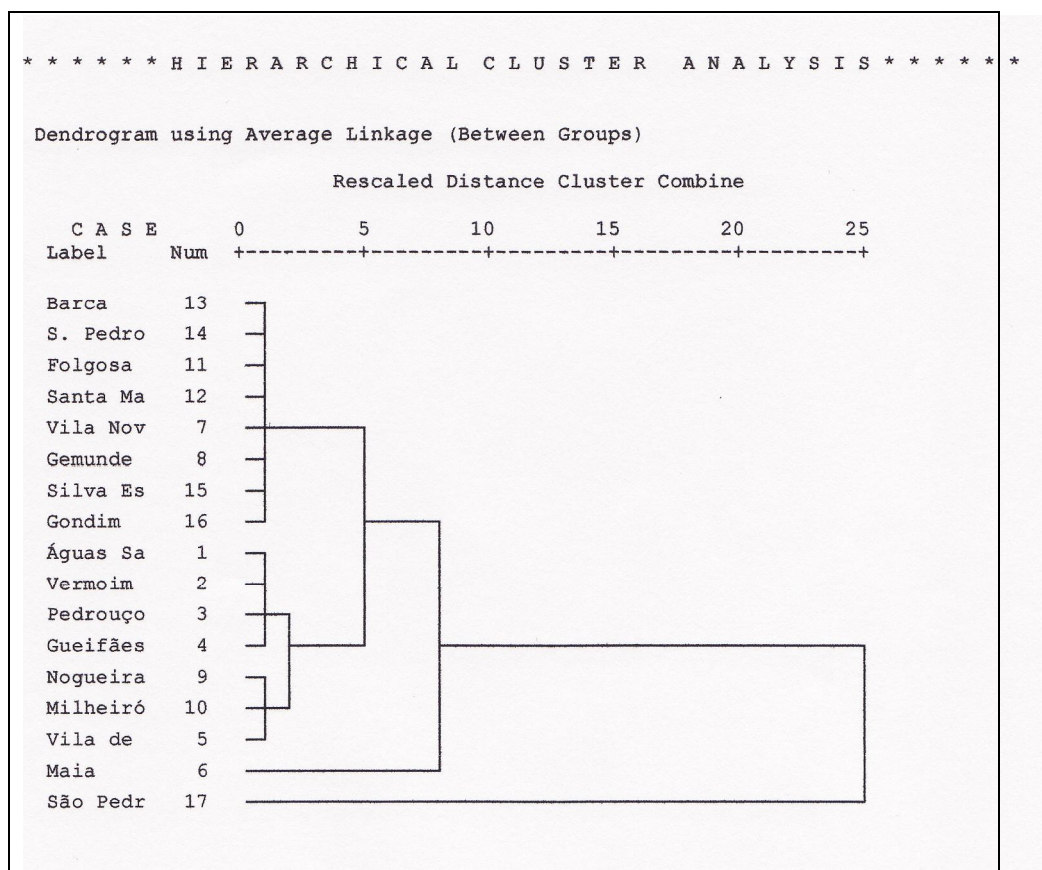
Stage	Cluster Combined		Coefficients
	Cluster 1	Cluster 2	
1	16	17	,000
2	14	16	,000
3	10	15	,000
4	11	13	,000
5	8	10	,000
6	4	9	,000
7	7	12	,039
8	4	8	,039
9	3	5	,039
10	4	11	,140
11	4	14	,561
12	3	4	1,535
13	3	7	2333,349
14	1	2	2794,474
15	1	3	17129,469
16	1	6	127535,059

Fonte: Valores calculados pelo SPSS.



Da análise à tabela III.3 observa-se que o salto maior do coeficiente ou da diferença decorre do 15.º para o 16.º estágio determinando a formação de dois *clusters*, igualando o resultado obtido no *Output* QCA III (“*Agglomeration Schedule*”) que contempla as sete áreas temáticas. Um 1.º *cluster* contempla todas as freguesias à exceção da Maia e um 2.º *cluster* apresenta-se com a Maia isolada, comprovado pelo dendrograma que se apresenta:

**Figura III.3 – *Outputs* QCA III (“*Agglomeration Schedule*”) – Excluindo Áreas Temáticas Não Contempladas no QREN (3)**



Fonte: Gráfico elaborado pelo SPSS.

Em análise à figura anterior e comparativamente com a figura III.1, verifica-se que os resultados são análogos pelo que a justificação das distâncias/semelhanças não se encontram associadas às três temáticas não contempladas no QREN (Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos; Acessibilidades e Transportes e Pescas – Equipamentos



e Transformação) mas é sim devido aos factores anteriormente referidos que isolam São Pedro de Fins face às restantes freguesias.



### 3.4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta secção, naturalmente, impõe-se uma breve apresentação comparativa dos resultados obtidos ao nível dos dois quadros comunitários em estudo.

Em noventa e seis meses de execução do QCA III (respectivamente, oito anos) a CMM, ao abrigo dos Fundos Estruturais, testemunhou a aprovação de dezassete candidaturas assumindo um investimento elegível previsto de 24.569.627,38€ (que correspondeu ao investimento elegível efectivo de 21.248.331,01€, devidamente caracterizado no capítulo II e referenciado no Anexo 1). Neste contexto decorre que, em termos de investimento elegível previsto na submissão efectiva de trinta projectos, a aprovação de candidaturas atingiu os 70,45% (ver Anexo 1).

Adicionalmente, em vinte e dois meses de execução do QREN (de Janeiro/2008 a Outubro/2009) verifica-se que a CMM assegurou a aprovação de vinte e uma candidaturas assumindo um investimento elegível previsto de 17.638.957,97€ (Anexo 14<sup>66</sup>). Em análise ao investimento elegível previsto, as candidaturas ao QREN registam uma taxa de aprovação de, aproximadamente, 40%. Paralelamente, as candidaturas a aguardar aprovação atingem uma taxa de, aproximadamente, 22% (ver Anexo 14).

Tendo em conta os anteriores valores, justifica-se como pertinente e válida a comparação da aposta de investimento financiado pelas freguesias do Concelho no âmbito dos dois quadros comunitários, mesmo quando o último ainda se encontra em vigor e dizendo apenas respeito a um período menor de vigência.

---

<sup>66</sup> Anexo 14 – QREN – Investimento Elegível Previsto de Candidaturas Aprovadas, Não Aprovadas e a Aguardar Aprovação.



Assim, e confrontando os resultados dos *outputs* da secção anterior verifica-se que, por um lado, os dois quadros comunitários resultam na formação de dois *clusters*, organizando as freguesias do Concelho em grupos homogéneos. Por outro lado, salientam-se como diferenças o facto do *output* do QCA III isolar a Maia num *cluster*, contrariamente ao QREN que destaca (pela diferença) São Pedro Fins, face às restantes freguesias. Neste último *output* decorre que a última freguesia a juntar-se ao 1.º *cluster* foi a Maia, o que revela que essa freguesia apesar de afecta ao 1º *cluster* é a que mais se distânciava face às restantes do seu grupo, e que apesar de não se destacar isoladamente num *cluster* à parte, revela ainda uma grande aposta de investimento financiado.

Adicionalmente, também se conclui que as distâncias/semelhanças não resultam do facto do actual quadro comunitário não dispor de projectos aprovados em três (Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos; Acessibilidades e Transportes e Pescas – Equipamentos e Transformação) das sete áreas temáticas em análise neste estudo comparativo.

Neste contexto, pode concluir-se que a CMM impõe homogeneidade na distribuição de investimento financiado pelas freguesias do Concelho, comprovado pelos *outputs* do QCA III e QREN. Residualmente, destacam-se duas freguesias, Maia e São Pedro Fins, respectivamente, anterior e actual quadro comunitário, pela maior absorção de investimento financiado numa abordagem *per capita*.



## CONCLUSÃO

Seguramente, o estudo desenvolvido será uma mais-valia para todos – Técnicos, Câmara e Concelho – como instrumento importante no processo contínuo de melhoria da gestão de uma dada intervenção operacional, apoiada pelos Fundos Comunitários. Servindo, igualmente, em nosso entender, como ferramenta de trabalho para terceiros interessados neste tipo de temáticas. Pretendeu-se, com este estudo, explicar a evolução da aplicação de Fundos Estruturais no Concelho, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2009, ao nível dos quadros comunitários QCA III e QREN, constituindo um projecto-piloto para o Concelho da Maia.

A este respeito, torna-se importante salientar que são sentidas algumas dificuldades resultantes da pouca informação estatística disponível, quer relativamente à Região do Norte nos últimos anos, quer no acesso a alguns indicadores da CMM de registo confidencial.

Tendo presente que, actualmente, está em curso o quarto e último Quadro de Apoio Comunitário (QREN), torna-se de relevante importância para a o Executivo camarário, Dirigentes e Técnicos municipais da CMM perceber a evolução e o rumo a tomar na gestão de projectos co-financiados, aferindo por intermédio deste estudo as áreas de intervenção não contempladas em quadros comunitários anteriores e identificar as razões que justificam eventuais desvios de execução física e financeira, quer de índole material quer imaterial. Permitindo, deste modo, ao Município priorizar investimentos passíveis de apoios comunitários de acordo com as reais necessidades que possam potenciar a qualidade de vida no Concelho, julgando que o mesmo se aplica a outros concelhos.



No início deste estudo propusemo-nos a alcançar alguns objectivos que importam agora, sucintamente, avaliar dos resultados obtidos, nomeadamente:

1. Demonstra-se que das cinquenta e sete candidaturas “trabalhadas”, 54,65% foram aprovadas, ao abrigo do QCA III e outros Fundos nacionais, numa análise segundo o montante de investimento previsto. Paralelamente numa análise segundo o número de candidaturas verifica-se uma aprovação na ordem dos 42,11%. Adicionalmente, determina-se que do Investimento Elegível Previsto de 24.569.627,38€ atingiu-se um Investimento Elegível Efectivo de 23.799.632,43€. No caso das candidaturas aprovadas e co-financiadas apenas por Fundos Estruturais conclui-se que de um investimento elegível previsto de 21.638,872,41 atingiu-se um investimento elegível efectivo de 21.248.331,01€, garantindo uma taxa de execução de 98,20% e uma taxa de comparticipação de 60,63% (conforme demonstrado no capítulo II).

Com efeito, da relação entre os recursos que deveriam ser consumidos e os recursos realmente consumidos, pode aferir-se da eficiência no aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados no âmbito do QCA III, face ao reduzido desvio relativo de execução, na ordem dos 1,80% e cumulativamente atingir uma taxa de execução de 98,20%.

2. No que respeita às prioridades da acção da CMM, designadamente quanto à área temática de eleição e beneficiários (em termos de área geográfica e recursos humanos envolvidos) demonstra-se que, por um lado as áreas temáticas de eleição são as “Acessibilidades e Transportes” e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software”, respectivamente candidaturas de natureza infra-estrutural e imaterial. Por outro lado, abrangeram uma área de intervenção de, aproximadamente 216.824,50 m<sup>2</sup> e beneficiaram, directamente, 81.089 pessoas, ao abrigo do QCA III.



Importa recordar os domínios prioritários de intervenção definidos pelo QCA III, nomeadamente o apoio à actividade produtiva, a estruturação do território e a valorização do potencial humano, tendo como linha condutora da acção o acréscimo de produtividade. Neste contexto, pode concluir-se que a CMM contribuiu para o cumprimento das directrizes definidas para o QCA III. Por um lado, promoveu o crescimento da produtividade e forçosamente da qualidade do capital físico e capital infra-estrutura, comprovado pelo volume de investimento realizado nesta área (em análise às candidaturas de natureza infra-estrutural verifica-se que só a área temática das acessibilidades absorveu 47,45% das verbas disponíveis). Por outro lado, fomentou a valorização do capital humano podendo de algum modo ser avaliado por proxy do corroborado pelo peso do investimento realizado na área temática de novas tecnologias (55,03%).

3. De modo a conseguir-se uma melhor percepção da distribuição das verbas financiadas por freguesias do Concelho, tentou-se avaliar a forma de afectação das candidaturas no âmbito do QCAIII pelas diferentes freguesias tendo em conta o peso assumido pelas distintas áreas temáticas.

Assim, ao abrigo do QCA III e numa análise comparativa do peso do investimento financiado realizado nas diversas freguesias, destaca-se Águas Santas (3.679.878,55€) por oposição às freguesias de Gondim, São Pedro de Avioso e São Pedro Fins, que menos beneficiaram de Fundos Estruturais (capítulo II).

Os mesmos dados relativizados pela dimensão populacional de cada uma das freguesias permitem concluir que a segmentação dos Fundos apresenta-se globalmente homogénea, apenas se distancia pela diferença a freguesia da Maia. Se por um lado a freguesia da Maia é a sede de Concelho o que por si só absorve múltiplos projectos financiados (acessibilidades, parques, entre outros) por outro lado acolhe o edifício sede da CMM onde fisicamente decorreram alguns projectos e, como tal, as respectivas acções foram contabilizadas como realizadas na freguesia da Maia (capítulo III).



No âmbito do QREN, tendo em conta o mesmo critério de caracterização (para a análise *cluster*), avaliando a distribuição de investimento financiado por freguesias identifica-se que São Pedro de Fins destaca-se pela positiva (isola-se num só *cluster*), face às restantes freguesias. A não relativização do investimento financiado pela dimensão populacional levaria a concluir que a freguesia de Maia se destaca pela absorção da maior fatia de investimento financiado (3.336.721,72€).

4. Uma análise *per capita* permite identificar a formação de diferentes agrupamentos formados em função de algumas das características apresentadas anteriormente.

Ao abrigo do QCAIII ressalva-se a importância da análise *cluster* e os dados dos *inputs* relativizados pela dimensão populacional das freguesias para aferir das zonas do Concelho que se destacam em detrimento de outras. Se no caso do QCA III, os *outputs* não foram surpreendentes ao destacar a Maia, pelas razões já expostas anteriormente (capítulo III), no caso dos resultados do QREN o mesmo já não se verifica. Pois apesar da freguesia de São Pedro de Fins apresentar-se como uma das três freguesias com menor dimensão populacional (dados Censos 2001) assegura um lugar de destaque face às restantes ao absorver investimento financiado através das candidaturas promovidas pelo Município.

Ao abrigo do QREN, importa destacar a aposta do Município na construção de catorze centros escolares (e/ou requalificação de escolas) contemplando mais de metade das freguesias que compõem o Concelho. Tal facto, certamente contribuiu para São Pedro de Fins se destacar das restantes freguesias, por um lado porque acolhe uma das escolas financiadas e por outro lado apresenta-se como uma das três freguesias com menos peso populacional no Concelho.



Considera-se igualmente pertinente aferir se as conclusões obtidas nos *clusters* de freguesias vão de encontro às linhas de orientação dos dois quadros comunitários.

Tendo presente a informação vertida no capítulo I de que o QCA III elegeu três domínios prioritários de intervenção, nomeadamente a valorização do potencial humano, o apoio à actividade produtiva e a estruturação do território, podemos concluir que a CMM, também contribuiu para o cumprimento das metas previamente definidas e efectivamente corroboradas pelos resultados obtidos a nível local, que abrangem os referidos domínios.

Ao nível do QREN, a CMM ainda se encontra num estágio inicial de apresentação de candidaturas para avançar até ao cruzamento dos resultados obtidos com as superiores linhas orientadoras.

No seguimento dos anteriores objectivos, deseja-se que este estudo permita revelar caminhos seguidos, sugerindo atalhos a evitar e acções a recomendar. Assim, apesar da delimitação espacial do objecto da análise se cingir ao Concelho da Maia espera-se que este estudo possa servir de ferramenta futura, não apenas para esse Município mas, também para todas as outras entidades e instituições similares que procuram alcançar o sucesso nas diferentes candidaturas a Fundos Estruturais e ajudar a seguir e cumprir as linhas de acção de orientação dos respectivos Programas comunitários.

Como ponto de partida para situações futuras seria provavelmente relevante caracterizar os *clusters* de freguesias detectados, em função de um conjunto de indicadores que podem assumir uma natureza distinta (económica, demográfico, social entre outras).

Como limitações adicionais à limitação espacial, importa reiterar o pressuposto assumido relativamente ao desconhecimento de informação exacta do investimento financiado efectivo afecto a cada freguesia. Esses *inputs* foram obtidos em função do número de acções e tendo por base a verificação da hipótese da proporcionalidade do



montante face a esse número, o que acarreta, certamente, diferenças efectivas face ao valor real.

Por último, importa sublinhar a relevância das orientações emanadas pela cúpula da gestão municipal ao centralizar, responsabilizar e exigir resultados ao nível das candidaturas, no gabinete interno criado especificamente para desenvolver este tipo de projectos. Tal planeamento estratégico contribuiu para hoje concluir o seguinte:

Em noventa e seis meses de execução do QCA III (respectivamente, oito anos) a CMM, ao abrigo apenas de Fundos Estruturais, submeteu para apreciação pela Autoridade de Gestão trinta candidaturas que em termos de investimento elegível previsto correspondem a uma taxa de aprovação de 70,45%.

Adicionalmente, e tendo presente que o QREN estará em vigor até 2013, em vinte e dois meses de execução ao abrigo do QREN (de Janeiro/2008 a Outubro/2009) a CMM já formalizou quarenta e três candidaturas, das quais vinte e uma já aprovadas e catorze em aprovação.



## BIBLIOGRAFIA

ALVES, C. e BANDEIRA, S. (2001). *Dicionário de Marketing*. 3ª Edição, Edições IPAM. Porto.

AMARAL, P. e PEDRO, J. (2004). *O Capital Conhecimento – Modelos de Avaliação de activos intangíveis*. 1ª Edição, Universidade Católica Editora. Lisboa.

ANTÓNIO, N.S. (2001). *A Escola dos Recursos*. 1ª Edição, INDEG. São Paulo.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOVENS EMPRESÁRIOS (1993). *Os Jovens Empresários e as Instituições Políticas*. 1ª Edição, Lello & Irmão. Porto.

BEITONE, A., DOLLO, C., GUIDONI, J. e LEGARDEZ, A. (1997). *Dicionário de Ciências Económicas*. 1ª Edição, Edições ASA. Porto.

CLEMENTE, A. (1998). *Projectos Empresariais e Públicos*. 1ª Edição, Atlas. São Paulo.

DELMAS, P. (1993). *O senhor do Tempo – A modernidade da Acção do Estado*. 1ª Edição, Edições Asa. Porto.

DINIZ, F. (2006). *Crescimento e Desenvolvimento Económico – Modelos e Agentes do Processo*. 1ª Edição, Edições Sílabo. Lisboa.

DONNELLY, J., GIBSON, J. e IVANCEVICH, J. (2000). *Administração – Princípios de Gestão Empresarial*. 10ª Edição, McGrawhill. São Paulo.

EIGLIER, P. e LANGEARD, E. (1991). *Servuction: A Gestão Marketing de Empresas de Serviços*. 1ª Edição, McGrawhill. Lisboa.



FERNANDES, M.F. e MACHADO, S.R. (2009). *Desenvolvimento Sustentável e Competitividade. Informação Socioeconómica I/2009*. 1.<sup>a</sup> Edição, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. Lisboa.

FIGUEIREDO, A.M., PESSOA, A. e SILVA, M.R. (2008). *Crescimento Económico*. 2.<sup>a</sup> Edição, Escolar Editora. Lisboa.

FONSECA, M. (2006). *Planejamento e Desenvolvimento Económico*. 1.<sup>a</sup> Edição, Editora Thomson, São Paulo.

FREIRE, A. (1998). *Estratégia – Sucesso em Portugal*. 1.<sup>a</sup> Edição, Verbo. Lisboa.

KLUGE, J., STEIN, W. e LICHT, T. (2002). *Gestão do Conhecimento – Segundo um estudo da McKinsey & Company*. 1.<sup>a</sup> Edição, Principia. Lisboa.

MINZBERG, H. (2006). *Criando Organizações Eficazes – Estruturas em cinco configurações*. 2.<sup>a</sup> Edição, Atlas. São Paulo.

PEREIRA, P.T., AFONSO, A., ARCANJO, M. e SANTOS, J.C. (2007). *Economia e Finanças Públicas*. 2.<sup>a</sup> Edição, Escolar Editora. Lisboa.

PESTANA, M.H., e GAGEIRO, J.N. (2003). *Análise de Dados para Ciências Sociais*. 3.<sup>a</sup> Edição, Edições Sílabo. Lisboa.

PETERS, T. e WATERMAN, B. (1995). *Na Senda da Excelência*. 3.<sup>a</sup> Edição, Publicações Dom Quixote. Lisboa.

REICH, R.B. (1996). *O Trabalho das Nações*. 2.<sup>a</sup> Edição, Quetzal Editoras. Lisboa.

SANTOS, M.J. (2005). *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social*. 1.<sup>a</sup> Edição, Celta. Oeiras.



SCHUMPETER, J. (1982). *A Teoria do Desenvolvimento Económico*. 1.<sup>a</sup> Edição, Abril Cultural. São Paulo.



## Recursos WEB

Academia das Artes, E.M. (2007). *Gonçalo Mendes da Maia*. Acedido em 30 de Janeiro de 2009, em: <http://cultura.maiadigital.pt/estorias-e-memorias/ilustres-maiatos/goncalo-mendes-da-maia>.

ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A. (2005). *Apoio à Gestão Técnica e Financeira de Candidatura a Programas Nacionais e Comunitários*. Acedido em 2 de Dezembro de 2009, em: [http://www.evoradigital.biz/NR/rdonlyres/D97775F0-1E49-4D16-B272-7ED0E5CFF0FC/0/QCA\\_gades.pdf](http://www.evoradigital.biz/NR/rdonlyres/D97775F0-1E49-4D16-B272-7ED0E5CFF0FC/0/QCA_gades.pdf).

ANA Aeroportos de Portugal SA (2007). *Plano Director – Aeroporto Francisco Sá Carneiro [Porto]*. Acedido em 1 de Fevereiro de 2009, em: [http://www.ana.pt/planos\\_opo/PD\\_ASC.pdf](http://www.ana.pt/planos_opo/PD_ASC.pdf).

Área Metropolitana do Porto (2009). *A Área Metropolitana do Porto*. Acedido em 20 de Fevereiro de 2009, em: <http://www.amp.pt/gca/index.php?id=78>.

Associação Nacional de Municípios Portugueses (2004). *Boletim Electrónico (n.º 131)*. Acedido em 2 de Fevereiro de 2009, em: <http://www.anmp.pt/anmp/press/bol/2004/bol13104.html>.

Associação Porto Digital (2007). *Porto Digital – no caminho para a sociedade do conhecimento*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: [http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt\\_norte\\_portodigit.pdf](http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt_norte_portodigit.pdf).

Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional (2008). *Estudos de Caso*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: <http://www.apdr.pt>.



Augusto Mateus & Associados – Empresa de Consultores, Lda. (2004). *A Região da Madeira no contexto das Motivações dos Fundos Estruturais na Europa Alargada Indicadores e Posicionamento*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: [http://www.idr.govmadeira.pt/pt/ficheiros/Planos%20Internet/34Relat\\_Final\\_PIBMadeira.pdf](http://www.idr.govmadeira.pt/pt/ficheiros/Planos%20Internet/34Relat_Final_PIBMadeira.pdf).

Câmara Municipal da Maia. (2009). *A Autarquia*. Acedido em 29 de Outubro de 2008, em: <http://www.cm-maia.pt>.

CARVALHO, P. e SILVA, S. (2008). *Os programas LEADER e o Desenvolvimento rural em ambientes de montanha*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: [http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/H\\_tudo.pdf](http://www.apdr.pt/congresso/2008/pdf/H_tudo.pdf).

Centro de Informação Europeia Jaques Delors (2007). *21,5 Mil Milhões de Euros para Portugal*. Acedido em 10 de Janeiro de 2009, em: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe\\_area?p\\_cot\\_id=3370](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=3370).

Centro de Informação Europeia Jaques Delors (2007). *Eurocid (vários)*. Acedido em 10 de Janeiro de 2009, em: <http://www.eurocid.pt>.

Comissão das Comunidades Europeias (2006). *A estratégia para o crescimento e o emprego e a reforma da política de coesão europeia – Quarto relatório sobre os progressos realizados em matéria de coesão*. Acedido em 9 de Novembro de 2009, em: [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/interim4/4inter\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/interim4/4inter_pt.pdf).

Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte (2007). *Norte 2015*. Acedido em 18 de Outubro de 2008, em: <http://www.ccdr-n.pt>.

Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte (2009). *Orientação de Gestão – Regras e Procedimentos de Encerramento para os Promotores*. Acedido em 8 de Agosto de 2009, em: [http://www.ccdr-n.pt/og\\_promotores.pdf](http://www.ccdr-n.pt/og_promotores.pdf).



Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte (2009). *Programa Operacional do Norte 2007-2013*. Acedido em 25 de Outubro de 2008, em: <http://www.qren.pt>.

Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte (2009). *Síntese Estatística da Região NUTS III Grande Porto – Indicadores Demográficos*. Acedido em 30 de Janeiro de 2009, em: <http://www.ccdr-n.pt>.

Conselho Económico e Social (2005). *Estratégia de Lisboa – Parecer de Iniciativa (Aprovado no Plenário de 24 de Maio de 2005)*. Acedido em 15 de Fevereiro de 2009, em: <http://www.ces.pt/file/doc/68>.

COUTINHO, M., MARQUÊS, M. e SOARES, J. (2001). *Desigualdades Regionais em Portugal Continental: Uma Análise Estatística Multivariada*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: <http://www.deetc.isel.ipl.pt/jetc05/CCTE02/papers/finais/Matemática/63.PDF>.

Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2006). *Observatório do QCA III*. Acedido em 18 de Outubro de 2008, em: <http://www.qca.pt>.

EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (2007). *Optimização dos Múltiplos Propósitos da Função dos Socorridos do Poder da estação Hidroeléctrica, para usar todo o ano, em volta da Produção de Água para Abastecimento Público, Irrigação e Electricidade*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: [http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt\\_ren\\_energies\\_Madeira.pdf](http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt_ren_energies_Madeira.pdf).

Governo de Portugal (2009). *Programas e Planos*. Acedido em 1 de Novembro de 2008, em: <http://www.portugal.gov.pt>.

Instituto do Emprego e Formação Profissional (2009). *Centro de Emprego da Maia*. Acedido em 19 de Outubro de 2008, em: <http://www.iefp.pt/iefp/rede/listagem/Paginas/26.aspx>.



Instituto Financeiro Desenvolvimento Regional (2009). *Estudos de Caso*. Acedido em 10 de Agosto de 2009, em: <http://www.ifdr.pt>.

Instituto Nacional de Estatística. (2007). *Anuário Estatístico da Região Norte 2006*. Acedido em 22 de Janeiro de 2009, em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=11290756&PUBLICACOESstema=55523&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=11290756&PUBLICACOESstema=55523&PUBLICACOESmodo=2).

Instituto Nacional de Estatística (2001). *Censos*. Acedido em 1 de Novembro de 2008, em: <http://www.ine.pt>.

Instituto Nacional de Estatística (2007). *Paridades do Poder de Compra – 2006*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: <http://www.ine.pt>.

KILSZTAJN, S. (2000). *Paridade do Poder de Compra, Renda per capita e outros Indicadores Económicos*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(18\)samuel\\_kilsztajn.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(18)samuel_kilsztajn.pdf).

LAMTec – Laboratório de Ambiente Marinho e Tecnologia e Universidade dos Açores (2007). *Centro de Investigação Tecnológico Interactivo em Energias Renováveis e Hidrogénio Renovável nos Açores*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: [http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt\\_renewable\\_energies.pdf](http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt_renewable_energies.pdf).

Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2004). *Designação Oficial das Freguesias Portuguesas*. Acedido em 23 de Março de 2009, em: [http://www.dgaa.pt/pdf/freguesias/freguesias\\_parte3.pdf](http://www.dgaa.pt/pdf/freguesias/freguesias_parte3.pdf).

Paço, Arminda (2002). *O “consumidor” de moda – um estudo de segmentação de mercado*. Acedido em 8 de Novembro de 2008, em: <http://convergencias.esart.ipcb.pt/artigo/3>.



Presidência do Conselho de Ministros (2006). *Deliberação do Conselho de Ministros (DB 420/2006)*. Acedido em 3 de Novembro de 2009, em: <http://www.qren.pt/download.php?id=647>.

Quadro Comunitário de Apoio III (2009). *Eixos Prioritários*. Acedido em 10 de Janeiro de 2009, em: [http://www.qca.pt/n\\_qca/estr\\_02.asp](http://www.qca.pt/n_qca/estr_02.asp).

Quadro Comunitário de Apoio III (2009). *Enquadramento dos Auxílios de Estado*. Acedido em 9 de Novembro de 2009, em: [http://www.qca.pt/fundos/pc\\_derrogacoes.asp](http://www.qca.pt/fundos/pc_derrogacoes.asp).

Quadro Comunitário de Apoio III (2009). *Estrutura e Âmbito de Intervenção*. Acedido em 10 de Janeiro de 2009, em: [http://www.qca.pt/n\\_qca/estrutura.asp](http://www.qca.pt/n_qca/estrutura.asp).

Quadro Comunitário de Apoio III (2009). *Fundos Estruturais*. Acedido em 20 de Janeiro de 2009, em: <http://www.qca.pt>.

Quadro Comunitário de Apoio III (2009). *Glossário QCA III*. Acedido em 2 de Fevereiro de 2009, em: <http://www.qca.pt/glossario/default.asp>.

Quadro Comunitário de Apoio III (2009). *Guia para a avaliação intercalar do QCA III*. Acedido em 2 de Fevereiro de 2009, em: [http://www.qca.pt/publicacoes/download/Guia\\_av.pdf](http://www.qca.pt/publicacoes/download/Guia_av.pdf).

Quadro Comunitário de Apoio III (2009). *Programas Operacionais QCA III*. Acedido em 20 de Janeiro de 2009, em: <http://www.qca.pt>.

Quadro de Referência Estratégico Nacional (2008). *Glossário QREN*. Acedido em 15 de Fevereiro de 2009, em: [http://www.qren.pt/item1.php?lang=0&id\\_channel=3&id\\_page=99](http://www.qren.pt/item1.php?lang=0&id_channel=3&id_page=99).



Quadro de Referência Estratégico Nacional (2008). *O QREN*. Acedido em 3 de Novembro de 2009, em: [http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=203](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=203).

União Europeia (2006). *Produtividade: a chave para a Competitividade das Economias e das Empresas Europeias*. Acedido em 15 de Janeiro de 2009, em: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/n26027.htm>.

Universidade do Minho (2007). *HIBRIDMOLDE – Desenvolvimento de Metodologias Alternativas de Projecto e Fabrico de Moldes Rápidos para Injecção de Termoplásticos de Engenharia*. Acedido em 20 de Agosto de 2009, em: [http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt\\_hibridmolde.pdf](http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/AplicacaoFundos/Documentos/pt_hibridmolde.pdf).

VAREJÃO, J., MARTINS, A., SANTOS, L.D. e GONZÁLEZ, P. (2008). *A Base Económica do Porto e o Emprego*. Acedido em 23 de Julho de 2009, em [http://www.cm-porto.pt/users/0/56/ABaseEconmicadoPortoeoEmprego\\_b4d6c4051396fe075aa063a27bc0b605.pdf](http://www.cm-porto.pt/users/0/56/ABaseEconmicadoPortoeoEmprego_b4d6c4051396fe075aa063a27bc0b605.pdf).



## **ANEXOS**



**ANEXO 1 – QCA III – INVESTIMENTO ELEGÍVEL PREVISTO DE  
CANDIDATURAS APROVADAS E NÃO APROVADAS**



Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN

## ANEXO 1 – QCA III – Investimento Elegível Previsto de Candidaturas Aprovadas e Não Aprovadas

Unid.: Euros

Área Temática	Identificação das Candidaturas APROVADAS	Fundo Estrutural e Outros Fundos	Investimento Elegível Previsto
Qualificação Territorial	Parque Municipal e de Estacionamento da Maia – Arranjos Exteriores	FEDER	4.595.571,73
	Reformulação Urbanística da Praça do Município e Arruamentos Convergentes – 2.ª Fase	FEDER	1.816.816,47
	Requalificação Urbana da Zona Central e Sul do Concelho da Maia	FEDER	534.189,17
	Ampliação do Edifício dos Paços do Concelho da Maia	Outros Fundos	860.236,96
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Pavilhão de Ginástica Integrado na Zona Desportiva Municipal	FEDER	553.445,08
	Ampliação do Pavilhão Desportivo de Gueifães – Maia	FEDER	901.909,94
	Construção do Pavilhão Desportivo da Escola Básica 2,3 de Nogueira	PIDDAC	653.710,90
Acessibilidades e Transportes	Beneficiação Arruamentos Diversos, Drenagem de Águas Pluviais – Requalificação Urbana	FEDER	1.088.426,09
	Beneficiação E.N.12, E.N.13, E.N.105, E.N.105-2, E.N.107, E.N.107-1, E.N.208, E.N.318-1 Numa Extensão Global de KM 40,509	FEDER	8.346.385,00
	Beneficiação da EN 107 Incluindo as Rotundas do Padrão e do Requeixo	FEDER	397.926,64
Ambiente	Adaptação da Quinta da Gruta e Monte de Stº Ovídeo a Complexo de Educação Ambiental – Construção da Escola Educação Ambiental	FEDER	1.693.326,37
	Parque Verde de Quires	FEDER	745.571,66
Pescas	Informação ao Consumidor Sobre os Produtos da Pesca	IFOP	72.550,00
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - Hardware e Software)	PRODEP III – Apetrechamento Informático de Escolas e Ligação à Internet e Intranets	FEDER	173.695,50
	PRODEP III – Conteúdos de Multimédia Educativos	FEDER	26.029,50
	Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar: Jardim Infância de Santa Cristina – Folgosa	PIDDAC	335.475,39
	Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar: Jardim Infância Paço – São Pedro Fins	PIDDAC	148.642,62
	Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar: Jardim Infância de Sá n.º 1 – Silva Escura	PIDDAC	515.056,00
	Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar: Jardim Infância de Cavadas n.º 1 – Currais – Vermoim	PIDDAC	267.761,10
	Espaço Internet da Maia	FEDER e Outros Fundos	213.167,70
	Reformulação e Expansão da Rede Informática da Câmara	PIDDAC	149.872,00
Formação	Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação	FSE e Outros Fundos	384.316,96
	PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local_1ª Edição	FSE	35.544,60
	Programa de Apoio à Implementação da Rede Social	FSE	60.000,00
<b>Total Candidaturas APROVADAS (24)</b>			<b>24.569.627,38</b>
<i>Total Candidaturas APROVADAS – Apenas pela via de Fundos Estruturais (17)</i>			<i>21.638.872,41</i>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.



Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN

(...) **Continuação do Anexo 1**

Unid: Euros

Área Temática	Identificação das Candidaturas NÃO APROVADAS	Fundo Estrutural e Outros Fundos	Investimento Elegível Previsto
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Polidesportivo Descoberto do Paço, Sangemil – Águas Santas	Outros Fundos	130.801,49
	Polidesportivo de Sá, Frejufe – Silva Escura	Outros Fundos	197.232,47
	Polidesportivo de Santa Cristina – Folgosa	Outros Fundos	129.885,67
	Pavilhão Desportivo de Pedrouços	FEDER	3.284.513,00
	Pavilhão Desportivo de Vila Nova da Telha	Outros Fundos	2.248.386,00
	Complexo Desportivo de Pedras Rubras	Outros Fundos	5.073.690,00
	Pavilhão Desportivo da Escola ES/3 do Castelo da Maia	Outros Fundos	424.000,00
	Complexo Desportivo e Recreativo de Nogueira da Maia	Outros Fundos	1.327.378,00
Desenvolvimento de Espaços Culturais	Loja da Juventude	FEDER	0,00
	Obras de Requalificação do Fórum da Maia	FEDER	334.800,00
	Adaptação e Ampliação da Casa da Quinta da Caverneira para Centro de Estudos da Ruralidade	FEDER	1.429.900,00
	Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia	FEDER	149.646,00
	Museu de História e Etnologia da Terra da Maia	FEDER	0,00
	Programa de Rede de Bibliotecas Escolares	Outros Fundos	0,00
	Conhecer, Conservar e Divulgar o Património Barroco da Maia – O Mosteiro de Moreira	FEDER	249.309,16
Acessibilidades e Transportes	Semaforização Via Diagonal – Avioso Santa Maria	Outros Fundos	6.385,17
	Semaforização Via R. do Paço – Águas Santas	Outros Fundos	3.816,27
	Semaforização Entr. R. S. Romão e Rua S. António – Vermoim	Outros Fundos	8.366,00
	Semaforização Cruzamento R. Conselheiro Luís Magalhães com as R. Cruz das Guardas e Eng.º Fred. Ulrich – Moreira	Outros Fundos	9.276,28
	Semaforização da Rua Cruz das Guardas – Moreira	Outros Fundos	8.366,00
	Semaforização Cruzamento da Rua Eng.º Duarte Pacheco com a Rua Altino Coelho – Vermoim	Outros Fundos	13.541,00
	Semaforização Entroncamento R. Ponte Parada com a R. Manuel Gonçalves Lage – Águas Santas	Outros Fundos	10.597,00
	Instalação Barreiras de Protecção Metálica na Via Diagonal – Avioso Santa Maria e Gondim	Outros Fundos	12.350,00
	Semaforização do Cruzamento da Rua S. Romão com a Rua de Gil Vicente e Rua Açores – Vermoim	Outros Fundos	12.997,00
	Caminhos Agro-Rurais Caminho de São Pedro de Avioso	FEDER	143.770,84
	Caminhos Agro-Rurais Caminho de Gemunde	FEDER	133.573,76
	Caminhos Agro-Rurais Caminho de Folgosa	FEDER	137.226,73
	Caminhos Agro-Rurais Caminho de Silva Escura	FEDER	79.869,26
	Construção da Aero-Gare e Torre de Controlo do Aeródromo de Vilar Luz	Outros Fundos	1.308.035,53
Ambiente	Parque Urbano de Avioso – Avioso São Pedro	FEDER	2.838.186,41
	Mais Floresta, Melhor Ambiente	Outros Fundos	356.542,00
	Mais Vigilância, Mais Prevenção, Mais Floresta	Outros Fundos	23.404,90
	Bacia Hidrográfica do Rio Leça – Conhecer, Proteger, Valorizar	FEDER	297.842,00
<b>Total Candidaturas NÃO APROVADAS (33)</b>			<b>20.383.687,94</b>
<i>Total Candidaturas NÃO APROVADAS – Apenas pela via de Fundos Estruturais (13)</i>			<i>9.078.637,16</i>
<b>Total Candidaturas APROVADAS e NÃO APROVADAS (57)</b>			<b>44.953.315,32</b>
<i>Total Candidaturas APROVADAS e NÃO APROVADAS – Apenas pela via de Fundos Estruturais (30)<sup>67</sup></i>			<i>30.717.509,57</i>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III.

<sup>67</sup> No âmbito do QCA III, em termos de investimento elegível previsto em fase de submissão de projectos, ao nível de Fundos Estruturais a aprovação de candidaturas atinge os 70,45%.



**ANEXO 2 – LISTAGEM DOS PROJECTOS DO MUNICÍPIO DA  
MAIA ACOLHIDOS NO ÂMBITO DO PO NORTE/QCA III**



**ANEXO 2 – Listagem dos Projectos do Município da Maia Acolhidos no Âmbito do PO NORTE/QCA III (Anexo do E-Mail enviado pela CCDRN, em 27/08/09)**

ON - OPERAÇÃO NORTE - projectos

Unidade: euros

Cod_Projeto	Executor	Denom_Projeto	Data_Estado	Estado_Proj	Invest_Eleg_Euro	Comparticipação	Execução Total	Execução Fundo	Taxa_Exp	Pagamento validado	Por Executar E	Por Executar Fundo	Concluido
01-01-03-FDR-00001	Município Maia	Reordenação Urbanística da PR. do Município e Arruamentos Com. - 2ª fase	12-10-2000	A	1 816 816,47	7 362 812,95	1 816 816,46	7 362 812,94	99,9%	1 382 812,95	0,01	0,01	True
01-01-03-FDR-00002	Município Maia	Pavilhão de Ginástica Integrado na Zona Desportiva Municipal-Concussão	12-10-2000	A	663 446,10	416 083,62	663 446,09	416 083,61	99,9%	416 083,61	0,00	0,00	True
01-01-03-FDR-00032	Município Maia	Parque Municipal e Estacionamento da Maia-Antigos Exteriores	25-12-2000	A	4 595 671,76	3 446 678,81	4 595 671,75	3 446 678,81	99,9%	3 446 678,81	0,01	0,00	True
01-01-03-FDR-00132	Município Maia	Adapt. Quinta da Gruta e M. S.Ovídeo a Complexo Educ. Amb.-Const. Esc. Ed. Amb.	30-10-2001	A	1 646 052,13	823 026,06	1 646 052,11	823 026,05	99,9%	823 026,05	0,02	0,00	True
01-01-03-FDR-00365	Município Maia	Requal. Urbana Na Zona Central e Gul do Conc. da Maia	09-03-2005	A	534 169,14	267 094,67	534 169,14	267 094,67	100%	267 094,67	0,00	0,00	True
01-01-03-FDR-00416	Município Maia	Benef. arruamentos diversos, drenagem águas pluviais-requalificação urbana	21-09-2006	A	1 042 734,92	521 362,46	1 042 734,91	521 362,45	99,9%	521 362,46	0,01	0,00	True
01-01-04-FDR-00032	Município Maia	Conectar, Conservar e Divulgar o Patrim. Barroco da Maia- O Most. de Moreira(113)	20-09-2004	D	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	False
01-01-04-FDR-00149	Município Maia	QUINTA DA GRUTA - Promoção e Divulg.de Recursos Naturais (110)	20-09-2004	D	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	False
01-01-05-FSE-00073	Município Maia	81/02-FORAL - Candidatura 1.5.81	23-07-2007	D	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	False
01-01-05-FSE-00540	Município Maia	Estágios Profissionais	25-05-2007	A	35 378,45	26 533,83	35 378,45	26 533,83	99,9%	26 533,82	0,00	-0,00	True
01-03-10-FDR-00066	Município Maia	000-Ampliação do Pavilhão Desportivo de Gueifões-Maia	06-10-2008	A	901 909,94	450 954,97	901 909,94	450 954,97	100%	450 954,96	-0,00	-0,00	True
01-03-12-PP-00004	Município Maia	Informação ao Consumidor sobre produtos da Pesca	19-07-2002	A	34 750,00	26 062,50	34 750,00	26 062,50	100%	26 062,50	0,00	0,00	True
01-03-15-FDR-00123	Município Maia	Benef. EN12, EN13, EN105, EN106-2, EN107, EN107-1, EN209, EN318-1, ext. job.40509RM	11-09-2003	A	8 346 386,02	4 590 811,74	8 346 386,00	4 590 811,74	99,9%	4 590 802,74	0,01	0,00	True
01-03-15-FDR-00166	Município Maia	Benef. EN 107 incluindo Rotundas do Padrão e Requeijo	17-02-2006	A	307 926,64	219 859,65	307 926,64	219 859,65	100%	219 859,65	0,00	-0,00	True
01-03-16-FDR-00062	Município Maia	Parque Verde de Gueifões	12-07-2005	A	745 671,66	372 785,83	745 671,65	372 785,82	99,9%	372 785,83	0,01	0,00	True
	16				20 860 721,23	12 621 688,92	20 860 721,14	12 621 688,98		12 621 667,66	0,08	0,00	

**Nota Explicativa:**

Importa ressaltar que, os montantes de despesa e participação comunitária apresentados pela autora reportam aos dados disponíveis e validados até ao pretérito mês de Dezembro de 2008, não contemplando acertos financeiros que resultaram de algumas auditorias externas.

Com efeito, e na sequência de uma auditoria, assinala-se que a Candidatura: “Adaptação da Quinta da Gruta e Monte de Santo Ovídeo a Complexo de Educação Ambiental – Construção da Escola Educação Ambiental.”, contribuiu para o diferencial de, aproximadamente, 50 Mil Euros vertido na listagem de projectos QCAIII – Operação Norte disponibilizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte – CCDRN. Investimento Elegível da Anomalia: 47.274,26€ Montante da Anomalia FEDER: 23.637,13€ Origem e Referência da Irregularidade: O não cumprimento das regras de Contratação Pública e Trabalhos a Mais. Logo 1.693.326,36€-47.274,26€= 1.646.052,10€



**ANEXO 3 – MEMORANDOS INTERNOS PARA QUANTIFICAR  
ÁREA DE INTERVENÇÃO – 2 EXEMPLARES**



# Candidaturas da Câmara Municipal da Maia: Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN



## MEMORANDO INTERNO

Para: Exmo. Sr. Eng.º Domingos Cavadas  
C/C: Exmo. Sr. Director DCEM Eng.º Alvaro Soares  
De: Susana Oliveira - Fundos Comunitários  
C/C: Dra. Zita Formoso  
Data: 15-01-2009  
Assunto: Candidatura: "Beneficiação arruamentos diversos, drenagem de águas pluviais - requalificação urbana"

Exmo. Sr. Eng.º Domingos Cavadas,  
No âmbito da candidatura supra mencionada a empreitada "Execução de diversos trabalhos de urbanização na designada Quinta de Bosteio, Ingressa de Moreira de conformidade com o protocolo celebrado entre a Câmara e a Exma. Sra. D. Maria da Conceição de Lemos, Mestrados da moda Sotomayor - Drenagem, iluminação pública e diversão" foi contemplada no QCAIII para efeitos de co-financiamento FEDER. (N.º / 2.006 - PO - 4111)  
Tomando conhecimento que o Exmo. Sr. Eng.º Domingos Cavadas assumiu a responsabilidade técnica da referida empreitada, venho por este meio solicitar a identificação da área útil, para efeitos de avaliação das metas atingidas em fase de encerramento do QCA III, até ao próximo dia 26 de Janeiro.

Sem mais aproveito para agradecer a V. atenção encontrando-me ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Os meus cumprimentos,

*Susana Oliveira*  
(Susana Oliveira, Eng.º)

Exm.º Sr. Susana Oliveira	
Conforme foi solicitado, envio em anexo, uma planilha topográfica com a localização da empreitada, com as seguintes medidas dos trabalhos mais significativos:	
Extensão da intervenção.....	466 m x 0,40 Km
Área de pavimentos.....	622 m²
Área de passeios.....	272 m²
Área de infra-estruturas Viárias.....	400 m²
Divisão de Infra-estruturas Viárias.....	400 m²
Maia, 20 de Janeiro de 2009	
<i>Susana Oliveira</i> (Susana Oliveira, Eng.º)	

www.cm-maia.pt  
Susana Oliveira - Ext.8500

V



## MEMORANDO INTERNO

Para: Exmo. Sr. Chefe de Divisão Eng.º Manuel Sousa  
C/C: Exmo. Sr. Director DCEM Eng.º Alvaro Soares  
De: Susana Oliveira - Fundos Comunitários  
C/C: Dra. Zita Formoso  
Data: 15-01-2009  
Assunto: Candidatura: "Beneficiação arruamentos diversos, drenagem de águas pluviais - requalificação urbana"

Exmo. Sr. Chefe de Divisão Eng.º Manuel Sousa,  
No âmbito da candidatura supra mencionada a empreitada "Rectificação, drenagem de águas pluviais, pavimentação e repavimentação de arruamentos diversos em vários locais do Concelho" foi contemplada no QCAIII para efeitos de co-financiamento FEDER. ( 66 2 / 2004 - PO - 2.006 )  
Tomando conhecimento que o Exmo. Sr. Chefe de Divisão Eng.º Manuel Sousa assumiu a responsabilidade técnica da referida empreitada, venho por este meio solicitar a identificação da área de intervenção, em kms, para efeitos de avaliação das metas atingidas em fase de encerramento do QCA III, até ao próximo dia 26 de Janeiro.

Sem mais aproveito para agradecer a V. atenção encontrando-me ao dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Os meus cumprimentos,

*Susana Oliveira*  
(Susana Oliveira, Eng.º)

Exm.º Sr. Manuel Sousa	
Conforme foi solicitado, envio em anexo, uma planilha topográfica com a localização da empreitada, com as seguintes medidas dos trabalhos mais significativos:	
Extensão da intervenção.....	290 m - 0,236 Km
Área de pavimentos.....	527 m²
Área de passeios.....	407 m²
Área de infra-estruturas Viárias.....	407 m²
Maia, 20 de Janeiro de 2009	
<i>Susana Oliveira</i> (Susana Oliveira, Eng.º)	

www.cm-maia.pt  
Susana Oliveira - Ext.8500



**ANEXO 4 – CANDIDATURA “INFORMAÇÃO AO CONSUMIDOR  
SOBRE OS PRODUTOS DA PESCA” – OFÍCIO REMETIDO PELO  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO DESENVOLVIMENTO  
RURAL E DAS PESCAS – DECISÃO FINAL**





**ANEXO 5 – QCA III – REPARTIÇÃO ANUAL DO INVESTIMENTO  
ELEGÍVEL EFECTIVO, POR CANDIDATURA**



Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN

**ANEXO 5 – QCA III – Repartição Anual do Investimento Elegível Efectivo, por Candidatura**

Área Temática	Identificação das Candidaturas										Unid.: Euros
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Investimento Elegível Efectivo
Qualificação Territorial	Parque Municipal e de Estacionamento da Maia - Arranjos Exteriores	0,00	2.421.729,08	696.094,24	1.091.056,25	0,00	386.692,17	0,00	0,00	0,00	<b>4.595.571,75</b>
	Reformulação Urbanística da Praça do Município e Arruamentos Convergentes - 2.ª Fase	629.588,04	261.311,95	776.389,91	0,00	0,00	149.526,56	0,00	0,00	0,00	<b>1.816.816,45</b>
	Requalificação Urbana da Zona Central e Sul do Concelho da Maia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157.734,46	362.563,92	13.890,76	0,00	<b>534.189,14</b>
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Pavilhão de Ginástica Integrado na Zona Desportiva Municipal	404.809,56	0,00	0,00	0,00	0,00	57.081,15	0,00	91.554,37	0,00	<b>553.445,08</b>
	Ampliação do Pavilhão Desportivo de Gueifães – Maia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	901.909,94	<b>901.909,94</b>
Acessibilidades e Transportes	Beneficiação Arruamentos Diversos, Drenagem de Águas Pluviais – Requalificação Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.034.004,70	8.720,22	<b>1.042.724,92</b>
	Beneficiação E.N.12, E.N.13, E.N.105, E.N.105-2, E.N.107, E.N.107-1, E.N.208, E.N.318-1 Numa Extensão Global de KM 40,509	0,00	0,00	0,00	0,00	4.694.507,71	1.041.843,65	1.194.746,16	507.576,27	907.694,82	<b>8.346.368,62</b>
	Beneficiação da EN 107 Incluindo as Rotundas do Padrão e do Requeixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.059,18	77.867,46	<b>397.926,64</b>
Ambiente	Adaptação da Quinta da Gruta e Monte de Stº Ovídeo a Complexo de Educação Ambiental – Construção da Escola Educação Ambiental	0,00	0,00	143.764,40	83.765,80	588.235,48	696.590,32	118.346,52	62.623,84	0,00	<b>1.693.326,36</b>
	Parque Verde de Quires	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698.271,00	0,00	47.300,66	<b>745.571,66</b>
Pescas - Equipamentos e Transformação	Informação ao Consumidor Sobre os Produtos da Pesca	0,00	0,00	0,00	34.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>34.750,00</b>
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) - Hardware e Software	PRODEP III – Apetrechamento Informático de Escolas e Ligação à Internet e Intranets	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.010,71	8.684,79	0,00	<b>173.695,50</b>
	PRODEP III – Conteúdos de Multimédia Educativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.728,03	1.301,48	0,00	<b>26.029,51</b>
	Espaço Internet da Maia	0,00	0,00	0,00	0,00	49.065,94	18.013,20	41.329,64	33.306,86	0,00	<b>141.715,64</b>
Formação	Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	30.966,65	0,00	99.502,13	24.020,87	0,00	<b>154.489,65</b>
	PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local_1ª Edição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.708,04	17.670,41	<b>35.378,45</b>
	Programa de Apoio à Implementação da Rede Social	0,00	0,00	0,00	0,00	6.611,80	10.638,40	13.636,12	23.535,38	0,00	<b>54.421,70</b>
<b>Total Investimento Elegível Efectivo</b>		<b>1.034.397,60</b>	<b>2.683.041,03</b>	<b>1.616.248,55</b>	<b>1.209.572,05</b>	<b>5.369.387,58</b>	<b>2.518.119,91</b>	<b>2.718.134,24</b>	<b>2.138.266,55</b>	<b>1.961.163,51</b>	<b>21.248.331,01</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III (entre Janeiro/2000 e Dezembro/2008).



**ANEXO 6 – QCA III – REPARTIÇÃO DAS ACÇÕES QUE  
COMPÕEM AS CANDIDATURAS, POR ÁREA TEMÁTICA E  
FREGUESIA**



**ANEXO 6 – QCA III – Repartição das Acções que Compõem as Candidaturas, por Área Temática e Freguesia**

Freguesias	Infra-Estruturais				Imateriais			Total Acções	Montante do Investimento (Na Proporção do N.º de Acções)
	Qualificação Territorial	Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Acessibilidades e Transportes	Ambiente	Pescas – Equipamentos e Transformação	TIC – Hardware e Software	Formação		
Águas Santas	1		12			12	6	31	3.679.878,55€
Vermoim	1	1	4			8	5	19	2.255.409,44€
Pedrouços			2			8	4	14	1.661.880,64€
Gueifães		1	2			4	3	10	1.187.057,60€
Vila de Moreira			4			8	5	17	2.017.997,92€
Maia	2		1		1	3	3	10	1.187.057,60€
Vila Nova da Telha				1		4	2	7	830.940,32€
Gemunde			1			4	2	7	830.940,32€
Nogueira			4			4	3	11	1.305.763,36€
Milheirós			1			4	2	7	830.940,32€
Folgosa						6	3	9	1.068.351,84€
Santa Maria de Avioso			1	1		4	3	9	1.068.351,84€
Barca			2			6	3	11	1.305.763,36€
S. Pedro de Avioso						2	1	3	356.117,28€
Silva Escura			2			4	2	8	949.646,08€
Gondim						2	1	3	356.117,28€
São Pedro Fins						2	1	3	356.117,28€
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>36</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>85</b>	<b>49</b>	<b>179</b>	<b>21.248.331,01€</b>
<b>Investimento Elegível Efectivo</b>	<b>6.946.577,34€</b>	<b>1.455.355,02€</b>	<b>9.787.020,18€</b>	<b>2.438.898,02€</b>	<b>34.750,00€</b>	<b>341.440,65€</b>	<b>244.289,80€</b>	<b>21.248.331,01€</b>	

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III (entre Janeiro/2000 e Dezembro/2008).



**ANEXO 7 – QCA III – ESTIMATIVA DO MONTANTE DE  
INVESTIMENTO ELEGÍVEL POR TEMÁTICA, EM CADA  
FREGUESIA**



**ANEXO 7 – QCA III – Estimativa do Montante de Investimento Elegível por Temática, em cada Freguesia**

Freguesias	Qualificação Territorial	Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Acessibilidades e Transportes	Ambiente	Pescas – Equipamentos e Transformação	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	Formação
Águas Santas	1736644	0	3262340	0	0	48203,39	29913,04
Vermoim	1736644	727677,5	1087447	0	0	32135,59	24927,53
Pedrouços	0	0	543723,3	0	0	32135,59	19942,02
Gueifães	0	727677,5	543723,3	0	0	16067,8	14956,52
Vila de Moreira	0	0	1087447	0	0	32135,59	24927,53
Maia	3473289	0	271861,7	0	34750	12050,85	14956,52
Vila Nova da Telha	0	0	0	1219449	0	16067,8	9971,012
Gemunde	0	0	271861,7	0	0	16067,8	9971,012
Nogueira	0	0	1087447	0	0	16067,8	14956,52
Milheirós	0	0	271861,7	0	0	16067,8	9971,012
Folgosa	0	0	0	0	0	24101,69	14956,52
Santa Maria de Avioso	0	0	271861,7	1219449	0	16067,8	14956,52
Barca	0	0	543723,3	0	0	24101,69	14956,52
S. Pedro de Avioso	0	0	0	0	0	8033,898	4985,506
Silva Escura	0	0	543723,3	0	0	16067,8	9971,012
Gondim	0	0	0	0	0	8033,898	4985,506
São Pedro Fins	0	0	0	0	0	8033,898	4985,506

Valores apresentados em Euros

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III (entre Janeiro/2000 e Dezembro/2008).



**ANEXO 8 – QCA III – INVESTIMENTO ELEGÍVEL EFECTIVO  
*PER CAPITA*, POR ÁREA TEMÁTICA E FREGUESIA**



**ANEXO 8 – QCA III – Investimento Elegível Efectivo *Per Capita*, por Área Temática e Freguesia**

Freguesias	Qualificação Territorial	Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Acessibilidades e Transportes	Ambiente	Pescas – Equipamentos e Transformação	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	Formação	População (2001)
Águas Santas	68,7807	0	129,2067	0	0	1,909121	1,184722	25249
Vermoim	121,639	28,82005	43,0689	0	0	1,272747	0,987268	14277
Pedrouços	0	0	21,53445	0	0	1,272747	0,789814	11868
Gueifães	0	28,82005	21,53445	0	0	0,636374	0,592361	11532
Vila de Moreira	0	0	43,0689	0	0	1,272747	0,987268	10280
Maia	353,84	0	10,76723	0	1,376292	0,47728	0,592361	9816
Vila Nova da Telha	0	0	0	48,29692	0	0,636374	0,394907	5368
Gemunde	0	0	10,76723	0	0	0,636374	0,394907	4765
Nogueira	0	0	43,0689	0	0	0,636374	0,592361	4478
Milheirós	0	0	10,76723	0	0	0,636374	0,394907	4237
Folgosa	0	0	0	0	0	0,95456	0,592361	3603
Santa Maria de Avioso	0	0	10,76723	48,29692	0	0,636374	0,592361	3360
Barca	0	0	21,53445	0	0	0,95456	0,592361	2769
S. Pedro de Avioso	0	0	0	0	0	0,318187	0,197454	2629
Silva Escura	0	0	21,53445	0	0	0,636374	0,394907	2113
Gondim	0	0	0	0	0	0,318187	0,197454	1929
São Pedro Fins	0	0	0	0	0	0,318187	0,197454	1838

Valores apresentados em Euros, com excepção da coluna “População”

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QCA III (entre Janeiro/2000 e Dezembro/2008).



**ANEXO 9 – QREN – REPARTIÇÃO ANUAL DO INVESTIMENTO  
ELEGÍVEL PREVISTO, POR CANDIDATURA**



**ANEXO 9 – QREN – Repartição Anual do Investimento Elegível Previsto, por Candidatura**

Identificação das Grandes Áreas Temáticas de Intervenção	Nº	Designação Candidatura	Investimento Elegível Previsto	2007	2008	2009	2010 e anos seguintes	
Infra-Estruturais	Qualificação Territorial	1	Construção do Centro Escolar da Maia	1.814.270,52 €	0,00 €	0,00 €	436.412,93 €	1.377.857,59 €
		2	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Crestins	105.000,00 €	0,00 €	0,00 €	105.000,00 €	0,00 €
		3	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Monte da Cruzes	271.100,00 €	0,00 €	0,00 €	258.052,20 €	13.047,80 €
		4	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Pedras Rubras	125.000,00 €	0,00 €	0,00 €	51.074,46 €	73.925,54 €
		5	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Parada	250.000,00 €	0,00 €	0,00 €	234.606,55 €	15.393,45 €
		6	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI do Paço	300.000,00 €	0,00 €	0,00 €	279.519,00 €	20.481,00 €
		7	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Currais	150.000,00 €	0,00 €	0,00 €	82.254,51 €	67.745,49 €
		8	Construção de Centro Escolar da Gandra	2.189.079,00 €	0,00 €	0,00 €	8.466,00 €	2.180.613,00 €
		9	Construção de Centro Escolar de Vermoim/Gueifães	2.302.000,00 €	0,00 €	0,00 €	8.466,00 €	2.293.534,00 €
		10	Construção de Centro Escolar da Guarda	830.392,60 €	0,00 €	0,00 €	27.339,90 €	803.052,70 €
		11	Construção de Centro Escolar do Corim	847.225,80 €	0,00 €	0,00 €	10.197,00 €	837.028,80 €
		12	Construção de Centro Escolar da Giesta	700.000,00 €	0,00 €	0,00 €	6.021,66 €	693.978,34 €
		13	Construção de Centro Escolar de Monte Calvário	321.574,00 €	0,00 €	0,00 €	294.374,00 €	27.200,00 €
		14	Construção de Centro Escolar D. Manuel I	502.200,00 €	0,00 €	0,00 €	5.750,00 €	496.450,00 €
		15	Ampliação EB1/JI Arcos	495.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	495.000,00 €
		16	Parque Maior – Regeneração Urbana do Bairro do Sobreiro – 1ª Fase	4.274.460,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4.274.460,00 €
Imateriais	Ambiente	17	Campanha de Informação, Sensibilização relativa à Qualidade do Ar – Maia	50.087,14 €	0,00 €	0,00 €	7.079,99 €	43.007,15 €
	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software	18	Sistema Integrado de Modernização Autárquica – SIMA	1.840.327,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.840.327,49 €
	Formação	19	Execução Plano de Formação da Autarquia 2008/2009	68.803,12 €	0,00 €	0,00 €	10.320,47 €	58.482,65 €
		20	Estágios Profissionais na Administração Pública Local – PEPAL 2.ª Edição	89.251,00 €	0,00 €	3.346,99 €	68.544,20 €	17.359,81 €
21		Plano Municipal de Acessibilidade para Todos	111.187,00 €	0,00 €	0,00 €	2.779,65 €	108.407,35 €	
<b>Total Investimento Elegível Previsto</b>			<b>17.636.957,67 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>3.346,99 €</b>	<b>1.896.258,52 €</b>	<b>15.737.352,17 €</b>	

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QREN (entre Janeiro/2008 e Outubro/2009).



**ANEXO 10 – QREN – REPARTIÇÃO DAS ACCÇÕES QUE  
COMPÕEM AS CANDIDATURAS, POR ÁREA TEMÁTICA E  
FREGUESIA**



**ANEXO 10 – QREN – Repartição das Acções que Compõem as Candidaturas, por Área Temática e Freguesia**

Freguesias	Qualificação Territorial	Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Acessibilidades e Transportes	Ambiente	Pescas – Equipamentos e Transformação	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	Formação	Total Acções	Montante do Investimento (Na Proporção do N.º de Acções)
Águas Santas	3	Não Aplicável	Não Aplicável	1	Não Aplicável			4	1.906.698,13 €
Vermoim	2			1			3	1.430.023,59 €	
Pedrouços	2			1			3	1.430.023,59 €	
Gueifães	1			1			2	953.349,06 €	
Vila de Moreira	3			1			4	1.906.698,13 €	
Maia	2			1		1	3	7	3.336.721,72 €
Vila Nova da Telha				1			1	476.674,53 €	
Gemunde				1			1	476.674,53 €	
Nogueira	1			1			2	953.349,06 €	
Milheirós	1			1			2	953.349,06 €	
Folgosa				1			1	476.674,53 €	
Santa Maria de Avioso				1			1	476.674,53 €	
Barca				1			1	476.674,53 €	
S. Pedro de Avioso				1			1	476.674,53 €	
Silva Escura				1			1	476.674,53 €	
Gondim				1			1	476.674,53 €	
São Pedro Fins	1			1			2	953.349,06 €	
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>37</b>	<b>17.636.957,67 €</b>
<b>Investimento Elegível Previsto</b>	<b>15.477.301,92 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>50.087,14 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>1.840.327,49 €</b>	<b>269.241,12 €</b>	<b>17.636.957,67 €</b>	

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QREN (entre Janeiro/2008 e Outubro/2009).



**ANEXO 11 – QREN – ESTIMATIVA DO MONTANTE DE  
INVESTIMENTO ELEGÍVEL POR TEMÁTICA, EM CADA  
FREGUESIA**



**ANEXO 11 – QREN – Estimativa do Montante de Investimento Elegível por Temática, em cada Freguesia**

Freguesias	Qualificação Territorial	Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Acessibilidades e Transportes	Ambiente	Pescas – Equipamentos e Transformação	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	Formação
Águas Santas	2901994	0	0	2946,302	0	0	0
Vermoim	1934663	0	0	2946,302	0	0	0
Pedrouços	1934663	0	0	2946,302	0	0	0
Gueifães	967331,4	0	0	2946,302	0	0	0
Vila de Moreira	2901994	0	0	2946,302	0	0	0
Maia	1934663	0	0	2946,302	0	1840327	269241,1
Vila Nova da Telha	0	0	0	2946,302	0	0	0
Gemunde	0	0	0	2946,302	0	0	0
Nogueira	967331,4	0	0	2946,302	0	0	0
Milheirós	967331,4	0	0	2946,302	0	0	0
Folgosa	0	0	0	2946,302	0	0	0
Santa Maria de Avioso	0	0	0	2946,302	0	0	0
Barca	0	0	0	2946,302	0	0	0
S. Pedro de Avioso	0	0	0	2946,302	0	0	0
Silva Escura	0	0	0	2946,302	0	0	0
Gondim	0	0	0	2946,302	0	0	0
São Pedro Fins	967331,4	0	0	2946,302	0	0	0

Valores apresentados em Euros

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QREN (entre Janeiro/2008 e Outubro/2009).



**ANEXO 12 – QREN – INVESTIMENTO ELEGÍVEL PREVISTO *PER*  
*CAPITA*, POR ÁREA TEMÁTICA E FREGUESIA**



**ANEXO 12 – QREN – Investimento Elegível Previsto *Per Capita*, por Área Temática e Freguesia**

Freguesias	Qualificação Territorial	Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Acessibilidades e Transportes	Ambiente	Pescas – Equipamentos e Transformação	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	Formação	População. (2001)
Águas Santas	114,935	0	0	0,11669	0	0	0	<b>25249</b>
Vermoim	135,5091	0	0	0,206367	0	0	0	<b>14277</b>
Pedrouços	163,0151	0	0	0,248256	0	0	0	<b>11868</b>
Gueifães	83,88236	0	0	0,255489	0	0	0	<b>11532</b>
Vila de Moreira	282,2951	0	0	0,286605	0	0	0	<b>10280</b>
Maia	197,0928	0	0	0,300153	0	187,4824	27,4288	<b>9816</b>
Vila Nova da Telha	0	0	0	0,548864	0	0	0	<b>5368</b>
Gemunde	0	0	0	0,618322	0	0	0	<b>4765</b>
Nogueira	216,0186	0	0	0,657951	0	0	0	<b>4478</b>
Milheirós	228,3057	0	0	0,695375	0	0	0	<b>4237</b>
Folgosa	0	0	0	0,817736	0	0	0	<b>3603</b>
Santa Maria de Avioso	0	0	0	0,876876	0	0	0	<b>3360</b>
Barca	0	0	0	1,064031	0	0	0	<b>2769</b>
S. Pedro de Avioso	0	0	0	1,120693	0	0	0	<b>2629</b>
Silva Escura	0	0	0	1,394369	0	0	0	<b>2113</b>
Gondim	0	0	0	1,527373	0	0	0	<b>1929</b>
São Pedro Fins	526,2956	0	0	1,602994	0	0	0	<b>1838</b>

Valores apresentados em Euros, com exceção da coluna “População”

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QREN (entre Janeiro/2008 e Outubro/2009).

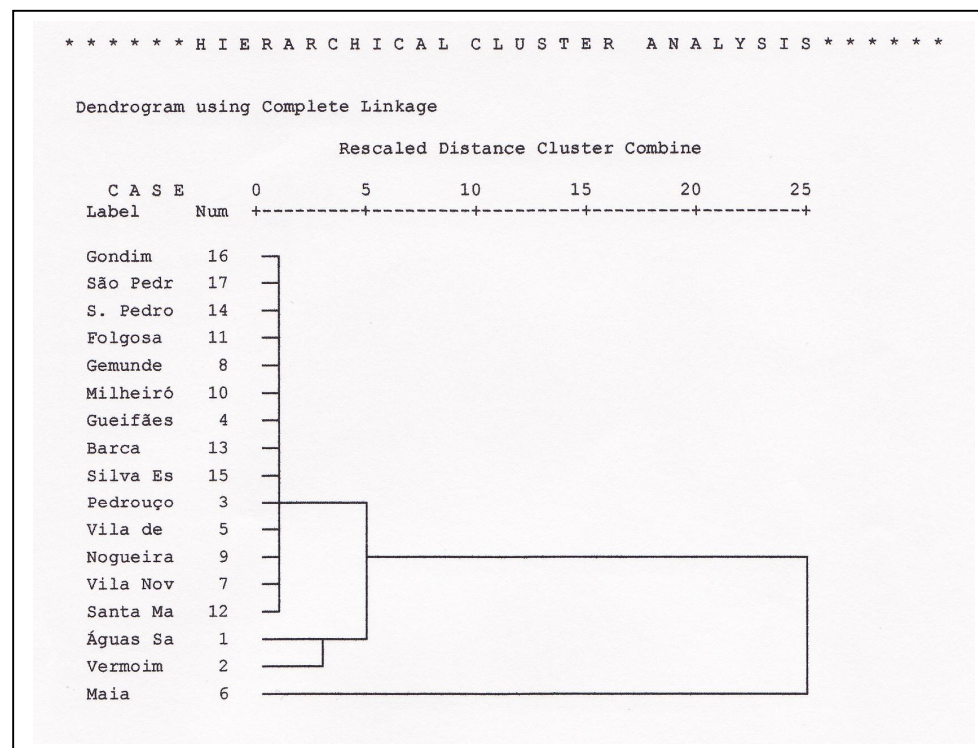


**ANEXO 13 – QCA III – MÉTODO DO “VIZINHO MAIS  
AFASTADO”/COMPLETE LINKAGE (AGGLOMERATION SCHEDULE E  
DENDOGRAM)**



**ANEXO 13 – QCA III – Método do “Vizinho Mais Afastado”/Complete Linkage (Agglomeration Schedule e Dendrogram)**

Stage	Cluster Combined		Coefficients
	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 1
1	16	17	0
2	14	16	0
3	8	10	0
4	13	15	0,14
5	11	14	0,561
6	3	13	0,561
7	5	9	0,561
8	7	12	115,972
9	8	11	116,073
10	3	5	464,488
11	4	8	1294,585
12	3	4	1856,465
13	3	7	4188,279
14	1	2	11044,791
15	1	3	23759,996
16	1	6	127652,886



Fonte: Valores calculados pelo SPSS.



**ANEXO 14 – QREN – INVESTIMENTO ELEGÍVEL PREVISTO DE  
CANDIDATURAS APROVADAS, NÃO APROVADAS E A  
AGUARDAR APROVAÇÃO**



Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN

## ANEXO 14 – QREN – Investimento Elegível Previsto de Candidaturas Aprovadas, Não Aprovadas e a Aguardar Aprovação

Unid.: Euros

Área Temática	Identificação das Candidaturas APROVADAS	Fundo Estrutural	Investimento Elegível Previsto
Qualificação Territorial	Construção do Centro Escolar da Maia	FEDER	1.814.270,52
	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Crestins	FEDER	105.000,00
	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Monte da Cruzes	FEDER	271.100,00
	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Pedras Rubras	FEDER	125.000,00
	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Parada	FEDER	250.000,00
	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI do Paço	FEDER	300.000,00
	Ampliação e Beneficiação da EB1/JI de Currais	FEDER	150.000,00
	Construção de Centro Escolar da Gandra	FEDER	2.189.079,00
	Construção de Centro Escolar de Vermoim/Gueifães	FEDER	2.302.000,00
	Construção de Centro Escolar da Guarda	FEDER	830.392,60
	Construção de Centro Escolar do Corim	FEDER	847.225,80
	Construção de Centro Escolar da Giesta	FEDER	700.000,00
	Construção de Centro Escolar de Monte Calvário	FEDER	321.574,00
	Construção de Centro Escolar D. Manuel I	FEDER	502.200,00
	Ampliação EB1/JI Arcos	FEDER	495.000,00
	Parque Maior – Regeneração Urbana do Bairro do Sobreiro – 1ª Fase	FEDER	4.274.460,00
Ambiente	Campanha de Informação, Sensibilização Relativa à Qualidade do Ar – Maia	FEDER	50.087,14
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) – Hardware e Software	Sistema Integrado de Modernização Autárquica – SIMA	FEDER	1.840.327,49
Formação	Execução Plano de Formação da Autarquia 2008/2009	FSE	68.803,12
	Estágios Profissionais na Administração Pública Local – PEPAL 2.ª Edição	FSE	89.251,00
	Plano Municipal de Acessibilidade para Todos	FSE	111.187,00
<b>Total Candidaturas APROVADAS (21)</b>			<b>17.636.957,67</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QREN.



Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN

(...) Continuação do Anexo 14

Unid.: Euros

Área Temática	Identificação das Candidaturas A AGUARDAR APROVAÇÃO	Fundo Estrutural	Investimento Elegível Previsto
Qualificação Territorial	Recuperação das Piscinas Descobertas da Quinta da Gruta	FEDER	147.295,39
	Aquisição e Apetrechamento de Biblioteca Itinerante	FEDER	64.865,86
	Requalificação da Zona Industrial Maia I	FEDER	0,00
Ambiente	Contentorização da Recolha Selectiva e Indiferenciada e Instrumentação	FEDER	1.890.000,00
Acessibilidades e Transportes	Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia	FEDER	156.000,00
	AMP Acessível Parceiro – Maia	FEDER	15.000,00
Cultura	Maia 1700 Anos de História – 1.ª Fase	FEDER	946.000,00
Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	Pavilhão Municipal de Pedrouços	FEDER	5.500.000,00
	Construção da Pista de Atletismo do Estádio Municipal	FEDER	570.989,00
	Construção do Polidesportivo de Santa Cristina	FEDER	59.908,00
	Construção do Polidesportivo de Aldeia	FEDER	89.751,63
	Construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda	FEDER	74.491,69
	Polidesportivo Coberto de Pedrouços	FEDER	149.590,76
Formação	Estágios Profissionais na Administração Pública Local – PEPAL 3.ª Edição	FSE	68.979,00
<b>Total Candidaturas A AGUARDAR APROVAÇÃO (14)</b>			<b>9.732.871,33</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QREN.



Candidaturas da Câmara Municipal da Maia:  
Caracterização do QCA III e Breve Comparação ao QREN

(...) Continuação do Anexo 14

Unid.: Euros			
Área Temática	Identificação das Candidaturas NÃO APROVADAS	Fundo Estrutural	Investimento Elegível Previsto
Saúde	Maia Saudável – Estudo Epidemiológico em Crianças do Concelho da Maia	FEDER	485.780,00
Qualificação Territorial	Parceria para a Regeneração Urbana da Areosa	FEDER	10.000.000,00
Ambiente	Sistema Central de Controle para Rega de Espaços Verdes	FEDER	20.000,00
	Limpeza e Desobstrução das Linhas de Água do Concelho da Maia	FEDER	3.408.734,70
	Plano Municipal de Redução Ruído do Concelho da Maia	FEDER	40.000,00
	Acreditação de Laboratório de Ruído do Concelho da Maia	FEDER	61.786,30
	Plano Director de Águas Pluviais da Maia – Elaboração e Resolução de Pontos Críticos	FEDER	2.602.078,34
	Maia Natura 2.ª Fase – Parque da Ponte de Moreira	FEDER	501.027,79
<b>Total Candidaturas NÃO APROVADAS (8)</b>			<b>17.119.407,13</b>
<b>Total Candidaturas APROVADAS, NÃO APROVADAS e A AGUARDAR APROVAÇÃO (43)<sup>68</sup></b>			<b>44.489.236,13</b>

Fonte: Valores calculados pela autora de acordo com a informação trabalhada no âmbito das candidaturas ao QREN.

<sup>68</sup> No âmbito do QREN, em termos de investimento elegível previsto as candidaturas registam uma taxa de aprovação de, aproximadamente, 40%. Adicionalmente, as candidaturas a aguardar aprovação atingem uma taxa de, aproximadamente, 22%.

